



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

SUZY EMANUELLA DE ARAÚJO

**A BOLSA ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA AOS
ESTUDANTES DA UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS/RN**

**MOSSORÓ
2025**

SUZY EMANUELLA DE ARAÚJO

**A BOLSA ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA AOS
ESTUDANTES DA UFERSA/CAMPUS CARAÚBAS/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Allan Solano Souza

**MOSSORÓ
2025**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

A663b Araújo, Suzy Emanuella de
A BOLSA ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DE
ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DA UFERSA
CAMPUS CARAÚBAS RN. / Suzy Emanuella de Araújo. -
Mossoró/RN, 2025.
185p.

Orientador(a): Prof. Dr. Allan Solano Souza.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2.
Assistência Estudantil; Educação Superior; Permanência;
Políticas Públicas; UFERSA.. I. Souza, Allan Solano. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

SUZY EMANUELLA DE ARAÚJO

**A BOLSA ACADÊMICA COMO ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA AOS
ESTUDANTES DA Ufersa/Campus Caraúbas/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Allan Solano Souza

Aprovada em ____/____/____ pela seguinte Banca Examinadora

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Allan Solano Souza (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Profa. Dra. Ciclene Alves da Silva (Membro Titular Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Profa. Dra. Maria Goretti Cabral Barbalho (Membro Titular Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Profa. Dra. Márcia Betânia de Oliveira (Membro Suplente Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Prof. Dr. José Airton de Freitas Pontes Júnior (Membro Suplente Externo)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois sem ele nada disso seria possível.

À minha mãe Luciene Araújo, por ter me proporcionado a oportunidade de viver e se tornar a pessoa que sou hoje. Com esforço e coragem, sempre busco nos transmitir esses valores para que eu e meus irmãos fôssemos guiados pela força e pela determinação.

Ao meu companheiro Lucas Filho, que esteve o tempo todo ao meu lado ao escrever cada linha dessa dissertação. Sua presença e contribuição foram vitais para o início, continuidade e conclusão desta pesquisa.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do Programa de Educação (POSEDUC) por promover e disseminar o fortalecimento da pesquisa científica.

Ao meu orientador, Professor Allan Solano Souza, por ter aceitado o desafio no desenvolvimento do meu projeto de pesquisa, ofertando a oportunidade como pesquisadora de contribuir para a melhoria da realidade na educação superior.

Aos membros da banca examinadora, professoras Ciclene Alves da Silva e Maria Goretti Cabral Barbalho pelas valiosas contribuições no aprimoramento desta pesquisa.

Aos colegas do grupo de estudos composto pelos atuais e ex-orientandos do professor Allan, pelos debates valiosos e contribuições significativas no processo formativo e de aperfeiçoamento da pesquisa.

Ao *campus* Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, na pessoa da diretora Simone, que me ofereceu as condições necessárias para a realização da pesquisa de mestrado.

Aos colegas que compuseram o movimento estudantil da Universidade de Pernambuco (UPE), durante minha trajetória nessa instituição.

A todos que, de alguma forma, realizaram contribuição para o aprimoramento da escrita dessa dissertação.

Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - POSEDUC, e a respectiva de linha de pesquisa Política e Gestão da Educação por analisar uma política institucional de assistência estudantil. Diante do crescimento e expansão no acesso ao ensino superior no Brasil, identificou-se à permanência dos estudantes ingressantes mais vulneráveis economicamente, como uma adversidade da política pública. Assim, é essencial entender o papel promovido pela política de assistência estudantil para o amortecimento dessa dificuldade. A pesquisa teve como objetivo geral: analisar a execução da modalidade Bolsa Acadêmica do Programa Institucional de Assistência Estudantil - PIAE, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, *Campus* Caraúbas, identificando sua contribuição para a permanência dos estudantes assistidos nos semestres 2023.2 e 2024.1. Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa exploratória descritiva em três etapas distintas: (1) Revisão Sistemática da Literatura, onde buscou-se legitimar e conhecer os dados e informações acerca das produções acadêmicas sobre assistência estudantil; (2) Análise Documental; (3) Aplicação de Questionário com 16 (dezesesseis) estudantes beneficiários da Bolsa Acadêmica. Para a organização e a interpretação dos dados, utilizou-se alguns elementos da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Isto posto, identificou-se que no âmbito dos aspectos institucionais de gestão da Bolsa Acadêmica, o processo de divulgação realizado por meio dos editais é considerado claro e eficiente, bem como os parâmetros e critérios de seleção implementados pela UFERSA. Contudo, foram identificadas falhas nos meios de comunicação utilizados pelo programa para propagar informações sobre a realização das etapas relacionadas ao programa. A bolsa é reconhecida pelos bolsistas como essencial para cobrir custos básicos como aluguel, alimentação, transporte, moradia e material acadêmico, sendo um fator determinante para a permanência dos bolsistas, especialmente entre aqueles que residem em áreas rurais ou em cidades vizinhas. Em alguns casos, identificou-se a bolsa como a única fonte de renda do beneficiário. Além disso, a bolsa contribui para a formação dos bolsistas, incentivando a participação em atividades acadêmicas. No entanto, muitos bolsistas enfrentam dificuldades financeiras, especialmente com despesas básicas e de transporte, principalmente aqueles que residem em áreas rurais ou cidades vizinhas, o que ressalta a necessidade de oferta de mais bolsas com valores mais condizentes à realidade socioeconômica dos assistidos, bem como a necessidade de aumentar o período de vigência da bolsa. Deste modo, o estudo ressalta a complexidade de promover a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que essa deve levar em consideração vários aspectos, além da necessidade de uma periodicidade em acompanhar e avaliar essas ações, que assim devem se moldar e atender a um cenário que é extremamente volátil, como a situação socioeconômica dos beneficiários, ou até em mudanças de critérios de gestão que possam refletir diretamente na sua permanência até a conclusão do curso. Compreende-se que programas dessa natureza são extremamente importantes e decisivos para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade na universidade.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação Superior; Permanência; Políticas Públicas; UFERSA.

ABSTRACT

This research is linked to the Graduate Program in Education (POSEDUC), under the research line *Education Policy and Management*, as it analyzes an institutional student assistance policy. Given the growth and expansion of access to higher education in Brazil, the permanence of economically vulnerable students has been identified as a challenge for public policy. Thus, it is essential to understand the role played by student assistance policies in mitigating this difficulty. The general objective of this study was to analyze the implementation of the *Academic Scholarship* modality of the Institutional Student Assistance Program (PIAE) at the Federal Rural University of the Semi-Arid (UFERSA), Campus Caraúbas, identifying its contribution to the permanence of assisted students during the 2023.2 and 2024.1 semesters. To this end, the research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach in three distinct stages: (1) a Systematic Literature Review, aimed at legitimizing and deepening the understanding of data and information concerning academic studies on student assistance; (2) Document Analysis; and (3) Application of a Questionnaire with 16 (sixteen) students benefiting from the Academic Scholarship. For data organization and interpretation, elements of content analysis (Bardin, 1977) were employed. The findings indicate that, within the scope of institutional aspects of Academic Scholarship management, the dissemination process through official calls for applications is considered clear and efficient, as are the selection parameters and criteria implemented by UFERSA. However, shortcomings were identified in the communication channels used by the program to share information about its different stages. The scholarship is recognized by recipients as essential for covering basic costs such as rent, food, transportation, housing, and academic materials, representing a determining factor for student permanence, especially among those living in rural areas or neighboring towns. In some cases, the scholarship was identified as the beneficiary's sole source of income. Moreover, it contributes to the academic development of recipients by encouraging participation in academic activities. Nevertheless, many scholarship holders face financial difficulties, particularly with basic and transportation expenses, mainly those residing in rural areas or nearby towns. This highlights the need to expand the number of scholarships, adjust their value to better reflect students' socioeconomic realities, and extend their duration. Therefore, the study emphasizes the complexity of promoting the permanence of students in conditions of socioeconomic vulnerability, as this requires considering multiple aspects and ensuring periodic monitoring and evaluation of these policies. Such actions must be adapted to a highly volatile context, such as the socioeconomic conditions of the beneficiaries, or even to changes in management criteria that may directly impact student retention until course completion. It is understood that programs of this nature are extremely important and decisive for ensuring the permanence of vulnerable students in higher education.

Keywords: Student Assistance; Higher Education; Retention; Public Policies; UFERSA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Etapas metodológicas da análise dos dados.....	34
Figura 02 - Mapa de distribuição dos <i>campi</i> da UFERSA.....	87
Figura 03 - Distribuição de estudantes beneficiados pela bolsa acadêmica por estado e cidade de origem.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Crescimento no número de IES no Brasil (1997-2004).....	18
Gráfico 02 - Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil (1994-2004).....	20
Gráfico 03 - Evolução das produções acadêmicas por ano de publicação.....	44
Gráfico 04 - Total de beneficiados e modalidades dos Programas de Assistência Estudantil – Brasil (2009-2014).....	71
Gráfico 05 - Volume de recurso repassado pelo PNAES no período de 2019 a 2024.....	77
Gráfico 06 - Distribuição dos estudantes bolsistas por gênero.....	102
Gráfico 07 - Distribuição dos estudantes bolsistas por faixa etária.....	103
Gráfico 08 - Distribuição dos estudantes bolsistas da UFERSA por estado civil.....	104
Gráfico 09 - Distribuição dos estudantes bolsistas por etnia/raça.....	105
Gráfico 10 - Distribuição dos estudantes bolsistas por rede de ensino e etapas.....	107
Gráfico 11 - Distribuição da renda familiar dos estudantes bolsistas em relação ao salário mínimo.....	108
Gráfico 12 – Distribuição dos estudantes bolsistas por quantidade de membros na família e contribuintes financeiros.....	110
Gráfico 13 - Distribuição dos estudantes bolsistas por tipo de residência e zona residencial de moradia.....	112
Gráfico 14 - Distribuição de estudantes bolsistas por curso e turno Acadêmico na UFERSA	115
Gráfico 15 - Nível de conhecimento dos bolsistas sobre o Decreto nº 7234/2010 do PNAES	117
Gráfico 16 - Nível de conhecimento dos estudantes sobre a Resolução CONSUNI/UFERSA 003/2020 que regulamenta o PIAE.....	118
Gráfico 17 - Número de tentativas necessárias para obtenção da bolsa acadêmica	120
Gráfico 18 - Duração do benefício da bolsa acadêmica pelos estudantes bolsistas.....	121
Gráfico 19 - Distribuição dos bolsistas por tipo de projeto.....	122
Gráfico 20 - Ocorrência de atrasos no pagamento da bolsa acadêmica.....	123
Gráfico 21 - Impacto da frequência e relatórios de atividades na continuidade da bolsa acadêmica.....	124
Gráfico 22 - Fontes de conhecimento sobre a bolsa acadêmica da UFERSA.....	130

Gráfico 23 - Percepção dos estudantes sobre os aspectos que incentivam a candidatura à bolsa acadêmica.....	133
Gráfico 24 - Distribuição dos gastos dos bolsistas por categoria.....	139
Gráfico 25 - Contribuição da bolsa acadêmica para a permanência dos estudantes.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Evolução no número de IES no Brasil (1997-2004).....	17
Quadro 02 - Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil (1994-2004).....	19
Quadro 03 - Quantidade de estudantes beneficiados por bolsas e auxílios nos semestre 2023.2 e 2024.1.....	26
Quadro 04 - Documentos normativos que formam o corpus da análise documental.....	30
Quadro 05 - Descrições das unidades de registro.....	36
Quadro 06 - Descrições das categorias.....	37
Quadro 07 – Configuração das categorias de análise.....	38
Quadro 08 – Resultado da busca das produções acadêmicas no Portal de Periódicos da CAPES.....	41
Quadro 09 - Artigos científicos selecionados com o descritor “Assistência Estudantil AND PNAES”.....	42
Quadro 10 - Agrupamento dos trabalhos acadêmicos selecionados por eixos temáticos.....	45
Quadro 11 - Frequência de ocorrência dos descritores nos títulos dos trabalhos.....	50
Quadro 12 - Autores mais referenciados nos textos dos trabalhos acadêmicos selecionados	51
Quadro 13 - Agrupamento dos trabalhos acadêmicos conforme as escolhas metodológicas enunciadas nos trabalhos.....	52
Quadro 14 - Resumo da trajetória histórica dos principais eventos que levaram à institucionalização da assistência estudantil no Brasil.....	64
Quadro 15 - Modalidades de assistência estudantil ofertas pelo PIAE.....	91
Quadro 16 - Composição da equipe técnica da COAE no <i>Campus</i> Caraúbas.....	95
Quadro 17 - Distribuição de bolsas e auxílios no <i>Campus</i> Caraúbas.....	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP- Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

COAE'S- Coordenações de Assuntos Estudantis

CONSUNI - Conselho Universitário

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

DIEESE - Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Socioeconômicos

DIORC - Divisão Orçamentária

ESAM - Escola Superior de Agricultura de Mossoró

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IRA - Índice de Rendimento Acadêmico

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PAE - Política de Assistência Estudantil

PIAE - Programa Institucional de Assistência Estudantil

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

POSEDUC - Programa de Pós-graduação em Educação

PROAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento

PROUNI- Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIG - Sistema de Informação Geográfica

SIMBA - Simpósio da Bolsa Acadêmica

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UNE - União Nacional dos Estudantes

UPE- Universidade Estadual de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	17
1.2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	27
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	38
2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES: EXPLORANDO AS PUBLICAÇÕES.....	40
2.1 PERSPETIVAS EMERGENTES NA LITERATURA ACADÊMICA: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	43
3 DO ACESSO À PERMANÊNCIA: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO PILAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR.....	56
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO.....	56
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM FOCO: CAMINHOS PARA A EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR.....	66
3.2.1 Entre Metas e Desafios: A Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação.....	70
3.2.2 REUNI: da Democratização do acesso aos Caminhos da Permanência Estudantil.....	73
3.2.3 Assistência Estudantil no contexto do PNAES e sua conquista Jurídica....	76
3.3 PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: UM DIREITO EM CONSTRUÇÃO.....	81
4 A REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFERSA.....	86
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA.....	86
4.2 O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFERSA: ÊNFASE NO CAMPUS DE CARAÚBAS/RN.....	89
5 BOLSA ACADÊMICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA UFERSA CAMPUS CARAÚBAS.....	101

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	101
5.2 APONTAMENTOS SOBRE O PIAE.....	116
5.3 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO DA BOLSA ACADÊMICA.....	125
5.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO ACADÊMICO.....	134
5.5 CONTRIBUIÇÕES DA BOLSA ACADÊMICA.....	141
6 CONCLUSÕES.....	149
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO.....	171
ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA.....	176
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE...178	
ANEXO III – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	181

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. Contudo, o ingresso na universidade nem sempre é garantia de permanência, especialmente para estudantes provenientes de camadas socioeconômicas desfavorecidas. Nesse contexto, os Programas de Assistência Estudantil desempenham um papel importante ao proporcionar condições mínimas para que esses estudantes possam não apenas ingressar na universidade, mas também permanecer e concluir seus estudos.

O propósito deste estudo é analisar a contribuição do Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com foco no funcionamento da Bolsa Acadêmica, uma das modalidades oferecidas pelo *Campus* Caraúbas, na promoção da permanência dos estudantes assistidos. Trata-se de um estudo de política pública educacional, desenvolvido em uma autarquia do Poder Executivo Federal.

O intuito do desenvolvimento desta pesquisa surge a partir do interesse desta autora em contribuir para a produção do conhecimento e o avanço da ciência no campo da assistência estudantil. A ideia da pesquisa surgiu durante a graduação em Pedagogia na Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), em 2009, quando a autora participou do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)¹, entidade que tem como base a defesa dos interesses dos estudantes, além da promoção de campanhas específicas, sendo historicamente reconhecida pela participação nos principais debates e lutas do movimento estudantil no país. A experiência e conhecimento adquiridos neste evento proporcionaram uma tomada de consciência sobre a importância de criar, desenvolver e manter políticas públicas de promoção à assistência ao estudante, sobretudo no ensino superior. Essa vivência e aprendizado foram fundamentais para reconhecer a necessidade de medidas concretas que garantam o apoio necessário aos estudantes em sua jornada educacional, a exemplo da Bolsa Acadêmica que visa mitigar dificuldades ocasionadas por questões econômicas.

Tão logo o interesse por essa discussão passou a ser reforçado quando esta pesquisadora começou a desempenhar suas atividades profissionais na UFERSA. A partir deste momento foi possível conhecer a realidade vivenciada por estudantes em situação de

¹ UNE entidade de representação dos estudantes brasileiros, a qual reúne os Diretórios Acadêmicos (DAs), Centros Acadêmicos (CAs), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), e Uniãos Estaduais dos Estudantes (UEEs).

vulnerabilidade socioeconômica², que necessitam da assistência estudantil para se manterem estudando em uma universidade pública federal, sendo, em muitos casos, totalmente dependentes do benefício da assistência estudantil para assim conseguir manter suas atividades na instituição de ensino superior. Diante dessas questões, e como membro da comunidade acadêmica da UFERSA (*Campus* Caraúbas), esta pesquisadora defende a importância do desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o aprimoramento de práticas já vivenciadas na instituição.

Mills (2009) declara que o estudioso das ciências humanas, especialmente das ciências sociais, deve usar a sua experiência de vida em seu trabalho intelectual. Esse artesanato é feito dentro de cada um, usando as influências de seu passado em trabalhos futuros, elevando cada experiência a um nível de reflexão, um moldar-se a si mesmo, como um artesão o faz com suas confecções. Diante disto, mostra-se a importância de se utilizar as experiências pessoais de “vida” para fazer despertar o interesse pelo estudo científico da temática.

Corroborando com essa discussão, Severino (2007, p. 24) fundamenta que “o conhecimento se dá como construção do objeto que se conhece”. Isso implica que, ao exercitar nossa capacidade de reconstruir simbolicamente os dados de nossa experiência, conseguimos discernir os vínculos pelos quais os objetos adquirem significado para nós, enquanto sujeitos cognoscentes³.

Esta introdução organiza-se em três subseções. Na primeira, intitulada "Contextualização, Pergunta de Partida e Objetivos da Pesquisa", são abordados os elementos fundamentais que situam o estudo no contexto adequado, apresentando a pergunta de partida que orienta a investigação e delineando os objetivos a serem alcançados. Na segunda subseção, denominada "O Caminho Metodológico da Pesquisa", serão descritas as abordagens e estratégias metodológicas adotadas para realizar a investigação de forma sistemática e rigorosa. Por fim, na terceira subseção, intitulada "Estrutura da Dissertação", apresenta-se a organização geral do trabalho, detalhando os capítulos e as principais seções que compõem a dissertação, proporcionando uma visão ampla do conteúdo e da lógica de desenvolvimento do estudo.

² A vulnerabilidade socioeconômica dada por uma combinação de fatores que degradam o bem-estar pessoal e social de diferentes formas e intensidades.

³ Cognoscente é um adjetivo que qualifica a pessoa que busca ou toma o conhecimento sobre algo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA, PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Ao observar a trajetória histórica da educação superior no Brasil, percebe-se que ela sempre esteve atrelada ao contexto político e socioeconômico do país. Assim, é importante compreender que parte do processo para o estabelecimento da assistência estudantil está diretamente ligado ao surgimento e desenvolvimento das universidades (Kowalski, 2012).

Desde o seu desenvolvimento, a educação superior brasileira foi reservada para poucos. Segundo Cunha (2007) esta tinha como intenção promover a formação das elites sociais. Entretanto, a partir dos anos 1990, o ensino superior no Brasil passou por diversos desafios envolvendo mudanças políticas, sociais e econômicas no país. Dentre essas mudanças, houve a expansão do ensino superior como um aumento significativo no número de instituições de ensino.

Para compreender o crescimento do número de IES no Brasil, é necessário considerar o papel das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação superior. No Quadro 01, são apresentados os avanços na oferta de IES com a implementação de programas como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o ProUni (Programa Universidade para Todos), entre os anos de 1997 e 2004. Conforme aponta Stallivieri (2007, p. 10) “esse crescimento do setor privado está diretamente relacionado à capacidade de pagamento dos alunos, à existência de fontes alternativas de financiamento, como programas de crédito educativo e bolsas de estudos, e ao investimento individual feito pelos próprios alunos”.

Quadro 01 – Evolução no número de IES no Brasil (1997-2004)

Ano	Público	Privada	Total
1997	211	689	900
1998	209	164	973
1999	192	905	1.097
2000	176	1.004	1.180
2001	183	1.208	1.391
2002	195	1.442	1.637
2003	207	1.652	1.859
2004	224	1.789	2.013

Fonte: Elaborado pela Autora (2024) com base nos dados INEP/MEC (2023).

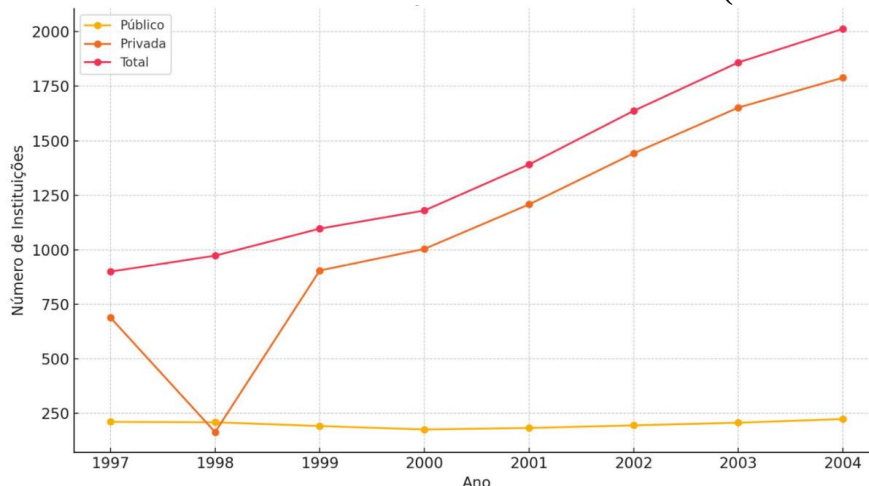
De acordo com os dados, no ano de 1997 existiam 900 IES no Brasil, sendo 689 privadas e 211 públicas. Com o passar dos anos, o número de instituições privadas aumentou

consideravelmente, alcançando 1.789 em 2004. O aumento no setor público foi mais sutil, passando de 211 instituições em 1997 para 224 em 2004.

Conforme aponta Sguissardi (2006), a pequena expansão do setor público e o grande crescimento do setor privado podem ser atribuídos à drástica redução do financiamento destinado às instituições federais de ensino superior. Essa redução de recursos foi acompanhada pela facilidade de criação de IES privadas, especialmente com fins lucrativos, o que contribuiu significativamente para o aumento do setor privado.

No Gráfico 01, busca-se apresentar de forma visual e intuitiva a evolução comparativa do crescimento das instituições de ensino no Brasil entre os anos de 1997 e 2004, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação.

Gráfico 01 – Crescimento no número de IES no Brasil (1997-2004)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de INEP/MEC (2023).

O desenvolvimento de programas de inclusão representou uma resposta direta a esse cenário desafiador. Esses programas tinham como objetivo assegurar a qualidade e a equidade na educação, oferecendo oportunidades educacionais mais abrangentes e justas para diversos grupos sociais.

Compreende-se o crescimento no número de estudantes no ensino superior por meio das considerações de Lázaro (2012), que aborda a relevância das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação superior. De acordo com o autor, essas políticas foram formuladas para atender à meta definida pelo PNE em 2001, que estipulava que 30% dos jovens de 18 a 24 anos deveriam estar matriculados em cursos de graduação.

A expansão das IES no Brasil também resultou em um aumento expressivo no número de matrículas. Esse panorama indica uma ampliação na inclusão de estudantes no ensino superior, conforme evidenciado no Quadro 02.

Quadro 02 - Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil (1994-2004)

Ano	Público	Privado	Total
1994	690.450	970.584	1.661.034
1998	804.729	1.321.229	2.125.958
2002	1.051.655	2.428.258	3.479.913
2003	1.136.370	2.750.652	3.887.022
2004	1.178.328	2.985.405	4.163.733

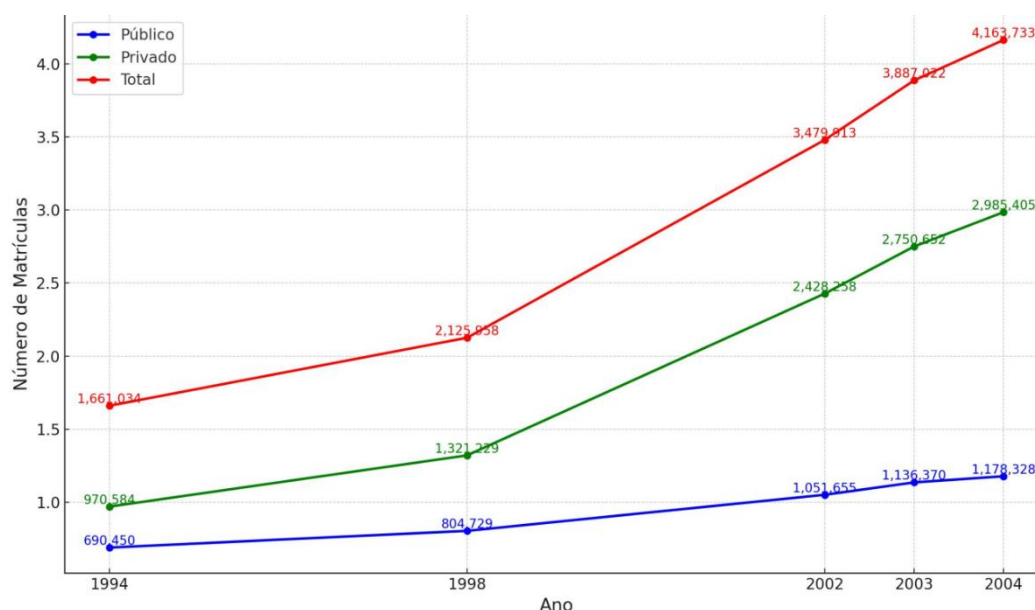
Fonte: Elaborado pela autora a partir de INEP/MEC (2023).

As informações do Quadro 02 revelam um crescimento notável nas matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, entre os anos de 1994 e 2004, tanto em instituições públicas quanto privadas. No setor privado, observou-se um aumento significativo: em 1994, havia 970.584 registros, número que quase dobrou até 2004, atingindo 2.985.405 matrículas. Esses dados evidenciam o crescimento das instituições privadas, impulsionado por programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o ProUni, que facilitaram o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, bem como pelo aumento na oferta de cursos tecnológicos e pela modalidade de ensino EAD.

O setor público também registrou expansão, embora em escala menor. Em 2004, as matrículas aumentaram de 690.450 em 1994 para 1.178.328. Esse aumento é significativo, porém muito inferior ao registrado no setor privado, evidenciando a predominância das instituições privadas nesse período de expansão.

No Gráfico 02, procura-se ilustrar a progressão comparativa do número de matrículas em cursos presenciais no Brasil, de 1997 a 2004, com base em dados do INEP, vinculado ao Ministério da Educação.

Gráfico 02 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil (1994-2004)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de INEP/MEC (2023).

Portanto, constata-se que o número total de matrículas no ensino superior aumentou de 1.661.034 em 1994 para 4.163.733 em 2004. Em outras palavras, a quantidade de inscrições mais que dobrou em uma década. Essa informação destaca o aumento da procura por educação superior e a importância das políticas governamentais em suprir essa necessidade, com um foco maior nas instituições privadas.

Apesar de as políticas de expansão terem impulsionado o número de matrículas, é importante entender que a educação superior deve ser percebida como um direito básico, e não como um benefício ou um mero serviço. Portanto, Chauí (2003) enfatiza que a universidade não deve ser vista apenas como uma instituição educacional, mas também como um elemento fundamental na construção e manutenção da igualdade social e da democracia. Dessa forma, é crucial que se reconheça a educação como um direito humano essencial, em vez de encará-la como um privilégio ou um simples serviço.

Essa expansão teve um impacto direto no perfil dos estudantes, que passou a abarcar um público mais diverso e vulnerável socioeconomicamente, demandando, assim, de modificações nas políticas de apoio e assistência. Inicialmente, a busca dos jovens por oportunidades educacionais, com o intuito melhorar suas perspectivas de emprego e ascensão social, resultou em um aumento no acesso à educação superior. O crescimento da demanda acompanhou a necessidade de garantir que todos os estudantes, independentemente de sua

origem socioeconômica, tivessem condições adequadas de estudo, por meio de políticas públicas de assistência estudantil consolidadas.

Apesar da ampliação do acesso ao ensino superior e do subsequente crescimento da demanda por políticas de assistência estudantil, as condições atuais do país ainda se mostram adversas à adequada resposta a essa necessidade. O cenário político, econômico e educacional brasileiro contemporâneo é marcado por desafios complexos e interconectados. Na esfera política, o país se depara com uma intensa polarização, com forças conservadoras de um lado e, por outro, movimentos e ações que procuram reativar políticas públicas que estejam em sintonia com as antigas lutas sociais. Essa polarização espelha um conflito ideológico que abrange várias áreas, incluindo direitos humanos, igualdade de gênero, valorização das comunidades indígenas e a batalha contra o racismo. Enquanto segmentos conservadores se opõem às transformações, os movimentos sociais exigem uma sociedade mais democrática e inclusiva.

A tensão entre distintas visões de mundo não se limita apenas ao campo dos valores e da cultura política; ela também se expressa nas decisões econômicas do Estado e nas agendas estabelecidas pelas políticas públicas.

No presente contexto, Bastos, Deccache e Alves Jr. (2023) revelam que o novo regime fiscal adotado no Brasil tende a limitar significativamente a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento econômico de forma permanente. De acordo com os autores, as recentes regulamentações orçamentárias, fundamentadas em metas rígidas de resultado primário, restringem a autonomia governamental para efetuar investimentos públicos em áreas estratégicas. Essa disciplina fiscal, ao priorizar o equilíbrio das contas públicas, dificulta a realização de políticas que poderiam favorecer o crescimento econômico e reduzir desigualdades estruturais. Dessa maneira, o modelo fiscal atual acaba por priorizar a estabilidade financeira em detrimento da expansão de políticas públicas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura.

Considerando essa perspectiva teórica, Moraes *et al.* (2024) destacam que o regime fiscal atual não apenas impõe limitações severas à capacidade de investimento do governo, mas também enfrenta agravamentos provocados pela crescente apropriação do orçamento por parte do Legislativo, por intermédio das emendas parlamentares. Essa dinâmica limita ainda mais a capacidade do Executivo de criar e executar políticas públicas de maneira coordenada e estratégica, resultando em distorções na distribuição de recursos. Ainda assim, os autores declaram que, para além da rigidez fiscal, há um problema de fragmentação do orçamento público, o qual prejudica a efetividade do Estado em suprir as necessidades sociais reais.

Essa construção demonstra como a política fiscal brasileira, sustentada sob o argumento da responsabilidade e do controle de gastos, tem dificultado a ação estatal em setores importantes para a justiça social e o avanço do desenvolvimento. A interseção entre os dois grupos de autores permite compreender não apenas as limitações do atual regime fiscal, mas igualmente as implicações práticas dessas restrições, particularmente para políticas como a assistência estudantil, que, embora fundamentais, não são classificadas como despesas obrigatórias e, por conseguinte, sofrem com cortes frequentes e instabilidade de financiamento.

No âmbito educacional, Moraes *et al.* (2024, p. 4) destacam que “o país está muito longe de alcançar a meta de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública, sem a qual não será possível assegurar o Custo Aluno Qualidade, entre tantos outros desafios”. Essa falta de orçamento não só impede o financiamento adequado para a educação, mas também afeta a infraestrutura das instituições de ensino público, a capacitação dos professores e a ampliação de políticas inclusivas que visam à igualdade na educação.

Ao mesmo tempo, a incerteza econômica em 2024, caracterizada por limitações fiscais e ajustes no orçamento, torna ainda mais complexo superar esses desafios e alcançar as metas estabelecidas no PNE. O relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), intitulado “Teto de gastos e novo arcabouço boicotaram Plano Nacional de Educação”, revela que as restrições fiscais estabelecidas pelo teto de gastos, implementado em 2016, foram diretamente responsáveis pelo Brasil não ter alcançado as metas do PNE no decênio 2014-2024. O estudo ressalta que a rigidez das normas fiscais impactou negativamente o ensino público no país entre os anos de 2019 e 2023 (INESC, 2024).

Assim, percebe-se que o desafio da educação pública no Brasil vai além do cumprimento de metas ambiciosas; reside, principalmente, na falta de um compromisso orçamentário que seja adequado às necessidades do setor. A manutenção de um regime fiscal restritivo, voltado prioritariamente ao controle de gastos, tende a prejudicar qualquer tentativa de garantir o direito à educação de qualidade, conforme estabelecido pela Constituição Federal. É indispensável admitir que a situação se torna ainda mais complexa devido à atual configuração política do Congresso Nacional, o que dificulta que o governo garanta um orçamento adequado para os institutos e universidades federais.

Em razão das restrições fiscais e dos ajustes orçamentários previstos para 2025, é percebida uma preocupação crescente em relação aos efeitos negativos que podem prejudicar os setores sociais, em especial a educação pública. Conforme aponta o site “De Olho nos Planos” (ANPAE, 2024), a alocação orçamentária para a educação pode ser profundamente

afetada por medidas de contingenciamentos e bloqueios de recursos, comprometendo a execução das metas estabelecidas no PNE (2014-2024). Esse limite orçamentário atinge diretamente programas estruturais que procuram promover a inclusão, qualidade e equidade no ensino, colocando em perigo a concretização de políticas públicas essenciais para a democratização do acesso à educação no Brasil.

Considerando as crescentes limitações orçamentárias enfrentadas pelo Estado brasileiro, as políticas públicas voltadas para a educação superior, em especial a assistência estudantil, tornam-se um dos setores mais vulneráveis aos cortes de verbas, uma vez que não são consideradas despesas obrigatórias dentro do orçamento público. Entretanto, subestimar a importância dessas políticas é comprometer o próprio ideal de democratização do ensino superior, uma vez que, sem condições de permanência, o acesso à universidade torna-se meramente simbólico para muitos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse cenário, é fundamental entender que a assistência estudantil representa uma estratégia fundamental de inclusão social no ambiente acadêmico. Sua estrutura é composta por uma variedade de programas e serviços cujo principal objetivo é garantir a igualdade de oportunidades, fomentar a permanência dos estudantes no ensino superior e colaborar para o seu desempenho acadêmico. Nesse contexto, Vasconcelos (2010) destaca que:

A assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, assim, o percentual de abandono e trancamento de matrícula (Vasconcelos, 2010, p. 609).

A inclusão da população socioeconomicamente mais vulnerável deve tornar-se uma prioridade para as políticas públicas devido às grandes desigualdades econômicas e sociais em que esse grupo se encontra inserido. Assim, com o considerável aumento das vagas nas universidades públicas e o respectivo acesso ao ensino superior por parte dessa população historicamente excluída, evidencia-se a necessidade de reconhecimento de que o ingresso na universidade pública não é capaz de garantir a permanência dos estudantes menos favorecidos nas IES do país (Sguissardi; Silva Jr., 2000).

Destaca-se que o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades públicas têm se revelado um desafio às políticas públicas educacionais e às instituições. Com a imensa necessidade de políticas mais direcionadas, tem-se observado, nas últimas décadas, uma crescente preocupação com o desenvolvimento de programas voltados

para a expansão e a mitigação das desigualdades no acesso, permanência e conclusão do ensino superior pelas classes mais vulneráveis.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de suporte para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, precisa consolidar-se como uma política de Estado. Ela deve transcender interesses partidários e sustentar-se independentemente de mudanças de gestão política, evitando, assim, ser caracterizada como uma prioridade transitória. Dessa forma, não estará sujeita a interrupções ou variações motivadas por interesse político. Ainda assim, a assistência estudantil, como política de Estado, fortalece a previsibilidade e a alocação de recursos para a criação de programas mais abrangentes e duradouros. Isso busca assegurar que esses estudantes tenham as condições necessárias para concluir seus estudos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

A educação é um direito social fundamental para o desenvolvimento humano social e econômico, combatendo desigualdades sociais e promovendo a igualdade de oportunidades. A partir da Constituição Federal de 1988, que foi resultado da luta de vários movimentos populares consolidando a garantia de direitos sociais e políticos, declarou-se ser dever do Estado assegurar tais direitos a todos os cidadãos, na tentativa de promover, assim, a igualdade entre os povos. Apesar do direito constitucional, a educação ainda representa um desafio para as políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à permanência e à conclusão do ensino superior pelas classes menos favorecidas.

A partir do cenário de mudanças na educação brasileira ocorridas a partir dos anos 2000, observa-se um contexto de expansão e acesso à educação superior. Contudo, em observância à inserção e democratização da educação, identificou-se a necessidade de criação de políticas públicas de assistência estudantil que assegurem a inclusão das classes historicamente mais vulneráveis, por meio da promoção do acesso ao ensino superior, mas também sua permanência na universidade pública.

A permanência e a assistência estudantil são conceitos interdependentes e essenciais para a promoção da equidade e inclusão do ensino superior. Esses conceitos são significativos para assegurar que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam não apenas ingressar, mas também prosseguir e concluir seus estudos. A permanência estudantil está vinculada à capacidade dos estudantes de sustentar sua trajetória acadêmica durante todo o ciclo formativo, superando os diversos obstáculos que possam surgir, sejam eles financeiros, acadêmicos ou pessoais. A assistência estudantil compreende um conjunto de políticas, programas e ações organizadas e executadas por Instituições de Ensino Superior

(IES) e governos, com o objetivo de estabelecer condições que possibilitem aos estudantes superar as dificuldades que, de outra forma, resultariam em abandonar os estudos. Esse apoio abrange bolsas de estudo, alimentação, serviços de saúde mental, entre outros, visando proporcionar aos estudantes um ambiente favorável ao desenvolvimento integral e conclusão do curso.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a assistência estudantil é um dos principais fatores que impactam diretamente a permanência dos estudantes do ensino superior. Quando as políticas de assistência são implementadas de maneira eficaz, elas não apenas diminuem as taxas de abandono, mas também exercem um impacto relevante na melhoria do desempenho acadêmico e na qualidade de vida dos estudantes. A assistência estudantil configura-se, portanto, como um instrumento fundamental para a promoção da justiça social e da democratização do ensino superior, buscando assegurar que os estudantes disponham das condições necessárias para alcançar o sucesso acadêmico e pessoal.

Assim, identificada à assimetria no tocante às desigualdades econômicas no país, bem como à disparidade regional, além das especificidades do *lôcus* da pesquisa, o trabalho tem como pergunta de partida: Como ocorre a execução do Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, *campus* Caraúbas, através da modalidade Bolsa Acadêmica, e sua contribuição na permanência dos estudantes assistidos?

Assim, é de suma importância compreender como se constitui o Programa Institucional de Assistência Estudantil - PIAE, e a sua reverberação no *campus* Caraúbas, a partir da regulamentação e operacionalização do programa nesse *campus*. Considerando as etapas primordiais do processo: seleção, prazos, valores, entre outros, de forma a identificar a realidade local, bem como compreender a percepção dos estudantes beneficiados pela Bolsa Acadêmica, a fim de obter-se uma leitura mais realista da funcionalidade do programa e sua relevância sob o olhar dos beneficiados. Segundo Lüdke e André (2013), as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para sua compreensão.

É importante reconhecer que a realização desse trabalho possui significativa importância, uma vez que possibilita a reflexão sobre o objeto em questão e, possivelmente, a identificação de estratégias/meios de avanço na política local. Dessa forma, coopera com o segmento da população usuária da Política de Assistência Estudantil, na medida em que, além de analisar os entraves, visa à proposição de alternativas que venham a auxiliar na efetivação do direito social à educação, contemplando suas experiências, angústias, alegrias e, principalmente, vivências como usuários da assistência estudantil.

Em avaliação dos trabalhos já realizados e disponíveis, inclusive por egressos do POSEDUC, como Melo (2016) e Torres (2023), no que se refere às políticas de assistência estudantil na UFERSA, a referida pesquisa distingue-se pelo seu caráter singular e descentralizador, dado o *lôcus* de execução do trabalho e a população pesquisada. Como esta ocorreu em um *campus* fora de sede e distante dos grandes centros urbanos e comerciais, ressalta-se uma característica que impõe desafios adicionais a uma população específica.

Oriunda da evolução da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM)⁴, a UFERSA nasceu em 29 de julho de 2005, como uma instituição federal de ensino superior localizada no semiárido brasileiro, e no oeste potiguar. Com 45 cursos de graduação e cerca de dez mil estudantes, a UFERSA cresceu e solidificou-se nas áreas de engenharias e tecnologias.

Tendo como *lôcus* o *Campus* Caraúbas, o referido *campus* é resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Implantado em 16 de agosto de 2010, o *Campus* da UFERSA no município de Caraúbas conta com cerca de 2.000 estudantes, 165 servidores e 8 cursos, além de várias ações de pesquisa e extensão, fazendo do *campus* um equipamento público de referência na política educacional e social da região, além de desenvolver todas as ações previstas pelo PIAE.

Com escopo voltado para a Bolsa Acadêmica, avaliou-se o fato de ser uma ação em que o auxílio financeiro é repassado diretamente ao beneficiário, proporcionando total independência no uso de acordo com as necessidades dos estudantes. Ademais, a Bolsa Acadêmica abrange um número maior de beneficiados em relação às demais modalidades de bolsas e auxílios disponibilizados pelo *Campus* Caraúbas, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 03 - Quantidade de estudantes beneficiados por bolsas e auxílios nos semestres 2023.2 e 2024.1

Bolsas e Auxílios	Beneficiados 2023.2	Beneficiados 2024.1
Bolsa Acadêmica	52	50
Bolsa Esporte	10	10
Auxílio Creche	08	07
Auxílio Transporte	16	19
Auxílio Acessibilidade	02	01

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

⁴ A ESAM foi criada oficialmente em abril de 1967. Dois anos depois passou a incorporar a Rede Federal de Ensino Superior na condição de autarquia em regime especial.

Para tanto, na perspectiva de delinear acerca do desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil gerido pela UFERSA, a pesquisa tem por objetivo geral:

- Analisar a execução do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, *Campus* Caraúbas, através da modalidade Bolsa Acadêmica, identificando sua contribuição para a permanência dos estudantes assistidos nos semestres 2023.2 e 2024.1.

Para o alcance dos resultados, definem-se como objetivos específicos:

- Analisar a conjuntura da assistência estudantil, a partir das produções acadêmicas sobre a temática.
- Contextualizar a regulamentação do Programa de Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com ênfase em sua aplicação.
- Dissertar sobre a percepção dos estudantes quanto à contribuição da Bolsa Acadêmica para a sua permanência

Enfatiza-se que este estudo se restringiu a análise dos beneficiados aos períodos de 2023.2 a 2024.1, que corresponde ao intervalo completo de vigência da bolsa acadêmica, sendo de 1 (um) semestre letivo, podendo ser renovado por igual período. Os dados refletem as ações adotadas pela instituição em relação à assistência e ao atendimento de suas demandas, bem como o cenário das condições de permanência analisadas pelos estudantes beneficiados.

1.2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa científica é um processo sistemático que busca, através de um passo a passo metodológico assim definido pelo pesquisador, obter, mediante a aplicação de métodos científicos, respostas para questões apresentadas. Conforme definido por Knechtel (2014), a pesquisa científica é uma atividade humana cujo propósito consiste em descobrir respostas às indagações formuladas. A pesquisa é, assim, a busca de dados e de informações. É o ato de perquirir, interrogar, questionar e sistematizar o conhecimento.

É importante destacar que, como toda a atividade humana e social, a pesquisa traz consigo valores, preferências, interesses e princípios que norteiam o pesquisador, dado o ambiente onde o mesmo se encontra inserido.

Além disso, tanto Lüdke e André (2018) quanto Mills (1982) ressaltam que, independentemente da técnica a ser utilizada, o pesquisador não pode perder de vista o rigor do trabalho científico. Neste sentido, faz-se necessário manter uma estreita relação de cuidado e exigência para se extrair uma maior acuidade e veracidade das informações.

Para a realização deste estudo, optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa, por permitir uma compreensão e interpretação aprofundada dos significados e experiências dos participantes, visando conhecer a complexidade dos fenômenos sociais e humanos por meio de detalhamento e apresentação de dados descritos.

A abordagem qualitativa fundamenta-se nas experiências vivenciadas pelos sujeitos e em suas relações sociais. Diante disso, buscou-se desvelar as reais necessidades desses indivíduos dentro do universo onde se encontram. Conforme Triviños (1987), a abordagem qualitativa trabalha seus conteúdos em busca do seu significado, levando em conta a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Procura-se, assim, captar a essência do fenômeno, bem como explicar sua origem, relações, mudanças e consequências.

Isto posto, a pesquisa qualitativa é mais do que descrever um objeto. Ela busca “conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa” (Martinelli, 1999, p. 26).

Nesse sentido, a abordagem metodológica contribuiu para a interpretação dos dados com base em suas próprias perspectivas e entendimentos teóricos, permitindo que a subjetividade prevalecesse na análise e interpretação dos resultados almejados.

A presente pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, uma vez que buscou compreender o papel da Bolsa Acadêmica enquanto estratégia de assistência aos estudantes da UFERSA/Campus Caraúbas/RN, além de descrever as percepções dos beneficiários quanto à sua contribuição para a permanência estudantil. Neste contexto, Gil (2019) explica que a pesquisa exploratória tem a função de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, na tentativa de, assim, adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Por sua vez, a pesquisa descritiva busca detalhar as características de um indivíduo, uma situação ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos, descrever as características de determinada população ou fenômeno e/ou estabelecer relações entre variáveis.

Em consonância com os aspectos que devem ser seguidos em uma pesquisa qualitativa, a mesma seguiu critérios específicos pertinentes ao estudo em questão, destacando a relevância do contexto em que os participantes se encontram inseridos. Conforme ressalta Mills (2009), é importante analisar as estruturas sociais que influenciam a vida dos indivíduos, considerando os fatores sociais, políticos e econômicos que desempenham influência significativa.

Para tanto, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: revisão sistemática da literatura, com o objetivo de fornecer embasamento técnico-teórico sobre o objeto de estudo. Em seguida, procedeu-se à análise documental, de forma a revisar os documentos que regulamentam e orientam o Programa Institucional de Assistência Estudantil da UFERSA, e assim compreendê-los em seu espaço e contexto de elaboração. Adicionalmente, aplicou-se um questionário junto aos beneficiários da Bolsa Acadêmica, no *campus* Caraúbas, com o intuito de captar a percepção e as experiências relacionadas ao programa. Por fim, a interpretação dos dados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), permitindo uma compreensão aprofundada das informações obtidas.

Para legitimar os dados e informações levantados sobre a produção de conhecimento na temática, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, baseada em levantamento e tratamento rigorosos e criteriosos do material disponível, com o objetivo de identificar o que foi publicado sobre o assunto dentro de uma determinada condição estabelecida. Conforme Mills (2009), um bom trabalho em ciência social compõe-se com base em materiais existentes, teorias que têm a ver com um tópico, materiais já trabalhados por outros como evidências para aquelas teorias, funcionando como ponto de partida para as próprias criações intelectuais.

A revisão sistemática da literatura teve como finalidade levantar as produções acerca do objeto de estudo, como técnica exploratória dos estudos publicados sobre a temática. Assim, buscou-se localizar estudos já publicados para aprimorar e aprofundar o conhecimento sobre a temática. Nesse sentido, Galvão e Ricarte (2019) destacam que a revisão da literatura é uma modalidade de pesquisa que segue procedimentos específicos. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficas que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção, os critérios de inclusão e exclusão e o processo de análise dessas produções científicas.

Assim, a aplicação dos procedimentos metodológicos se deu inicialmente através de uma pesquisa por meio do portal de periódicos da CAPES para coleta de informações com o

intuito de compreender a assistência estudantil a partir dos aspectos históricos, bem como sua configuração nas políticas públicas.

Com o intuito de fortalecer essa etapa da pesquisa com informações a fim de dar profundidade e contextualidade, bem como compreender a regulamentação do Programa de Assistência Estudantil na UFERSA, e como essa reverbera no *Campus* Caraúbas, foi realizada uma análise documental. Nessa etapa, foram consultados documentos institucionais relativos à normatização e execução das ações do Programa Institucional, bem como o aparato jurídico vigente que rege e orienta as políticas de assistência estudantil no Brasil.

A análise documental consiste em identificar, verificar e interpretar documentos de diferentes naturezas, com uma finalidade específica. Nesse sentido, Moreira (2005) destaca que a análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitindo a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas nos documentos, além da contextualização dos fatos em momentos determinados. Para isso, foram analisados os seguintes documentos: (a seguir, os documentos são citados e descritos).

Quadro 04 - Documentos normativos que formam o corpus da análise documental

ID	DOCUMENTOS	EMENTAS
A	Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010.	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
B	Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020, de 29 de julho de 2020.	Dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Assistência Estudantil – PIAE da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA.
C	Resolução CONSUNI/UFERSA nº 73, de 25 de outubro de 2022.	Cria a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA.
D	Manual da bolsa acadêmica.	
E	Planilhas com relação dos estudantes beneficiados pela bolsa acadêmica nos semestres 2023.2. e 2024.1.	
F	Relatórios de gestão da UFERSA de 2023 e 2024.	
G	Editais PROAE/UFERSA nº 007/2023 e nº 003/2024.	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Essa escolha metodológica se tornou adequada por possibilitar o acesso às informações através de documentos que apresentam entendimentos sobre o processo de implantação da assistência estudantil, seus principais objetivos e o desenvolvimento das ações do PIAE, da UFERSA. O documento referido na letra “a)” foi consultado na página de Legislação no Portal da Câmara dos Deputados⁵. Já os documentos institucionais da

⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao>

UFERSA, como resoluções e outros documentos mencionados das letras “b)” a “g)”, foram obtidos por meio do sítio Institucional da UFERSA ⁶, onde o acesso é livre.

Para analisar e discutir a relevância da Bolsa Acadêmica e como ela contribui, ou não, para a permanência dos estudantes, ocorreu a aplicação de um questionário a fim de analisar a percepção dos beneficiários do referido programa. Adaptado de Conceição (2017) e Brito (2018), o questionário conta com perguntas abertas e fechadas.

De acordo com as palavras de Gil (2008, p. 121), o questionário pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.”. Mellazo (2005) ressalta que os estudos de percepção são fundamentais para compreender as inter-relações entre o indivíduo e suas expectativas, valores, condutas, satisfações e insatisfações, evidenciando como cada pessoa percebe, reage e responde de maneira distinta às ações que a envolvem.

Analisaram-se as vantagens e desvantagens de diferentes instrumentos de coleta de dados e concluiu-se que, embora o questionário não permita a reformulação das perguntas após sua aplicação e dependa de uma redação clara por parte dos participantes, ele ainda se mostrou a melhor opção para esta pesquisa. Isso se deve à sua capacidade de alcançar uma amostra mais extensa, e proporcionando maior anonimato aos respondentes e possibilitar uma coleta mais ágil de informações.

Embora se reconheça a importância de incluir a visão dos gestores do Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, a aplicação do questionário a esse grupo não foi viabilizada devido à escassez de tempo para discutir o assunto com a profundidade necessária. Ademais, em razão das exigências éticas da pesquisa, como a submissão ao Comitê de Ética e o tempo necessário para aprovação, a obtenção de dados junto aos gestores tornou-se impraticável.

O questionário, apresentado no APÊNDICE 1, foi estruturado em três seções: a primeira tratou da caracterização do perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, visando compreender o contexto social e econômico dos estudantes beneficiados. A segunda seção abordou os aspectos gerais do PIAE, explorando as demandas atendidas pelo programa e como ele tem contribuído para os estudantes beneficiados. A terceira seção focou nos

⁶ Disponível em: <https://ufersa.edu.br/>.

aspectos da Bolsa Acadêmica, abordando sua operacionalidade, funcionalidade e finalidade sob a ótica dos beneficiados.

Com o intuito de avaliar a clareza das perguntas e efetuar a consolidação do instrumento que foi utilizado para a coleta de dados, o questionário foi submetido a uma aplicação teste com três estudantes beneficiados pela Bolsa Acadêmica pelo *Campus* Caraúbas para assim avaliar a clareza das perguntas e efetuar a consolidação do instrumento definitivo. A partir desse teste, as perguntas 18 e 19 foram reformuladas para garantir clareza e adequação aos objetivos da pesquisa. Com base nessa aplicação, estimou-se que o tempo necessário para concluir o questionário seria de aproximadamente 15 minutos.

Após a finalização da aplicação do teste e a adoção das medidas necessárias para consolidar o instrumento de coleta de dados, deu-se início ao processo de recrutamento. Delimitou-se a aplicação do questionário com os beneficiários dos semestres 2023.2 e 2024.1, cujas bolsas foram renovadas, estando estes no segundo e último semestre de vigência do benefício. O grupo-alvo foi composto por 20 estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, todos beneficiários da modalidade Bolsa Acadêmica no *Campus* Caraúbas.

Os estudantes foram contatados via *Whatsapp*, onde lhes foram apresentados os objetivos e a finalidade do questionário. Antes de começar a aplicação do questionário, foi enfatizado que a participação era voluntária e que não haveria nenhum custo ou benefício financeiro. Além disso, foi comunicado aos participantes que eles tinham o direito de se retirar a qualquer momento, sem sofrer qualquer prejuízo, e que as declarações prestadas seriam tratadas de maneira anônima e confidencial. Aqueles que demonstraram interesse em participar da pesquisa foram encaminhados para uma sala reservada no próprio *campus*, onde assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderam ao questionário em formato impresso. Com a estratégia adotada, foi possível garantir a participação de 16 estudantes, o que corresponde a uma confiabilidade de 80% para a amostragem.

Em conformidade com os princípios éticos que envolveram a pesquisa, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)/UERN sob o número de protocolo nº 82866324.0.0000.5294. Destaca-se a obediência a todos os procedimentos pertinentes a observância do comitê, a saber: a) o encaminhamento da carta solicitando a anuência da instituição alvo da pesquisa. Essa carta consolidou a concordância por parte da gestão responsável pelo *campus* da UFERSA em Caraúbas quanto à realização da pesquisa; b) após aprovação e emissão de parecer por parte do CEP, foi solicitado a todos os participantes da pesquisa, como prerrogativa para a participação na pesquisa, a assinatura do

TCLE, sendo ressaltado que todas as respostas fornecidas seriam tratadas com total confidencialidade e usadas exclusivamente para os propósitos do estudo.

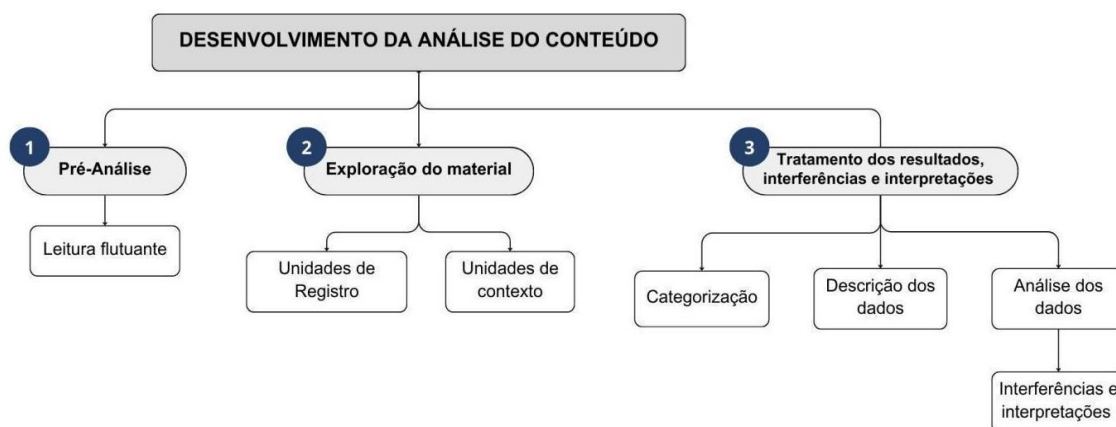
Já, como forma de preservar a identidade dos participantes, todos os questionários foram identificados por um pseudônimo alfanumérico, onde "Q" denotou "questionário" e o número subsequente indicou a sequência em que o questionário foi devolvido à pesquisadora com as respostas. Ressalta-se que todos os dados e materiais identificados com informações sensíveis durante a pesquisa foram armazenados em *drive* digital protegido por senha durante um período de cinco anos⁷, sendo, posteriormente, destruídos.

Para análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, reconhecida no âmbito das pesquisas qualitativas, que se concentra na compreensão profunda e interpretação dos significados, experiências e perspectivas, de modo a favorecer a identificação de contribuições e contradições da Bolsa Acadêmica para a permanência dos estudantes da UFERSA, *Campus* Caraúbas. Assim sendo, a presente pesquisa utilizou a técnica de análise de conteúdo sob a perspectiva de Bardin (1977), com o intuito de extrair e subsidiar as avaliações e discussões dos resultados

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que objetiva descrever o conteúdo das comunicações de maneira objetiva e sistemática. Por meio desses procedimentos, buscou-se identificar indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos, que possibilitassem inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens analisadas.

Contribuindo com a discussão, Franco (2005) define a análise de conteúdo como um procedimento de pesquisa que se insere no contexto mais amplo da teoria da comunicação. Essa abordagem parte da premissa de que a mensagem em estudo não se limita ao que é explicitamente comunicado, mas também inclui significados implícitos e intrínsecos. Assim, a análise de conteúdo busca revelar essas camadas subjacentes da mensagem, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente do material analisado. O processo de análise dos dados envolveu três fases da análise de conteúdo propostas por Bardin (1977):

⁷ Duração designada para documentos classificados como Reservado em termos de sigilo.

Figura 01- Etapas metodológicas da análise dos dados

Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base nos estudos de Bardin (1977).

A análise das respostas obtidas por meio das perguntas abertas foi conduzida com o auxílio do *software* de análise de dados qualitativos *Atlas.TI*, que ajudou na organização e categorização das informações, incluindo as transcrições das respostas abertas. Esse programa facilitou a análise e visualização dos dados, permitindo uma compreensão mais profunda dos temas emergentes e das nuances nas opiniões dos participantes. Já na análise das respostas obtidas por meio das perguntas fechadas, os resultados foram apresentados por meio de gráficos elaborados com o auxílio do *software* *Origin*, especializado na criação de gráficos, e por figuras georreferenciadas desenvolvidas com o *software* de Sistema de Informação Geográfica (SIG), o QGIS. Essa decisão foi impulsionada pelo fato de que os gráficos e figuras facilitam a compreensão e a interpretação ágil dos dados, tornando as informações mais transparentes e diretas. Além disso, a representação gráfica possibilita a identificação imediata de padrões e tendências.

Sendo assim, a primeira fase, denominada “pré-análise”, envolveu a “leitura flutuante” das respostas obtidas por meio dos questionários. Essa fase foi fundamental, pois as decisões e escolhas feitas durante esse procedimento determinaram a direção das análises futuras. A leitura flutuante possibilitou a consideração das informações emergentes dos dados coletados, além de facilitar a criação de hipóteses, metas e indicadores. Ao longo da transcrição do conteúdo textual dos questionários, pequenos reparos ortográficos foram realizados nos textos dos participantes, sem afetar o conteúdo das mensagens.

Em uma segunda fase, realizamos uma “análise do material”, que consistiu na categorização dos dados com base nas declarações dos participantes do estudo. Nesta etapa, foram criadas as “unidades de registro”, que, de acordo com Franco (2005), “consistem em segmentos menores do conteúdo”, optando-se por levar em consideração o tema, resultando

em uma análise temática. Nesse sentido, as unidades de registro, segundo Bardin (1977, p. 104), são “a unidade de significação a codificar e correspondem ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e à contagem frequencial”. Essa análise visa estabelecer o núcleo dos significados que estão por trás da comunicação. Assim, ela não apenas atribui sentidos, mas também fornece uma compreensão mais ampla.

A organização das unidades de registro seguiu categorias temáticas emergentes das respostas coletadas. A definição dessas unidades de registro foi baseada na recorrência de ideias, percepções e experiências dos participantes. Para assegurar uma estrutura coerente e adequada aos objetivos da pesquisa, a organização das unidades seguiu os seguintes princípios:

- a) As unidades foram delimitadas em função da sua relação direta com o objetivo da pesquisa, particularmente no que se refere à análise da Bolsa Acadêmica e sua contribuição para a permanência dos estudantes;
- b) O agrupamento das unidades considerou a natureza do conteúdo, abrangendo aspectos administrativos, financeiros, acadêmicos e psicossociais;
- c) A classificação das respostas buscou um equilíbrio entre percepções positivas e negativas, de modo a contemplar tanto os benefícios percebidos quanto os desafios enfrentados pelos bolsistas;
- d) Na criação das unidades de registro, procurou-se estabelecer conexões que favorecessem uma análise aprofundada dos fatores que influenciam a permanência dos estudantes assistidos.

A seguir, no quadro 5, apresentam-se as unidades de registro que compõem este estudo. Esse quadro visa evidenciar a direção da investigação realizada, proporcionando uma compreensão mais clara das questões abordadas e de suas relações.

Quadro 05 - Descrições das unidades de registro

	Unidades de Registro	Descrição
Dimensão Administrativa	Função da Assistência Estudantil	Refere-se ao papel do Programa Institucional de Assistência Estudantil.
	Editais Como Ferramenta de Incentivo	Reflete a importância da divulgação dos editais como forma de comunicar e incentivar os estudantes a participar de programas e projetos institucionais.
	Importância do Processo de Divulgação e Comunicação	Essa unidade reflete a importância da divulgação dos editais e da transparência do processo de seleção para que os estudantes conheçam e possam acessar a bolsa.
	Necessidade de Melhorias na Gestão da Bolsa	São sugestões voltadas para o aprimoramento do programa.
	Satisfação Geral com o Programa	Esta unidade de registro destaca o reconhecimento e gratidão pelo auxílio oferecido.
	Dificuldade com os Critérios Adotados pela Instituição	Reflete uma crítica aos critérios de seleção.
Dimensão Financeira	Dificuldade Financeira	Essa unidade aborda as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para cobrir despesas básicas, como alimentação, transporte e moradia.
	Superação dos Desafios Econômicos	Indica que a bolsa Acadêmica desempenha um papel fundamental na superação de dificuldades econômicas, permitindo que o estudante permaneça na universidade.
Dimensão Acadêmica	Formação Acadêmica	Reflete o impacto positivo da bolsa no engajamento acadêmico.
	Dificuldade Acadêmica	Refere-se às dificuldades enfrentadas por estudantes em relação ao acesso a conteúdos acadêmicos e à adaptação às exigências do curso.
	Permanência no Curso	Refere-se à importância da bolsa como suporte financeiro para garantir a continuidade dos estudos.
Dimensão Psicossocial	Desafios Psicológico e Familiar	Destaca as dificuldades emocionais, incluindo questões de saúde mental.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após o estabelecimento das unidades de registro, foi essencial considerar, antes de iniciar a elaboração das categorias de análise, as "unidades de contexto", que são as partes das respostas que situam o contexto ao qual a mensagem pertence.

De acordo com Franco (2005, p. 43), a unidade de contexto “é a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado”. Esta fase consistiu em combinar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito contido nas respostas dos participantes, o que facilitou a interpretação e compreensão das informações coletadas.

Em uma etapa subsequente, procedeu-se à categorização das temáticas identificadas, utilizando critérios semânticos. Isso implicou a classificação dos elementos de acordo com suas similaridades e diferenças, seguida por um reagrupamento com base em características comuns. As categorias podem ser entendidas como classes que agrupam unidades de registro, representando um conjunto de elementos. De acordo com Franco (2005, p. 57), “a categorização é uma operação de classificação de elementos construtivos de um conjunto por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias a partir de critérios definidos”.

Adicionalmente, é importante ressaltar que a categorização temática levou em consideração categorias dadas *a posteriori*. Segundo Franco (2005, p. 59), essas categorias “emergem da ‘fala’, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria”.

Dessa forma, as categorias de análise foram elaboradas a partir da sistematização das unidades de registro, que foram reunidas em conjuntos representativos e sintetizadores dos principais temas emergentes da pesquisa, com base em semelhanças de significado e contexto. Esse procedimento possibilitou a formação das categorias apresentadas no Quadro 6, considerando a natureza e a complexidade das respostas dos participantes, conforme detalhado a seguir.

Quadro 06 - Descrições das categorias

Categorias	Descrições
Aspectos Institucionais de Gestão da Bolsa Acadêmica	Esta categoria discute a maneira como a bolsa é organizada e administrada pela instituição.
Dificuldades Enfrentadas no Processo Acadêmico	Esta categoria concentra-se nos obstáculos que os estudantes encontram ao longo da trajetória acadêmica, mesmo possuindo uma bolsa.
Contribuições da Bolsa Acadêmica	Esta categoria investiga as vantagens e suportes que a bolsa oferece aos estudantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para simplificar o processo de derivação das categorias, elaborou-se o Quadro 7, que apresenta o agrupamento de cada categoria com suas respectivas unidades de registro.

Quadro 07 - Configuração das categorias de análise

Unidade de Registro	Categoria de Análise
Função da Assistência Estudantil	Aspectos Institucionais de Gestão da Bolsa Acadêmica
Editais como Ferramenta de Incentivo	
Importância no Processo de Divulgação e Comunicação	
Necessidade de Melhorias na Gestão da Bolsa	
Satisfação Geral com o Programa	
Desafios Psicológico e Familiar	Dificuldades Enfrentadas no Processo Acadêmico
Dificuldade com os Critérios Adotados pela Instituição	
Dificuldade Financeira	
Dificuldade Acadêmica	
Superação dos Desafios Econômicos e Custo de Vida	Contribuições da Bolsa Acadêmica
Formação Acadêmica	
Permanência no Curso	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Por fim, a terceira fase consistiu no tratamento dos resultados, por meio da inferência e interpretação dos dados coletados. A partir da articulação de diferentes mensagens, foi possível extrair inferências coerentes com o objeto da pesquisa. O ato de inferir refere-se à realização de uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 1977, p. 39).

Com base na identificação objetiva e sistemática das características específicas das mensagens coletadas, foram produzidas interpretações e inferências fundamentadas no referencial teórico desta pesquisa, com o intuito de interpretar os significados das mensagens e, assim, responder ao objeto investigativo da pesquisa.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está dividido em cinco seções, seguidas pelas considerações finais. Inicia-se com esta Introdução, na qual se apresenta o objeto de estudo, sua contextualização, a pergunta de pesquisa, os objetivos e o delineamento metodológico adotado.

Na segunda seção, intitulada “Assistência Estudantil no Portal de Periódicos da Capes: Explorando As Publicações”, apresenta os resultados do levantamento bibliográfico realizado

sobre produções acadêmicas que abordam a relação entre a Assistência Estudantil e o PNAES.

A terceira seção, “Do Acesso à Permanência: A Assistência Estudantil como Pilar das Políticas Públicas no Ensino Superior”, discute o processo histórico das políticas públicas voltadas ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, analisando os desafios decorrentes da expansão universitária e dos mecanismos de inclusão social. Em seguida, são abordadas as políticas públicas que visam garantir equidade no ensino superior, com ênfase em seus objetivos, limitações e avanços legais. Por fim, debate-se a permanência no ensino superior como um direito em construção, ressaltando a importância de políticas abrangentes e contínuas.

Na quarta seção, “A Regulamentação do Programa de Assistência Estudantil na UFERSA”, apresenta-se a configuração institucional do programa, desde os documentos normativos que o fundamentam até sua operacionalização prática. Nessa perspectiva, é realizada uma análise dos programas ofertados pelo PIAE e seu funcionamento no *Campus* Caraúbas, incluindo sua estruturação e os serviços disponibilizados ao público-alvo. Ademais, buscou-se identificar e considerar a conjuntura geoeconômica e o contexto nos quais o programa está inserido, compreendendo suas diferenciações e impactos, de forma a oferecer uma visão do funcionamento do programa e sua gestão.

A quinta seção, intitulada “A Bolsa Acadêmica e a Permanência Estudantil: uma Análise da Percepção dos Estudantes da UFERSA *Campus* Caraúbas”, apresenta as percepções dos beneficiários da bolsa acadêmica, buscando relatar minuciosamente a visão desses estudantes no tocante aos aspectos relacionados à bolsa acadêmica, abrangendo desde os objetivos que a bolsa visa alcançar e oferecer, até as expectativas dos beneficiários, com o propósito de elucidar de que maneira a bolsa acadêmica está desempenhando seu papel na promoção da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Por fim, na sexta e última seção, são apresentadas as conclusões, que sintetizam os principais achados da pesquisa e propõem recomendações para estudos futuros acerca da temática estudada.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES: EXPLORANDO AS PUBLICAÇÕES

Nas últimas décadas, o cenário educacional brasileiro passou por mudanças significativas, destacando-se um expressivo crescimento do ensino superior. Nesse panorama, emerge com relevância a necessidade de alinhar tais avanços aos princípios de inclusão progressista, orientados por valores de justiça social, equidade e transformação estrutural. Dessa forma, torna-se fundamental que se desenvolvam esforços contínuos para assegurar que grupos historicamente marginalizados não apenas tenham acesso à educação superior, mas também usufruam de condições adequadas para sua permanência nas instituições públicas de ensino.

Assim, a assistência estudantil sobrevém como uma política educacional que, por meio de um conjunto de ações, visa a minimizar os efeitos das desigualdades econômicas, sociais, regionais, entre outras. Atua na prevenção da evasão e na retenção de estudantes, contribuindo para a permanência e conclusão do curso pelo estudante.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dessa temática no campo acadêmico, adotou-se como método de pesquisa a revisão sistemática da literatura, percurso metodológico que consiste em um levantamento minucioso das publicações existentes sobre o tema em questão, pautado por parâmetros pré-estabelecidos. Assim, esta seção tem por objetivo levantar e analisar as produções acadêmicas acerca da temática da assistência estudantil, buscando compreender e atualizar os debates suscitados pelos pesquisadores, constituindo um panorama de caracterização das publicações e das percepções advindas de seus resultados e discussões.

Segundo Galvão e Pereira (2014, p. 183), a revisão sistemática da literatura é definida como “[...] um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa verificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis”. Esse procedimento torna possível identificar o que vem sendo produzido na temática estudada e quais lacunas ainda persistem, por meio de uma análise crítica, buscando compreender a relação entre essas publicações e a rede de informações por elas estabelecida.

Diante da necessidade de adquirir um conhecimento mais aprofundado sobre o objeto de estudo desta pesquisa, optou-se por utilizar o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fonte de busca. Essa decisão fundamenta-se na ampla concentração de produções científicas disponíveis na plataforma, bem como no fato de tratar-se da base de dados oficial da CAPES.

A busca no Portal de Periódicos foi realizada no dia 27 de abril de 2023, e foram selecionadas as palavras-chave “assistência estudantil” e “PNAES” para orientar a pesquisa. A definição desses termos ocorreu em função da relação direta com o objeto do estudo e por serem expressões comumente utilizadas nas produções acadêmicas voltadas às políticas de assistência estudantil. Para orientar as buscas, utilizou-se o *booleano AND*. Contribuindo com a discussão, Pizzani *et al* (2012, p. 61) explicam que “o operador *booleano AND* é usado para restringir a pesquisa, fazendo a intersecção dos conjuntos de trabalhos que possuem os termos combinados”.

Após a definição dos descritores, foram adotados os seguintes filtros na plataforma: (1) Periódicos revisados por pares; (2) Data de criação: 2010-2023. Vale salientar que a descrição dos filtros é apresentada em conformidade com os descritos na plataforma de buscas da base de dados do Portal de Periódicos da Capes. A escolha do filtro “Periódico revisado por pares” convém a partir da necessidade de estudos mais valorosos acerca da temática, resultando em informações/dados mais confiáveis, dado o parâmetro avaliativo que estas produções acadêmicas recebem. A opção do filtro “Data de criação entre 2010-2023” foi motivada pelo notável aumento na realização de estudos voltados para a assistência estudantil, especialmente após a formalização do PNAES como decreto em 2010.

Dando início à pesquisa no Portal de Periódicos da Capes, aplicou-se o descritor “Assistência Estudantil *AND* PNAES”; onde foram encontrados inicialmente 78 resultados, sendo 77 artigos e 1 dissertação. Após a aplicação dos filtros mencionados (periódicos revisados por pares e recorte temporal), obteve-se um total de 56 artigos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 08 - Resultado da busca das produções acadêmicas no Portal de Periódicos da CAPES

BOOLEANO: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AND PNAES		
FILTROS	DESCRIPTOR	RESULTADOS
1	Aplicação dos termos	78
2	Periódicos revisados por pares	56
3	Data de criação 2010-2023	56

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após realizar a busca na plataforma, avançou-se para a fase de leitura exploratória dos resumos dos trabalhos, nos quais predominavam discussões sobre a assistência estudantil

como política pública em seus aspectos históricos, teórico-conceituais, bem como sobre sua formulação, implementação e situação atual. Assim, foram desconsideradas as produções acadêmicas que não contemplassem essas discussões. Após essa leitura, 06 artigos apresentaram relação direta com o objeto da pesquisa, evidenciando uma carência de estudos mais amplos e aprofundados acerca dos conceitos, origens, evolução e prática da assistência estudantil como política pública.

Entretanto, vale destacar que essa realidade não se restringe à presente pesquisa. Santos, Siqueira e Diniz (2021), em seu estudo “Assistência estudantil e PNAES: um estudo bibliométrico sobre a produção científica na área”, constataram uma escassez de investigações sobre o tema na literatura brasileira. Segundo os autores, os estudos atuais concentram-se em análises de casos de natureza local, carecendo de um corpo teórico que permita maior generalização. Essa crítica também é compartilhada por Silva, Stallivieri e Pacheco (2021), os quais, a partir de resultados exíguos, concluíram que há necessidade de estudos futuros sobre a temática, uma vez que o universo analisado revelou limitações e escassez, mesmo utilizando-se a base de dados do Portal da CAPES para a pesquisa.

Quadro 09 - Artigos científicos selecionados com o descritor “Assistência Estudantil AND PNAES”

TÍTULO	AUTORES	MÉTODO CIENTÍFICO	REVISTA	ANO
Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras	Wandilson Alisson S. Lima e Liliane Caraciolo Ferreira	Pesquisa bibliográfica e Análise documental	Meta: Avaliação	2016
A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileira	Thaís Kristosch Imperatori	Pesquisa bibliográfica	Revista Serviço Social & Sociedade	2017
Assistência Estudantil na Política de Educação Superior no Brasil	Larissa Cavalcante de Albuquerque	Pesquisa observacional e Análise documental	Revista Brasileira de Ensino Superior	2018
Concepções de Estado e a Materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	Débora Rogéria N. de S. Garcia e Carina Elisabeth Maciel	Pesquisa bibliográfica e Análise documental	Revista Educação UFSM	2019
Demarcações Históricas sobre a Política de Assistência Estudantil no Brasil	Adão Rogério Xavier Silva e Mark Clark Assen de Carvalho	Revisão da literatura e Análise documental	Revista Exitus	2020

Quadro 09 - Artigos científicos selecionados com o descritor “Assistência Estudantil AND PNAES” (Continuação)

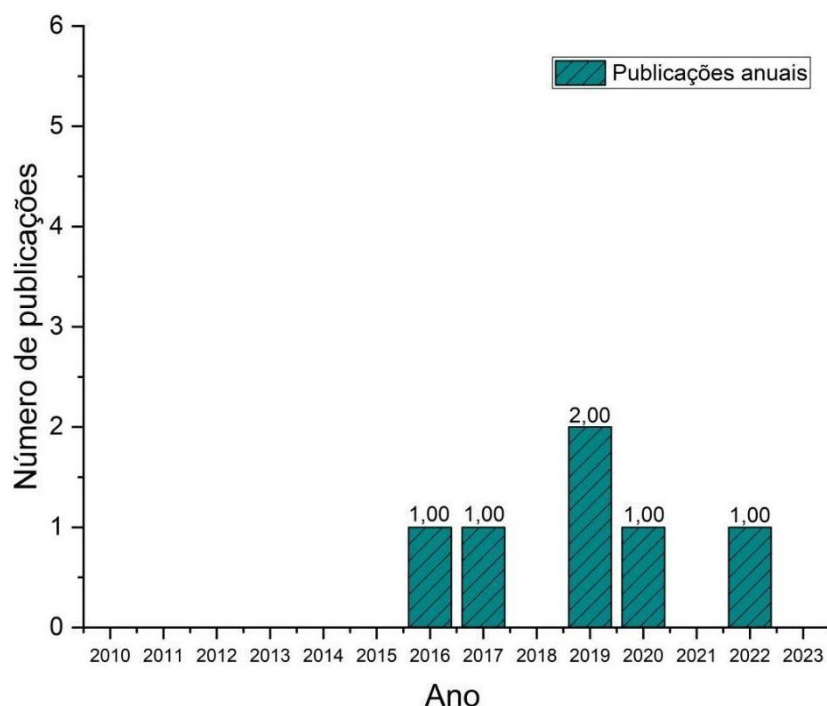
Entre Crises e Dilemas Persistentes: uma Análise dos Programas de Permanência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras	Eduardo Henrique N. Borges, Adriane Pereira Gouvea e Maria Ligia de Oliveira Barbosa	Revisão da literatura	Revista do Programa de Pós-Graduação Sociologia da USP	2022
---	--	-----------------------	--	------

Fonte: Elaborado pela autora através do Portal de Periódicos CAPES (2023)

Com a definição do *corpus* da pesquisa, procedeu-se à análise dos trabalhos encontrados, tendo como categorias de análise: o ano de publicação das produções científicas, eixos temáticos, descrições dos títulos das produções acadêmicas, referencial teórico mais recorrente e métodos científicos. Essa abordagem permite uma compreensão abrangente do panorama das pesquisas sobre o tema da assistência estudantil, possibilitando identificar tendências, lacunas e contribuições significativas na literatura acadêmica.

2.1 PERSPETIVAS EMERGENTES NA LITERATURA ACADÊMICA: ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para iniciar a análise dos trabalhos, o Gráfico 03 apresenta o ano de publicação dos artigos científicos. Este gráfico evidencia tendências e padrões de distribuição temporal das publicações ao longo dos anos.

Gráfico 03 - Evolução das produções acadêmicas por ano de publicação

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No tocante aos anos de publicação, identifica-se uma quantidade anual de produções bastante limitada. Entre os anos de 2016 e 2023, evidencia-se um cenário de instabilidade, com apenas uma publicação nos anos de 2016, 2017, 2020 e 2022. Em 2019, houve duas publicações, e constata-se intermitência nos anos de 2018 e 2021.

Embora a temática da assistência estudantil seja de longa data, foi apenas em 2008 que se estabeleceu um marco histórico na área, com a implementação do PNAES, resultado de anos de reivindicação por parte de diversos movimentos sociais. A partir de então, buscou-se o fortalecimento de ações e políticas públicas voltadas à assistência estudantil (Vasconcelos, 2010).

Ainda assim, ao analisar os resultados encontrados, observa-se que a recorrência de discussões relacionadas ao tema teve início apenas a partir de 2016. Nesse contexto, Santos, Siqueira e Diniz (2021) destacam que, com a implantação do Decreto do PNAES em 2010, observou-se um aumento nas publicações a partir de 2014, com uma tendência de crescimento nos anos subsequentes. Tal constatação evidencia que, embora o tema ainda seja pouco explorado, deveria ocupar maior espaço nas agendas de pesquisa.

Na mesma linha, Silva, Stallivieri e Pacheco (2021) relatam que, entre os anos de 2016 e 2020, não houve um crescimento representativo de publicações sobre a temática da

assistência estudantil. Já Silva e Sampaio (2022), ao realizarem um levantamento sobre as produções publicadas acerca do tema, observaram que, apesar do quantitativo limitado, estas se concentraram entre os anos de 2016 e 2021. Portanto, diante dos resultados encontrados nesta pesquisa, evidencia-se uma incidência linear entre a realização de pesquisas e as publicações, mesmo com a consolidação da temática.

Para analisar as discussões e conclusões presentes nas produções acadêmicas selecionadas, foram estabelecidos eixos temáticos, conforme Quadro 10, com base na similaridade dos temas abordados, buscando uma análise mais aprofundada das discussões.

Quadro 10 – Agrupamento dos trabalhos acadêmicos selecionados por eixos temáticos

Eixos temáticos	Trabalhos por eixos temáticos	Recorrência
A Trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil	Imperatori (2017) Silva; Carvalho (2020)	2
Construção e implementação das políticas públicas de assistência estudantil	Borges; Gouvêa; Barbosa (2022) Albuquerque (2019) Garcia; Maciel (2019)	3
Avaliação das ações das políticas de assistência estudantil	Lima; Ferreira (2016)	1

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para iniciar a discussão, aborda-se o primeiro eixo temático, que trata dos estudos sobre “A trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil”, destaca-se o artigo de Imperatori (2017), que problematiza a trajetória histórica dessas políticas de assistência estudantil até a implementação do PNAES. Este levantamento histórico busca apresentar uma sequência cronológica de ações voltadas à estruturação da assistência estudantil, visando responder em que medida essas ações podem possibilitar maior ampliação do acesso, permanência e diplomação na educação superior.

Imperatori (2017) destaca que todo o processo de construção da assistência estudantil no Brasil foi marcado por lutas e disputas políticas, tendo sua trajetória conectada ao desenvolvimento da assistência social, sendo ambas resultantes das mobilizações de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Baseando-se nos teóricos Vasconcelos (2010) e Costa (2010), pesquisadores da área, Imperatori (2017) reforça que diversas são as causas da evasão no ensino superior, entre elas:

descontentamento com os horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, dificuldades financeiras, baixo desempenho acadêmico e reprovações. Destaca, ainda, que a assistência estudantil possui grande relevância no contexto brasileiro devido às elevadas taxas de desigualdade social, que se refletem diretamente na permanência dos estudantes nos cursos de graduação.

Imperatori (2017) apresenta dados relevantes de uma pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), realizada em 2011, que mapeou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras no ano de 2010. Imperatori (2017) destaca fatores facilitadores da permanência na universidade, como transporte e moradia.

Em 2010, 56,6% dos estudantes utilizavam transporte coletivo para se deslocar até as instituições de ensino, enquanto apenas 2,5% residiam em moradias universitárias. Esse percentual relativo à moradia apresentava variações significativas entre as regiões do país: na região Norte, o índice era bastante reduzido, atingindo apenas 0,63%, ao passo que, na região Sul, alcançava o maior percentual registrado, com 3,46%.

Imperatori (2017) ressalta que a política de assistência estudantil ainda não está consolidada, encontrando-se em processo de legitimação, especialmente após sua regulamentação com a criação do PNAES. Imperatori (2017) considera que tal política está situada na interseção entre a assistência social e a educação, o que a transforma em um direito social. Ao ponderar que fatores socioeconômicos, como moradia, alimentação e transporte, entre outros, interferem na trajetória dos estudantes no ensino superior, a autora destaca que esses aspectos podem ocasionar o abandono escolar.

O estudo do artigo de Silva e Carvalho (2020) tem por objetivo situar questões que contribuem para demarcar a configuração que a política de assistência estudantil vem assumindo no ensino superior, classificando a trajetória histórica dessa política promovida pelo Estado brasileiro em três fases. A primeira fase corresponde ao período que se estende desde a fundação da Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, localizada em Paris, até a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), nos anos 1970, com a abertura das primeiras universidades no Brasil. A segunda fase está relacionada à época próxima à redemocratização no Brasil, começando com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 1987 e prosseguindo até a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004. A terceira fase tem início com a criação do REUNI, em 2007, e se estende até os dias atuais.

Diante dessas exposições, os autores inferem que as três fases são bem distintas quanto às suas ênfases e prioridades, ocorrendo, ao longo do tempo, uma ruptura na concepção da assistência estudantil no âmbito da educação superior. A primeira fase, iniciada com a abertura das universidades, desenvolve-se até a formulação dos primeiros dispositivos de regulamentação da política de educação, criados sob influência das tendências e interesses políticos vigentes no período.

A segunda fase caracteriza-se por uma forte tendência à democratização e à expansão do ensino superior, por meio de programas assistenciais que, principalmente, estimularam a iniciativa privada. E a terceira fase, marcada pela regulamentação nacional da assistência estudantil, com a criação do REUNI e pela institucionalização do PNAES, passou-se a viabilizar investimentos voltados ao acesso e permanência no ensino superior a uma parcela da sociedade.

É importante destacar que as três fases estão diretamente ligadas aos contextos e momentos históricos vivenciados, especialmente no que tange às políticas educacionais. Em consonância com o que foi anteriormente apontado por Imperatori (2017), as ações de assistência estudantil demarcadas, dentre outras, independentemente do período histórico, foram construídas mediante confrontos e resistências por parte de sujeitos que se opunham à assistência estudantil enquanto política pública.

Silva e Carvalho (2020) reconhecem ganhos e avanços substanciais nos últimos 15 (quinze) anos no que se refere à institucionalização da política pública de assistência estudantil em nível nacional, e ressaltam que as políticas voltadas à promoção do acesso e da permanência devem ser mantidas, intensificadas, ampliadas e aperfeiçoadas, a fim de promover a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Dando continuidade à discussão, para o segundo eixo temático, que trata da “construção e implementação das políticas públicas de assistência estudantil”, apresenta-se o trabalho de Borges, Gouvêa e Barbosa (2022), que se propõe a analisar a construção das políticas públicas de assistência e permanência estudantil no país, a partir da implementação do PNAES. Os autores destacam que, com a instituição do PNAES, em 2007, as discussões sobre políticas de permanência foram intensificadas, proporcionando a criação de diversos programas de assistência estudantil e apoio pedagógico em todo o país.

Apesar de reconhecerem a importância de ações voltadas para o pagamento de bolsas e auxílio, os autores destacam que o problema da permanência no ensino superior está longe de se resumir à dimensão material. Ressaltam a necessidade de investimentos, por parte das instituições de ensino superior, em apoio pedagógico, psicológico e na inserção simbólica dos

discentes. Argumentam que a afiliação simbólica deve ser compreendida como o sentimento de pertencimento à universidade, tornando-se fundamental tanto para a permanência quanto para a conclusão bem-sucedida do curso.

Borges, Gouvêa e Barbosa (2022) também ressaltam a relevância das políticas de apoio pedagógico, como a construção de programas de estudo, incentivos à participação em grupos de pesquisa, iniciação científica, eventos científicos e estágios, que visam superar a visão limitada que compreende a permanência apenas como uma extensão da assistência social. As políticas de apoio pedagógico vão além do fornecimento de apoio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, abrangendo desde o acesso à moradia, alimentação, transporte, até o suporte educacional e psicossocial.

Albuquerque (2019) realizou um levantamento histórico sobre a instituição do PNAES, discutindo o papel do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE), que se consolidou como instância de fortalecimento da luta pela permanência dos estudantes na educação superior. Assim sendo, a autora apresentou resultados obtidos através pesquisa realizada pelo FORNAPRACE, em 2016, onde analisou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes participantes do Programa de Assistência Estudantil, a partir da instituição do PNAES. Diante das discussões presentes no texto, Albuquerque (2019), assim como Imperatori (2017) ratificou a necessidade da assistência estudantil como política que fortalece a permanência dos estudantes, especialmente daqueles que não possuem condições econômicas de manter-se na universidade pública sem o apoio do Estado.

O trabalho de Garcia; Maciel (2019) analisou as concepções e papel do Estado, buscando compreender como se dá a formulação de políticas sociais e suas implicações no campo educacional tomando como base a elaboração e implantação do PNAES. Os autores constataram que o PNAES é uma política social executada nas instituições federais de ensino, com o objetivo de reduzir as dificuldades enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade social, garantindo sua permanência no ensino superior.

Ao examinarem os elementos que levaram à implantação do PNAES, os autores observaram que o Estado e o governo articulam interesses para a materialização de programas e ações que buscam minimizar as fraturas sociais, por meio de políticas voltadas à democratização do acesso à educação superior, com ênfase na permanência dos estudantes. Ainda que considerem que as ações do PNAES não sejam suficientes para modificar a estrutura que gera as desigualdades, ressaltam que essas ações são relevantes para amenizar os problemas sociais que interferem na permanência dos estudantes no ensino superior,

afirmando que, sem essas medidas, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social estaria ainda mais comprometida.

Neste sentido, os autores compreendem que a materialização do PNAES representa uma conquista e um marco histórico na garantia da educação no ensino superior, ao priorizar a permanência de estudantes pertencentes a grupos historicamente excluídos. Concordam, juntamente com Borges, Gouvêa e Barbosa (2022), que a política de assistência estudantil não deve se restringir ao repasse de recursos financeiros, devendo considerar as condições sociais, econômicas, culturais, físicas, pedagógicas e psicológicas dos estudantes, bem como os processos históricos que permeiam essas condições.

Para a análise do último eixo temático, que trata da “avaliação das ações das políticas de assistência estudantil”, é apresentada a pesquisa de Lima e Ferreira (2016), cujo objetivo foi mapear e avaliar as ações executadas nas universidades federais. A avaliação de políticas públicas é descrita como um “conjunto de operações racionais, objetivas, sistemáticas e empiricamente fundamentadas que têm por finalidade examinar seus efeitos em relação aos objetivos pré-fixados e às práticas adotadas para atingi-los” (Giovanni, 2015, p. 102).

Lima e Ferreira (2016) baseiam seu estudo de avaliação das políticas públicas em Alaharja; Helgason (2000), Secchi (2013) e Xun *et al.* (2014). Focando na eficácia das ações e programas oferecidos pelas instituições, investigaram a articulação dessas iniciativas com as áreas específicas do PNAES. Para tanto, analisaram 60 portais de universidades federais brasileiras, a fim de identificar e mapear as ações e políticas públicas de assistência estudantil. Os dados foram interpretados à luz da perspectiva de Bardin (1977), utilizando quadros descritivos das políticas institucionais relacionadas à assistência estudantil, categorizando e avaliando as ações de acordo com os eixos definidos pelo PNAES.

Diante desses achados, constatou-se que os programas relacionados à alimentação e ao transporte são os mais frequentes e amplamente desenvolvidos pelas universidades, proporcionando benefícios significativos aos estudantes das classes C, D e E. No entanto, quanto à evasão, Lima e Ferreira (2016) identificaram a ausência de mecanismos de controle ou de pesquisas específicas que estabeleçam uma correlação entre a evasão ou a permanência dos estudantes e as ações das políticas públicas existentes.

Lima e Ferreira (2016) chegaram à conclusão de que as ações e Programas de Assistência Estudantil são considerados eficazes, pois alcançam seus objetivos conforme as áreas previamente definidas, estando alinhadas com os propósitos do PNAES. Contudo, ressaltam a necessidade de estudos futuros que investiguem a eficiência e efetividade dessa política.

Avançando na análise da revisão sistemática da literatura, foi realizada a avaliação dos títulos presentes no *corpus* da pesquisa elaborado pelos autores. O objetivo do Quadro 11 é destacar as palavras mais frequentemente utilizadas nos títulos de trabalhos sobre assistência estudantil. Espera-se, com isso, orientar pesquisas futuras quanto à escolha dos termos a serem utilizados na formulação de títulos, otimizando os critérios de busca. Para atingir esse objetivo, foram selecionadas as palavras que compuseram os descritores desta pesquisa.

Quadro 11 – Frequência de ocorrência dos descritores nos títulos dos trabalhos

DESCRIPTOR	TRABALHOS	RECORRÊNCIA
"Assistência Estudantil"	Lima; Ferreira (2016); Imperator (2017); Albuquerque (2019); Garcia; Maciel (2019); Silva; Carvalho (2020).	5
"PNAES"	Garcia; Maciel (2019).	1
Ausência dos descritores no título	Borges; Gouvêa; Barbosa (2022).	1

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Após análise dos resultados apresentados, no que descrevem os títulos, salienta-se que dentre os seis trabalhos que compõem o *corpus* desta pesquisa, cinco apresentam o termo “assistência estudantil” de forma direta em seus títulos: Imperatori (2017); Silva e Carvalho (2020); Lima e Ferreira (2016); Albuquerque (2019); e Garcia e Maciel (2019). Desses cinco, nota-se que apenas a produção de Garcia e Maciel (2019) expressa o termo “PNAES” em seu título. Dentre as seis pesquisas, apenas Borges, Gouvêa e Barbosa (2022) não apresenta, de forma objetiva no título, as palavras-chave pesquisadas.

Quanto aos autores utilizados na construção do referencial teórico dessas pesquisas, buscaram-se aqueles que foram mais frequentemente citados nos trabalhos analisados. A adoção desse critério teve o objetivo de evidenciar, de maneira mais clara, as diferentes perspectivas teóricas seguidas pelos autores do *corpus* da pesquisa. No Quadro 12, são apresentados os cinco autores mais citados nos trabalhos selecionados para esta pesquisa, juntamente com os respectivos trabalhos que os referenciaram.

Quadro 12 - Autores mais referenciados nos textos dos trabalhos acadêmicos selecionados

Autores referenciados	Trabalhos	Recorrência
Aline Vieiro Kowalski	Silva; Carvalho (2020) Lima; Ferreira (2016) Garcia; Maciel (2019)	3
Josimeire Omena de Araújo	Lima; Ferreira (2016) Imperatori (2017)	2
Betty Elmer Finatti	Lima; Ferreira (2016) Imperatori (2017)	2
Jolinda de Moraes Alves	Lima; Ferreira (2016) Imperatori (2017)	2
Ricardo de Jesus Silveira	Lima; Ferreira (2016) Imperatori (2017)	2

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Dentre os resultados obtidos, Aline Vieiro Kowalski foi a autora mais referenciada, sendo mencionada nos trabalhos de Silva e Carvalho (2020), Lima e Ferreira (2016) e Garcia e Maciel (2019), os quais abordam a institucionalização da assistência estudantil no Brasil e questões relacionadas à oferta e à garantia desse suporte (Kowalski, 2012). Em seguida, Josimeire Omena de Araújo foi citada nos trabalhos de Lima e Ferreira (2016) e Imperatori (2017), nos quais discute a assistência estudantil como um direito do cidadão e um instrumento de inserção social (Araújo, 2003). Betty Elmer Finatti, Jolinda de Moraes Alves e Ricardo de Jesus Silveira desenvolveram pesquisas em conjunto, posteriormente mencionadas nos trabalhos de Lima e Ferreira (2016) e Imperatori (2017), que tratam das políticas de assistência estudantil com foco na permanência (Finatti; Alves; Silveira, 2007).

Para entender como os autores conduziram seus trabalhos durante o processo investigativo, optou-se por analisar as metodologias utilizadas para alcançar os objetivos propostos pelas pesquisas. No Quadro 13, são apresentadas as metodologias, de forma a evidenciar e orientar como foram conduzidas as pesquisas.

Quadro 13 - Agrupamento dos trabalhos acadêmicos conforme as escolhas metodológicas enunciadas nos trabalhos

Métodos científicos utilizados	Trabalhos	Recorrência
Abordagem qualitativa	Albuquerque (2019); Lima e Ferreira (2016).	2
Revisão da literatura	Silva e Carvalho (2020); Borges, Gouvêa e Barbosa (2022).	2
Pesquisa bibliográfica	Imperatori (2017); Lima e Ferreira (2016); Garcia e Maciel (2019).	3
Pesquisa observacional	Albuquerque (2019)	1
Análise documental	Albuquerque (2019); Lima e Ferreira (2016); Garcia e Maciel (2019); Silva e Carvalho (2020).	4

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao analisar as metodologias científicas utilizadas, identifica-se que a abordagem qualitativa foi a única explicitamente mencionada nos trabalhos de Albuquerque (2019) e de Lima e Ferreira (2016). A abordagem qualitativa tem como objetivo compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos que participam do contexto do estudo (Godoy, 1995). Nos demais trabalhos, como os de Silva e Carvalho (2020), Borges, Gouvêa e Barbosa (2022), Imperatori (2017) e Garcia e Maciel (2019), os autores não especificaram a abordagem adotada.

Entre as metodologias utilizadas, foi identificada a revisão de literatura nos trabalhos de Borges, Gouvêa e Barbosa (2022). Esses autores buscaram produções acadêmicas publicadas que discorrem sobre os contextos institucionais em vinte universidades federais de ensino superior, tendo como parâmetro de análise as políticas públicas de assistência e permanência estudantil das respectivas instituições. Silva e Carvalho (2020) utilizaram a revisão de literatura para delinear as três fases históricas da assistência estudantil como política pública na educação superior no Brasil, conforme proposto por Kowalski (2012). A importância de pesquisas e/ou etapas voltadas para a revisão de literatura no desenvolvimento do conhecimento é reforçada pelo argumento de que:

A revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada,

referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado actual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (Bento, 2012, p.01).

Imperatori (2017) optou por uma pesquisa bibliográfica para analisar a definição de assistência, situando-a entre a assistência social e a educação. Lima e Ferreira (2016) também realizaram uma pesquisa bibliográfica, acessando sessenta portais de universidades federais brasileiras, com o objetivo de identificar e mapear as ações e políticas públicas voltadas para a assistência estudantil. Garcia e Maciel (2019) utilizaram essa metodologia para analisar as proposições neoliberais e suas interferências na formulação de políticas públicas, baseando-se em trabalhos já publicados. A pesquisa bibliográfica permite identificar as informações e dados presentes no material selecionado, além de verificar as relações existentes entre eles, possibilitando uma análise de sua consistência (Lima; Mito, 2007).

Optando por uma pesquisa observacional, Albuquerque (2019) analisou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes beneficiários dos Programas de Assistência Estudantil, a partir dos resultados da pesquisa realizada em 2016 pelo FONAPRACE. O método observacional baseia-se em propriedades sensoriais que exigem que o pesquisador participe ativamente do processo de vivenciar os eventos. Conforme Fachin (2003), o objetivo da pesquisa observacional no contexto empírico é capturar com precisão os aspectos essenciais e acidentais de um fenômeno.

Autores como Lima e Ferreira (2016), Albuquerque (2019), Garcia e Maciel (2019), e Silva e Carvalho (2020) utilizaram uma abordagem metodológica mista, incorporando também a análise documental em seus trabalhos.

De acordo com Kripka, Scheller e Bonotto (2015):

[...] a análise documental constitui um método importante seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Assim o pesquisador irá extrair os elementos informativos de um documento original a fim de expressar seu conteúdo de forma abreviada, resultando na conversão de um documento primário em documento secundário (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 245).

Segundo Minayo (2001, p. 16), “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Nesse sentido, a metodologia e a teoria estão ligadas

uma à outra, no que diz respeito à abrangência das concepções teóricas. A metodologia, como um conjunto de técnicas, deve fornecer instrumentos claros, coerentes e bem elaborados, capazes de direcionar os desafios teóricos para a prática. Assim, as decisões metodológicas indicam pesquisas que buscam uma compreensão profunda, contextualizada e embasada, alinhadas a investigações em ciências humanas e sociais, especialmente em temas como educação, políticas públicas ou assistência estudantil.

Dessa forma, com base nos achados, foram obtidas informações relevantes para compreender o desenvolvimento das políticas públicas de assistência estudantil, examinando sua trajetória histórica até a criação do PNAES. Esses dados subsidiaram o referencial teórico desta pesquisa. A identificação histórica desse desenvolvimento permite afirmar que, em determinado momento, houve a necessidade de conceber e implementar estratégias que garantissem a permanência de grupos sociais específicos, reconhecendo que parte do direito à educação reside nas condições de acesso, permanência e formação.

No que se refere às discussões presentes nas produções acadêmicas, observa-se uma amplitude significativa de debates sobre as políticas de assistência estudantil, abrangendo desde sua concepção até sua implementação e avaliação. As produções destacam a evolução histórica dessas políticas, ressaltando os marcos importantes ao longo do tempo. Além disso, abordam o processo de construção e implementação das políticas públicas de assistência estudantil, detalhando os atores envolvidos, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para sua efetivação. Essas discussões revelam a complexidade e a importância dessas políticas na promoção da igualdade de oportunidades e no apoio ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

A partir da análise dos resultados da revisão sistemática da literatura, destaca-se também a importância da avaliação das políticas de assistência estudantil, a qual deve focar não somente na análise da eficiência, mas também na eficácia e efetividade dos programas institucionais. Nesse sentido, ressalta-se que a avaliação da eficiência consiste em analisar se os objetivos dos programas estão sendo alcançados, enquanto a avaliação da eficácia diz respeito à utilização otimizada dos recursos. Já a efetividade dessas políticas é avaliada em relação ao impacto que elas têm sobre a vida dos estudantes, principalmente em termos de permanência, acesso e sucesso acadêmico. A junção dessas avaliações é fundamental para buscar assegurar que os programas de assistência estudantil alcancem seus objetivos pretendidos.

Para subsidiar a construção da metodologia desta pesquisa, foi fundamental examinar os elementos metodológicos identificados nos trabalhos analisados. Além de fornecer uma

base para a criação de um referencial metodológico adequado ao objeto de estudo, tal exame possibilitou a identificação das técnicas e abordagens mais eficazes.

Dentre outros achados, foi possível constatar que as universidades ainda carecem de pesquisas que correlacionem a evasão e a permanência dos estudantes com os programas institucionais de assistência estudantil. Sem essa análise, torna-se difícil avaliar o impacto real desses programas e identificar áreas de melhoria para garantir que as políticas de assistência estudantil cumpram seu objetivo de manter os estudantes na universidade e apoiar seu sucesso acadêmico. Apesar de o PNAES existir há mais de uma década, ainda há falta de metodologias governamentais que orientem os processos avaliativos e auxiliem as universidades que não possuem mecanismos próprios de avaliação. Além disso, verifica-se, na literatura, a escassez de um banco de dados nacional que disponibilize informações sobre a gestão e a execução do PNAES.

Assim, observa-se que o PNAES se tornou um marco histórico e serviu de base legal para os programas e projetos voltados para a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A política estabelece que suas ações devem contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e atuar preventivamente nas situações de retenção e evasão. Diante dos achados, considera-se que, sem as ações do programa, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social estaria ainda mais comprometida. Diante disso, a importância de se criar estratégias para mitigar os problemas sociais torna-se imprescindível. Apesar do avanço na esfera federal com a adoção do PNAES, a pesquisa revelou a ausência de políticas públicas consolidadas de assistência estudantil nas esferas estadual e municipal, fazendo-se necessário formalizar a garantia de repasse de recursos específicos para essas políticas em todas as esferas governamentais.

Contudo, destaca-se, com base na pesquisa, que as ações de assistência estudantil devem transcender o repasse de recursos financeiros, abrangendo uma abordagem integral que leve em conta as condições sociais, econômicas, culturais, físicas, pedagógicas e psicológicas dos estudantes. Cabe uma reflexão sobre o critério de renda adotado pelo programa, conforme disposto no art. 5º do respectivo regulamento: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (Brasil, 2010). Essa diretriz, embora necessária, pode não ser adequada para abarcar a complexidade das realidades vivenciadas pelos estudantes, reforçando a necessidade de políticas mais adaptáveis às múltiplas vulnerabilidades que permeiam o cotidiano da sociedade.

3 DO ACESSO À PERMANÊNCIA: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO PILAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR

Esta seção está dividida em três subseções e apresenta uma reflexão acerca da assistência estudantil enquanto mecanismo para a equidade no ensino superior, contextualizando historicamente sua constituição e evolução no cenário nacional, além de destacar as principais mudanças e iniciativas à luz do reconhecimento do direito do cidadão à educação. Ao estudar o desenvolvimento das políticas de assistência estudantil, é possível identificar padrões e tendências que moldaram o cenário atual da assistência estudantil voltada para o ensino superior no Brasil.

Assim, durante essa seção, será promovida uma discussão sobre as políticas públicas que visam à inclusão e à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Serão abordados programas como o Plano Nacional de Educação (PNE), o REUNI e o PNAES, enfatizando suas contribuições na construção de uma universidade mais democrática. Por fim, será debatida a questão da permanência no ensino superior público no Brasil, discorrendo sobre os desafios que exigem soluções integradas e sustentadas por um compromisso efetivo com a justiça social.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO

Desde as primeiras décadas após o surgimento das universidades, o Brasil iniciou sua luta em busca de atendimento ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de ampliar as condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior. Os primeiros registros voltados para a assistência estudantil, segundo Kowalski (2012), deram-se em 1928, com a criação da Casa do Estudante situada em Paris. Apesar da intenção inicial de fornecer assistência aos estudantes universitários que enfrentavam dificuldades financeiras para se manterem em outro país, essa primeira ação iniciou-se de forma contraditória. O público inicialmente beneficiado por essa medida era composto por estudantes que possuíam algum poder aquisitivo para realizar seus estudos fora do país. Conforme Kowalski (2012) aponta, essa realidade revela uma assistência estudantil voltada para atender às necessidades da elite brasileira, que unicamente era o público que conseguia ter acesso ao ensino superior.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1930, foi criada a primeira Casa do Estudante no Brasil, cujos efeitos se refletiram posteriormente em 1931, com a

implementação do Decreto nº 19.851/1931, através da Reforma Francisco Campos. Segundo Borges, Gouvêa e Barbosa (2022) e Kowalski (2012), esse momento histórico marcou o surgimento das primeiras regulamentações e medidas destinadas à assistência estudantil. O decreto em questão, composto por 115 artigos, incluiu o §4º do Art. 100, no qual se expõe o seguinte:

§ 4º As medidas de providencia e beneficencia serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitarios, e nellas serão incluidas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua applicação e intelligencia, ao auxilio instituído. (Brasil, 1931, p. 16).

Dentro do contexto do projeto educacional de Getúlio Vargas, a assistência estudantil materializou-se na Constituição Federal de 1934. O Artigo 157 dessa Constituição estabelecia a obrigação da União, dos Estados e do Distrito Federal de destinarem uma parte dos seus bens para a formação dos fundos de educação, sendo designada uma parte desses fundos para a aplicação em auxílios a estudantes necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas (Brasil, 1934). A partir desse momento, identifica-se que a política de assistência passou a ganhar uma maior notoriedade por estar sendo propagada na carta magna do país.

Com o apoio do Ministério da Educação e Saúde, em 1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima dos estudantes, que teve como primeira sede administrativa a Casa do Estudante do Brasil, a qual disponibilizava serviços de assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência. A entidade mobilizou-se em prol de uma reforma universitária que visava à democratização do sistema educacional e à defesa dos direitos dos estudantes no Brasil.

A partir da promulgação da Constituição de 1946 (Brasil, 1946a), passou-se a ser obrigatória a oferta de assistência estudantil em todos os níveis de ensino. O Art. 172 da referida constituição estabeleceu que “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Brasil, 1946a, p. 37). No mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº 20.302/1946, que tratava da aprovação dos regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, de tutela do Ministério da Educação e Saúde. Em seu Capítulo V, Art. 8º, onde se trata da Competência dos órgãos de ensino, destaca-se a orientação acerca da temática assistencial, onde lhe compete:

- I - promover a execução dos preceitos legais referentes à orientação educacional e fiscalizá-la;
- II - manter organizado um plano de assistência médico-social a alunos, estudando problemas com tal assistência relacionados;
- III - estimular a organização de caixas escolares, associações literárias e desportivas, jornais, revistas e demais trabalhos complementares da educação dos alunos;
- IV - elaborar planos para concessão de bolsas de estudos a alunos e controlar a aplicação das mesmas;
- V-estudar os casos de admissão gratuita de estudantes pobres nos estabelecimentos equiparados ou reconhecidos, bem como os de aquisição de uniforme e material escolar para os mesmos (Brasil, 1946b, p. 6).

Quinze anos após, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, sendo estabelecido um documento que atribuía ao sistema de ensino a responsabilidade de prover, estimular e fiscalizar, de forma obrigatória, serviços de assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos estudantes. Conforme Silveira (2012), a assistência estudantil passa a ser percebida como um direito de todos os estudantes que dela necessitem, um direito que corresponde aos preceitos da política de educação, e não mais como uma ajuda destinada apenas aos estudantes considerados "necessitados". Em dois dos seus artigos, destaca-se a Assistência Social Escolar, tratando-a como um direito dos estudantes.

- Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.
- Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (Brasil, 1961, p. 12).

Entre as décadas de 1950 e 1970, houve uma expansão significativa das universidades públicas no Brasil. Esse movimento aumentou proporcionalmente o ingresso de estudantes das classes mais baixas, que passaram a ter acesso ao ensino superior, havendo, assim, uma necessidade premente de intensificação de medidas que prestassem maior assistência a esse público. Contribuindo para essa discussão, Sousa (2005) observa que, com a expansão das vagas nas universidades públicas, muitos jovens que saíam de suas cidades, em sua grande maioria advindos de cidades interioranas, passaram a ter acesso ao ensino superior, mas não dispunham de meios para se manter em cidades com custo de vida totalmente diferente de sua realidade, já bastante precarizada. Nesse contexto, houve um grande envolvimento do

movimento estudantil na cobrança para que as universidades assumissem a responsabilidade de prover meios para prestar assistência aos estudantes mais vulneráveis.

Em 1970, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu o DAE⁸, com o propósito de assegurar ações de assistência estudantil, abrangendo áreas como: moradia, alimentação e assistência médico-odontológicas para os estudantes mais necessitados. Frente à crescente demanda de estudantes necessitavam de assistência estudantil durante o período da ditadura militar, o Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, instituiu o programa Bolsa Trabalho em nível nacional, conforme estabelecido pelo Decreto nº 69.927/1972 (Brasil, 1972). Esse programa foi concebido com o objetivo de oferecer oportunidade experiência profissional em órgãos e entidades públicas e particulares a estudantes de todos os níveis de ensino com baixa condição financeira. O objetivo era “associar auxílio financeiro e educação” e buscava contribuir para o preparo dos alunos para o mercado de trabalho, explica Ramalho (2013, p. 28).

Apesar do avanço na abertura das universidades no Brasil e dos primeiros dispositivos e regulamentos criados para prover a assistência estudantil, o acesso ao ensino superior ainda era direito de poucos. Na tentativa de atender aos preceitos legais já estabelecidos para a assistência estudantil, e em resposta aos inúmeros documentos produzidos durante os encontros de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, tanto em âmbito nacional quanto regional, fomentados pela ANDIFES, que tem por finalidade integrar, valorizar, defender e fortalecer as universidades federais, além de representar os interesses dessas instituições junto ao Congresso Nacional, foi criado, em 1987, o FONAPRACE. Esse fórum foi estabelecido com o propósito de representar oficialmente e de forma permanente os Pró-Reitores da área. Além disso, o FONAPRACE foi incumbido da responsabilidade de discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) políticas de Promoção e Apoio ao Estudante.

Em 1988, sob a influência dos diversos movimentos populares que se uniram na campanha das “Diretas Já”, a Constituição Federal foi promulgada, marcando um ponto decisivo na história do país. Este documento representou um avanço significativo nas questões relacionadas à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos, como enfatizado por Vasconcelos (2010). A Constituição Federal de 1988 foi o resultado da luta de vários movimentos sociais, que culminou na consolidação da garantia de direitos sociais e políticos.

⁸ Conforme apontado por Imperatori (2017) o departamento mencionado anteriormente foi descontinuado em 1980, o que acarretou na dispersão das ações de assistência aos estudantes e na escassez de recursos para sua implementação.

Em seu art. 6º, a Constituição declara que o direito à educação e à assistência aos desamparados são direitos sociais, ou seja, são direitos fundamentais que visam à promoção da qualidade de vida para a população brasileira (Brasil, 1988). Dessa forma, torna-se dever do Estado assegurar esse direito a todos os cidadãos, como forma de promover a igualdade entre os povos.

O FONAPRACE iniciou, em 1994, um levantamento amostral do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES brasileiras. Ao longo dos anos, foram conduzidas diversas pesquisas em 1996, 2003/2004, 2010, 2014 e 2018. A análise dos dados dessas pesquisas, em diferentes períodos, permite a identificação de tendências, mudanças e continuidades no perfil dos estudantes universitários, bem como a compreensão do impacto das políticas públicas e programas de assistência estudantil em suas condições socioeconômicas e culturais ao longo do tempo. Além disso, essas pesquisas desempenham um papel fundamental ao fornecer subsídios valiosos para a formulação e o aprimoramento de políticas de assistência estudantil e inclusão social nas IFES.

Reafirmando os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 ratificou a importância da assistência estudantil. O art. 3º desta lei estabeleceu os princípios fundamentais para o ensino, incluindo o princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Brasil, 1996). No entanto, é relevante observar que, embora a LDB reconheça a importância da assistência estudantil, o art. 71 não atribui ao Estado a responsabilidade pelo custeio desses programas. De acordo com o referido artigo: “não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: Alínea IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.” (Brasil, 1996, *n.p.*).

No ano de 2000, o governo federal preparava o PNE, cujo relator era o Deputado Nelson Marchezam, e “observou-se que no Plano nada constava relacionado à Assistência Estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 24). Diante disso, o FONAPRACE, em audiência com o relator do PNE, entregou um documento de apresentação do Fórum, acompanhado dos resultados da I Pesquisa de Perfil Socioeconômico dos Estudantes, realizada em 1996 pelo próprio FONAPRACE. Neste documento, formalizou-se uma solicitação para a inclusão da assistência estudantil no PNE, juntamente com a proposição de indicadores para a permanência estudantil nas IES públicas. O PNE foi aprovado em 2001 para o decênio de 2001 a 2010 e incorporou a proposta apresentada pelo FONAPRACE, dentro da Seção 4 – Educação Superior, em seu item 4.4 - Financiamento e Gestão da Educação Superior. O plano

promoveu o estímulo à assistência estudantil, delineado especialmente no subitem 34, que recomenda: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (Brasil, 2001).

Após a inclusão da assistência estudantil no PNE, o FONAPRACE elaborou uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil. Esse processo teve início em 2000 e foi embasado em dados obtidos por meio de pesquisa realizada pelo Fórum sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das IFES de 1996, bem como nos desafios enfrentados por esses estudantes, identificados pelos setores responsáveis das IFES.

O plano estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos e destacou, aos órgãos governamentais, a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil. A versão final do Plano Nacional de Assistência foi submetida à ANDIFES, tornando-se um documento fundamental para todas as ações relativas ao tema. Isso incluiu a elaboração de propostas de recursos orçamentários para que as IFES investissem em programas de assistência estudantil.

Em 2007, foi criado o REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096. Esse programa teve por objetivo criar condições para o aumento do acesso e da permanência no ensino superior. Uma das diretrizes fundamentais do REUNI, conforme estabelecido em seu artigo 2º, inciso V, é a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil (Brasil, 2007). Essa iniciativa refletiu um esforço significativo do governo federal para assegurar que todos os estudantes tivessem a oportunidade de ingressar e permanecer no ensino superior.

Nesse mesmo ano, ocorreu a atualização do Plano Nacional de Assistência Estudantil, dando início a discussões com o MEC para a implantação de uma Política Nacional de Assistência Estudantil. Como resultado dessas discussões, foi instituída a Portaria Normativa nº 39/2007, que criou o PNAES. Esse programa teve início, na prática, no ano de 2008, representando um marco histórico tanto para o FONAPRACE quanto para a assistência estudantil no Brasil. Diante disso, passou-se a contar com a destinação direta de recursos específicos, repassados pelo Ministério da Educação, para a assistência estudantil voltada aos estudantes de instituições públicas federais. Em 2010, a normativa passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234. Em consonância com essa discussão, Vasconcelos (2010) enfatiza que o PNAES representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Vai além de ser apenas um conjunto de políticas; representa o compromisso do Estado em enfrentar as desigualdades socioeconômicas que dificultam o acesso e a permanência na educação superior.

A apresentação do Projeto de Lei, nº 8.035/2010, do PNE 2011-2020, em 2011, representou um marco renovador na construção de um sistema de ensino superior mais inclusivo e igualitário no Brasil. Destacando-se especialmente pela estratégia 12.5 - o projeto propunha “ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, visando aumentar as taxas de acesso à educação superior para estudantes provenientes da escola pública e apoiar seu sucesso acadêmico” (Brasil, 2011). Essa proposta refletiu o reconhecimento da importância da assistência estudantil como meio eficaz de promoção da equidade no acesso à educação superior.

A criação do Programa de Bolsa Permanência, por meio da Portaria nº 389/2013 do Ministério da Educação, marcou um avanço significativo na promoção da equidade e inclusão no ensino superior brasileiro. Conforme estipulado no artigo 3º, os objetivos são:

- I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e
- III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (Brasil, 2013, *n.p.*).

É importante destacar que a focalização do programa em estudantes indígenas e quilombolas representa uma medida de reconhecimento e reparação histórica, dado o longo histórico de exclusão e marginalização enfrentado por essas comunidades no contexto educacional brasileiro.

Em 2014, foi aprovado o PNE através da Lei nº 13.005/2014, para o decênio (2014–2024) (Brasil, 2014). A lacuna temporal que precedeu a implementação desse plano pode ser justificada na seguinte citação:

O PNE ora em discussão foi concebido para dar sequência ao PNE 2001-2010. A par disso, esperava-se que vigesse no decênio 2011-2020. Todavia, somente em dezembro de 2010 é que o Poder Executivo o apresentou à Câmara dos Deputados, onde tramitou como Projeto de Lei nº 8.035, de 2010. Com isso, sob a ótica formal, o País enfrenta lacuna no planejamento da educação desde o ano de 2011 (Brasil, 2013, p. 01).

Após um extenso processo de alterações e deliberação na Câmara, o PNE decênio (2014–2024) ⁹incluiu disposições relacionadas à assistência estudantil nas estratégias: 11.12 e 12.5, os quais estabelecem:

11.12.¹⁰ elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos(as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

12.5. ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (Brasil, 2011, *n.p.*).

Esses itens visaram diretrizes para o aumento do investimento em programas de assistência estudantil, com o objetivo de garantir condições adequadas para a permanência dos estudantes e a conclusão de seus cursos. Ao buscar ampliar progressivamente os recursos destinados a esses programas, o PNE visa assegurar que os estudantes contem com apoio financeiro e estrutural para enfrentar os desafios e dificuldades ao longo de sua trajetória acadêmica.

O objetivo do Projeto de Lei nº 2.614¹¹, de 2024, é aprovar o novo PNE para o decênio (2024-2034). Ele substitui a Lei nº 13.005/2014, que cobre o período de 2014 a 2024, cuja validade será estendida até dezembro de 2025. O novo PNE reitera seu compromisso com o apoio ao estudante, por meio de um conjunto de estratégias voltadas à ampliação do acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação, seja na modalidade presencial ou a distância, em consonância com o desenvolvimento econômico, socioambiental e regional. Dessa forma, são apresentadas as estratégias correspondentes:

Estratégia 13.7. Garantir recursos para o fortalecimento e a ampliação de políticas afirmativas e de assistência estudantil, e processos seletivos e infraestrutura adequados aos diferentes públicos, de forma a promover, efetivamente, o acesso, a participação, a permanência e a conclusão da

⁹ Este decênio prevê, no âmbito da assistência estudantil, propostas inseridas na Meta 12, que estabelece como objetivo: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

¹⁰ Ressalta-se que essa estratégia diz respeito ao ensino profissionalizante, visando à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

¹¹ O Projeto de Lei estabelece, em seu Objetivo 13: ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdades e inclusão.

graduação a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e com deficiência;

Estratégia 13.9. Instituir avaliação periódica das políticas afirmativas, de assistência estudantil e de acessibilidade para o seu contínuo aperfeiçoamento, considerada a participação na composição do corpo discente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e com deficiência (Brasil, 2024, *n.p.*).

Ao destacar a importância de garantir recursos para fortalecer e expandir políticas afirmativas, assistência estudantil, processos seletivos e infraestrutura adaptável a diversos públicos, o plano reconhece que o êxito das políticas de inclusão não se limita à sua implementação inicial, mas também ao seu monitoramento e revisão periódica, possibilitando adequações que considerem mudanças no perfil socioeconômico e nas necessidades educacionais dos grupos em situação de vulnerabilidade.

O quadro 14 apresenta uma linha do tempo dos principais eventos que contribuíram para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

Quadro 14 - Resumo da trajetória histórica dos principais eventos que levaram à institucionalização da assistência estudantil no Brasil

ANO	AÇÃO
1928	Construção da Casa do Estudante Brasileiro na cidade de Paris, França.
1930	Inauguração da Casa do Estudante Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
1931	O Decreto nº 19.851/1931, conhecido como Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, é reconhecido como o marco inaugural da assistência estudantil na educação superior no Brasil.
1934	A Constituição Federal, em seu Artigo 157, estabelece a integração da assistência estudantil, garantindo o acesso a diversos benefícios essenciais para os estudantes.
1937	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).
1946	A Constituição Federal de 1946 estabeleceu a obrigatoriedade dos serviços de assistência educacional em todos os níveis de ensino, conforme disposto no Artigo 172, garantindo que "Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar".
1946	O Decreto Nº 20.302, que aprovou os regimentos das diretorias do ensino superior, ensino secundário, ensino comercial e ensino industrial, delineou no Artigo 8º que cabia à Seção de Orientação e Assistência a promoção e fiscalização da execução dos preceitos legais referentes à orientação educacional.
1961	A 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus Artigos 90 e 91, estabeleceu a promoção e o estímulo dos serviços de assistência social e escolar aos estudantes.
1970	Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), responsável por consolidar as ações de Assistência Estudantil em nível nacional.
1972	O Decreto nº 69.927 instituiu em âmbito nacional o programa Bolsa Trabalho.

Quadro 14 - Resumo da trajetória histórica dos principais eventos que levaram à institucionalização da assistência estudantil no Brasil (Continuação)

Ano	Ação
1987	Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).
1988	Promulgação da Constituição Federal, com destaque para o Artigo 206, Inciso I, reforça o princípio fundamental da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
1994	I levantamento amostral do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES.
1996	A aprovação da 3ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especificamente em seu Artigo 3º, enfatiza que o ensino deve ser ministrado com base em princípios fundamentais, incluindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Contudo, é importante ressaltar que esse documento não abordou a questão da Política de Assistência Estudantil (PAE).
1996	1º Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2001	Aprovação do PNE, para o decênio (2001– 2010), no qual se tem a indicação, no item 4.4, o financiamento e gestão da educação superior, o estímulo à assistência estudantil.
2003/2004	2º Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2007	O Decreto 6.096 estabeleceu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com foco principal na ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil. A Portaria Normativa nº 39 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), visando democratizar as condições de acesso e permanência dos estudantes de baixa renda nos cursos presenciais das instituições federais de ensino superior.
2010	Elevação da Portaria Normativa nº 39 para o Decreto nº 7.234.
2011	A apresentação do Projeto de Lei nº 8.035, do PNE para o decênio (2011-2020), no qual se tem a indicação no item 12.5, a proposta de ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior por meio de programas especiais.
2010	3º Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2013	A Portaria Nº 389 criou o Programa de Bolsa Permanência.
2014	Aprovação do PNE, para o decênio (2014-2024), no qual se tem a indicação nas estratégias 11.12 e 12.5, de elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e ampliar políticas de inclusão e assistência estudantil em instituições públicas e privadas de ensino superior,
2014	4º Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2018	5º Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2024	A apresentação do Projeto de Lei nº 2.614, do PNE para o decênio (2024-2034), no qual se tem a indicação nas estratégias 13.7 e 13.9, que preveem a destinação de recursos voltados ao fortalecimento e à ampliação das políticas de assistência estudantil, além de estabelecer a avaliação periódica dessas iniciativas.

Fonte: Adaptado a partir de Kowalski (2012).

Ao analisar a trajetória da assistência estudantil, verifica-se que sua implementação e efetivação enfrentaram diversos desafios. A complexidade de desenvolver políticas públicas

eficazes exige uma colaboração significativa e iniciativas tanto de movimentos sociais e entidades quanto do poder público, para garantir sua concretização. Trata-se de desafios complexos, que envolvem desde questões financeiras até a garantia de acesso equitativo e eficiente aos recursos disponíveis.

É imprescindível que assistência estudantil esteja acessível a todos os estudantes que dela necessitam, independentemente de sua origem socioeconômica, raça, gênero ou localização geográfica. Para alcançar uma implementação eficaz da assistência estudantil é essencial que o governo formule políticas públicas claras e eficazes que assegure a continuidade e o aprimoramento dos programas ao longo do tempo.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM FOCO: CAMINHOS PARA A EQUIDADE NO ENSINO SUPERIOR

A desigualdade social é um fenômeno que impacta várias áreas da vida, inclusive o ingresso e a continuidade na educação superior. Dentro do campo das ciências sociais, ela é definida como a distribuição desequilibrada de recursos, oportunidades e privilégios entre diversos grupos sociais, baseada em elementos como classe social, raça, gênero e localização geográfica.

Conforme Souza e Costa (2020) destacam, historicamente, a conclusão de uma graduação em uma universidade pública no Brasil foi caracterizada por acentuadas desigualdades. Sempre foi um privilégio acessível a uma pequena parte da população cursar uma graduação. Para muitos estudantes, os desafios iniciam-se no momento da matrícula e persistem durante toda a trajetória acadêmica. A continuidade na educação superior é desafiada por dificuldades diárias, tais como a escassez de recursos financeiros, que restringe o acesso a materiais indispensáveis, como livros, equipamentos de informática e até mesmo a uma alimentação adequada. Ademais, muitos estudantes têm que equilibrar os estudos com empregos para garantir o sustento da família, o que intensifica ainda mais o estresse em suas rotinas.

Souza e Costa (2020) acrescentam que a distância entre a casa e a universidade pode também ser um elemento de exclusão, particularmente para quem reside em zonas rurais, onde as alternativas de educação superior são restritas e a localização é complexa e dispendiosa. Esses obstáculos geram uma realidade em que, para muitos, a graduação é obtida por meio de sacrifícios diários.

Para as classes sociais mais baixas, esses fatores representam barreiras claras e difíceis de superar para o acesso e a permanência no ensino superior. A disparidade de renda e riqueza impacta não só as condições de vida dos mais desfavorecidos, mas também prejudica a qualidade de vida em toda a sociedade. Conforme destaca Melo (2017), essa desigualdade afeta até mesmo aqueles que estão nas posições mais elevadas da pirâmide social, como os "ricos" e até os "super-ricos". A acumulação de riqueza em um pequeno grupo cria um cenário de incertezas e tensões sociais, compromete o progresso coletivo e restringe a capacidade de expansão de toda a sociedade. Portanto, a desigualdade não é um problema exclusivo dos mais desfavorecidos, mas uma questão estrutural que impacta a qualidade de vida de todos, constituindo-se em um obstáculo para o avanço social e a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o passar do tempo, a equidade social tem sido vista como a criação de condições que garantam a igualdade de oportunidades, ou seja, que possibilitem a todos, sem distinção de origem, a construção de suas vidas tanto no âmbito social quanto econômico. Contudo, a realidade evidencia que a desigualdade na educação, diretamente relacionada à desigualdade social, resulta de decisões, ações e omissões do governo que vão contra o interesse público, conforme ressaltado por Rodrigues (2022). Essa disparidade restringe o ingresso e a continuidade na educação superior, que estão vinculados a diversos fatores, como rendimento escolar e disponibilidade de recursos financeiros, problemas que frequentemente marginalizam os mais vulneráveis.

O principal questionamento é: a quem cabe a responsabilidade de assegurar uma educação de alto padrão para todos? A resposta é clara: essa função é de responsabilidade do Estado. No entanto, o Estado não deve ser visto somente como uma demonstração de poder entre diversos grupos sociais, mas também como uma entidade encarregada de estabelecer políticas públicas que favoreçam o bem coletivo. Portanto, é imprescindível que o governo assuma a responsabilidade de fornecer assistência aos estudantes no ensino superior, conforme argumentam Vasconcelos e Galhardo (2016), assegurando que o acesso a uma educação de alta qualidade não seja um privilégio de alguns, mas um direito universal. Uma educação de qualidade que garante aprendizado, equidade, inclusão, desenvolvimento integral e preparo para a vida em sociedade. Sem essa ação, o ciclo de exclusão social se mantém, e a educação, que deveria ser um instrumento de inclusão e mudança, acaba perpetuando as disparidades presentes na sociedade.

Almeida (2011) enfatiza que a diminuição das disparidades socioeconômicas no processo de democratização das universidades não deve se restringir à garantia do acesso

gratuito à educação superior. É imprescindível estabelecer mecanismos que garantam a continuidade e a conclusão dos estudos, assegurando que os estudantes possam vencer os obstáculos econômicos e sociais que frequentemente interrompem sua trajetória acadêmica. Vasconcelos e Galhardo (2016) enriquecem essa discussão ao destacar que a política educacional do Brasil tem, progressivamente, tentado atenuar as desigualdades históricas, sociais e raciais. Isso se dá por meio de medidas afirmativas que incentivam a entrada de minorias no ensino superior, como as cotas para estudantes de escolas públicas e para grupos historicamente marginalizados. Essas ações simbolizam esforços significativos para reduzir a desigualdade de oportunidades, porém ainda encontram obstáculos e restrições, tanto na sua execução quanto na persistência de preconceitos sociais.

Ademais, deve-se levar em conta que a batalha pelo reconhecimento e concretização dos direitos humanos é impulsionada pela necessidade social de enfrentar as variadas formas de opressão e violação da dignidade humana. Neste cenário, o aprimoramento das políticas de educação inclusiva não apenas expande o acesso à educação superior, mas também auxilia na formação de uma sociedade mais equitativa e justa, na qual a educação seja um meio de mudança social e de promoção dos direitos básicos.

A partir de uma postura em defesa da democratização e da ampliação do acesso e da permanência no ensino superior público, as políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas estão inseridas no âmbito da política de educação, cujas origens são direcionadas pelas reivindicações de diversos movimentos e organizações civis e sociais que lutaram por diversas pautas em defesa da educação, por escolas e universidades públicas, gratuitas e de qualidade para a população brasileira.

As políticas públicas são produtos intrínsecos aos contextos históricos, moldadas pelas demandas e dinâmicas sociais em diferentes períodos. Yazbek (2008) afirma que essas políticas são os resultados das desigualdades estruturais do capitalismo. A autora ainda afirma que o objetivo das políticas sociais públicas é garantir que as pessoas tenham acesso a recursos, bens e serviços sociais essenciais em uma variedade de esferas da vida, como a social, econômica, cultural, política, ambiental, entre outras. Isso significa que as políticas públicas devem ser elaboradas para garantir que os direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um país sejam atendidos.

Conforme Guba e Lincoln (2011) delineiam, políticas públicas são as ações tomadas pelo Estado com o objetivo de atender aos anseios e resolver problemas sociais. Complementando essa ideia, Secchi (2013) explica que o caráter de uma política pública é determinado pelo problema público, que indica a intenção de atender às demandas da

sociedade, independentemente do ator social que a implementa. Enriquecendo o debate, Souza (2006, p. 27, grifo do autor) destaca a política pública como sendo o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Essa definição ressalta como as políticas públicas são dinâmicas, enfatizando a importância de realizar uma análise crítica e adaptativa para alcançar um impacto positivo na sociedade.

Destaca-se que não existe um único conceito considerado como o melhor para definir política pública. Conforme mencionado anteriormente, diversos autores discutem de forma significativa sobre a conceitualização e elaboração das políticas públicas no Brasil. Ao longo desse processo, as discussões sobre o tema têm variado consideravelmente, sendo influenciadas por diferentes perspectivas, dependendo do contexto geográfico ou da posição dos participantes envolvidos. Neste sentido, as políticas públicas de apoio aos estudantes são essenciais no Brasil devido à acentuada desigualdade social no país, evidenciada pela dificuldade de permanência de estudantes em cursos de graduação. Araújo (2003) afirma que:

O Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento (Araújo, 2003, p. 99).

Esse enfoque ressalta a importância da assistência estudantil, que busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam concluir seus estudos com sucesso. Vasconcelos (2010) ressalta que:

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (Vasconcelos, 2010, p. 609).

Além disso, os investimentos em assistência estudantil são estratégicos não apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade, uma vez que uma educação superior bem-sucedida tende a gerar benefícios econômicos e sociais amplos. Nesse sentido, Evangelista (2021) discorre que a democratização e ampliação do acesso ao ensino superior são

importantes componentes das políticas públicas de inclusão social e estão diretamente relacionadas às ações de permanência desenvolvidas nas instituições de ensino superior. Reconhece-se, então, a necessidade de políticas educacionais melhor implementadas e consolidadas que viabilizem o acesso e a permanência desses estudantes, com a identificação de elementos que podem influenciar no sucesso ou insucesso da trajetória acadêmica até a conclusão do curso.

3.2.1 Entre metas e desafios: a Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação

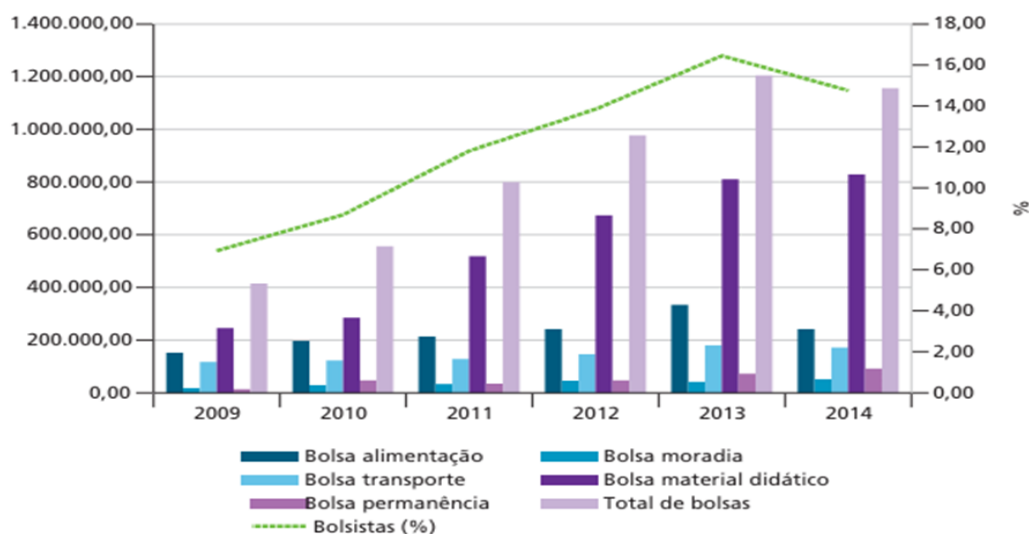
Em vista do cumprimento do art. 204 da Constituição Federal de 1988, o PNE (decênio 2001–2010) estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros específicos para a assistência estudantil.

O plano inaugurou o compromisso com políticas e diretrizes que permitissem a articulação das ações de assistência estudantil em nível nacional, reconhecendo elementos de desenvolvimento, cidadania e democratização outrora não discutidos. Assim, Santos e Almeida (2022) afirmam que o direito à educação deve estar garantido em todos os níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior, visto que ambas fazem parte do processo de formação humana e de desenvolvimento de uma nação.

Machado, Bussmann e Hoff (2021), em sua avaliação do PNE (decênio 2001–2010) onde foca na análise das metas definidas para o ensino superior, por meio da análise de microdados do Censo do Ensino Superior do Inep e dos dados estatísticos do Sistema de Informações Georreferenciadas (Geocapes), no período que abrange a publicação do I PNE (2001) até o II PNE (2014), destacam a relevância do estabelecimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010. De acordo com as autoras, essa estratégia foi fundamental para atingir a meta 34 do PNE (decênio 2001–2010), sendo crucial para expandir o acesso e assegurar a continuidade dos estudantes no ensino superior, demonstrando um compromisso relevante com a inclusão e permanência educacional.

As informações fornecidas pelas autoras, ilustradas no Gráfico 04, mostram um crescimento no número de estudantes beneficiados pela assistência estudantil até 2014, sugerindo que as políticas postas em prática estavam produzindo resultados favoráveis durante esse período.

Gráfico 04 - Total de beneficiados e modalidades dos Programas de Assistência Estudantil – Brasil (2009-2014)



Fonte: Adaptado de Machado, Bussmann e Hoff (2021).

Ao analisar o gráfico, nota-se uma estabilidade na Bolsa Permanência ao longo dos anos de estudo, sugerindo que este benefício é oferecido aos estudantes de maneira constante. Ademais, a Bolsa Moradia tem aumentado anualmente, evidenciando a relevância deste serviço para estudantes que lidam com questões habitacionais, particularmente aqueles que precisam se deslocar para participar de cursos presenciais distantes de suas casas.

Até 2013, todas as categorias de bolsas apresentaram um crescimento na disponibilidade, demonstrando um reconhecimento cada vez maior da importância de oferecer apoio financeiro aos estudantes. Contudo, é evidente que, após esse período, em 2014, houve uma diminuição em alguns tipos de bolsas, não sendo apresentados os possíveis motivos dessa redução por Machado, Bussmann e Hoff (2021), enquanto a Bolsa Moradia e a Bolsa para Material Didático continuaram a apresentar um crescimento constante.

É relevante notar que o auxílio para Material Didático se tornou o mais requisitado, sublinhando a relevância deste tipo de assistência para que os estudantes possam comprar os materiais de estudo necessários. Esta sequência de necessidades é seguida pela Bolsa Alimentação e pela Bolsa Transporte, evidenciando os diversos desafios financeiros que os estudantes enfrentam e a relevância de proporcionar um apoio integral para suprir essas demandas.

Os valores absolutos de bolsistas em relação ao total de estudantes indicam um crescimento considerável ao longo dos anos analisados. O crescimento foi particularmente evidente em 2013, ano em que todas as modalidades de bolsas atingiram seu pico e

representaram uma parcela considerável dos estudantes inscritos. Isso sugere um aumento na consciência e na abrangência dos Programas de Assistência Estudantil, que oferecem apoio a um número crescente de estudantes ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

Em consonância com o compromisso assumido pelo PNAES, as estratégias estabelecidas no PNE para o decênio de 2014 a 2024 tiveram como objetivo incrementar progressivamente os investimentos em Programas de Assistência Estudantil e ampliar as políticas de inclusão e suporte aos estudantes de escolas públicas, bolsistas, instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Tais ações demonstraram um comprometimento com políticas governamentais que buscam a igualdade de oportunidades e asseguram acesso justo à educação superior. Segundo Neckel (2017), as estratégias e metas estabelecidas no PNE para o decênio 2014–2024 demonstram uma política de inclusão afirmativa, visando diminuir as desigualdades históricas e sociais nas políticas de educação. A ênfase recaiu sobre grupos específicos, tais como quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, jovens e adultos, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência desses estudantes por meio do aumento de iniciativas e investimentos em assistência estudantil, tanto em instituições públicas quanto privadas.

Durante período de vigência do PNE 2014-2024, que foi recentemente prorrogado até 2025 por meio da Lei nº 14.934/2024 (Brasil, 2024) percebe-se que a estratégia 12.5, que objetiva a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil, não revelou resultados que demonstrem seu cumprimento. De acordo com o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, desenvolvido pelo INEP, essa questão evidenciou apenas uma ampliação substancial em pesquisas de abrangência nacional referente à permanência e evasão nos cursos de graduação. Entretanto, tais constatações não se convertem em evidências consistentes da implementação ou da ampliação de políticas direcionadas para a assistência estudantil, conforme estipulado na meta 12.

As escassas informações acerca da implementação das ações propostas pelo PNE geram dúvidas sobre a efetividade das estratégias adotadas ao longo do tempo. Conforme apontado pelo INEP (2024), o não cumprimento da meta 12 pode estar relacionado à hipótese de que o esforço nacional foi insuficiente, ou que os objetivos eram poucos realistas, ou ainda que ocorreram transformações inesperadas na realidade educacional do país, o que pode ter impactado diretamente em sua execução. Essas dúvidas ganham ainda mais peso quando vinculadas aos elevados índices de evasão. Dados apresentados no próprio relatório do INEP indicam que cerca de 60% das matrículas não culminam em diplomação, evidenciando uma taxa média de conclusão de apenas 40%. Essa condição é agravada nos cursos da rede privada

e, notadamente, na modalidade de Educação a Distância (EaD). Verifica-se, ainda, que, enquanto o primeiro PNE (2001–2011) teve como objetivo principal o aumento de vagas, o PNE vigente (2014–2024) focou-se na expansão das matrículas, principalmente na EaD, apesar de não ter alcançado plenamente suas metas de expansão.

Diante desse contexto, torna-se fundamental que o próximo ciclo de avaliação do PNE ultrapasse a quantificação acerca da ampliação de vagas e matrículas e apresente também como prioridade dados que evidenciem a aplicação de medidas que visem à permanência e à conclusão dos ingressantes dos cursos superiores. A matrícula, em si, cria uma conexão inicial e passageira entre o estudante e a instituição; assim sendo, a diplomação deve ser percebida como o verdadeiro indicador de conquista das políticas públicas educacionais.

Neste sentido, o relatório do INEP (2024) sugere que as diretrizes futuras do PNE integrem uma focalização nos concluintes, transferindo o eixo central do planejamento para uma abordagem qualitativa, que contemple a permanência e o êxito acadêmico.

Essa mudança de perspectiva evidencia a necessidade de um planejamento educacional que considere, de modo integrado, tanto o acesso quanto a permanência e a conclusão como componentes centrais das políticas públicas. A execução de iniciativas concretas de assistência estudantil, associadas a mecanismos de monitoramento contínuo e sistemático, será determinante para fomentar a equidade no ensino superior e garantir que os recursos investidos resultem na formação de profissionais qualificados e engajados com a sociedade.

Portanto, é imperativo que, até o encerramento do período de prorrogação do decênio, o INEP, por meio de seus relatórios, revele a adoção de ações formalizadas no PNE, voltadas para a ampliação da assistência estudantil, de forma a evidenciar a continuidade, a melhoria ou a implementação dos modelos desenvolvidos, já que as ações de assistência são elementos cruciais para a permanência e o sucesso dos estudantes na educação superior.

3.2.2 REUNI: da democratização do acesso aos caminhos da permanência estudantil

Com papel fundamental na expansão do ensino superior público no país, o REUNI, estabelecido em 2007 pelo Decreto nº 6.096, esse programa representou um avanço significativo na organização das políticas de apoio aos estudantes no Brasil.

O REUNI foi criado para aumentar o acesso e a permanência na educação superior para jovens de famílias de baixa renda e para melhorar a eficiência da estrutura e dos recursos

humanos das universidades federais. Em consonância com essa perspectiva, Dutra e Santos (2017) argumentam que, neste contexto de expansão e reestruturação do ensino superior ocorrido nos anos 2000, por meio do REUNI, identifica-se que a assistência estudantil conseguiu maior espaço na agenda do Governo Federal.

Um dos objetivos principais do REUNI foi aumentar gradualmente a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presencial. O programa implementou diversas medidas para atingir esse objetivo, como a diminuição das taxas de evasão, o aumento do número de oportunidades de ingresso, especialmente no turno noturno, e a ampliação da mobilidade estudantil. Além disso, o programa propôs uma reorganização dos cursos de graduação para atender às demandas sociais e do mercado de trabalho do país (Brasil, 2007).

O REUNI também buscou integrar a educação básica e superior, com o objetivo de promover uma formação mais abrangente e articulada, bem como estabelecer uma maior conexão entre os diferentes níveis de ensino. Para melhorar a educação em todos os níveis, foram criados programas de formação de professores e de apoio ao ensino médio. O plano teve um grande efeito em promover a igualdade e fortalecer o sistema de ensino superior no Brasil. Sua política e suas ações buscaram tornar o acesso à educação superior mais equitativo e garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, tivessem a chance de alcançar seu potencial acadêmico e contribuir para o crescimento do país. Nesse novo cenário, as instituições a ele vinculadas passaram a acolher e continuam acolhendo sujeitos de diversificadas origens socioculturais, com consequente impacto nas políticas educacionais (Vasconcelos; Gomes, 2016).

Diante do crescente número de instituições públicas federais e, consequentemente, do aumento na oferta de vagas, impulsionado pela implementação do REUNI, tornou-se imperativo estabelecer mecanismos mais eficazes para apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na permanência nessas instituições. A expansão do ensino superior promovida pelo REUNI trouxe consigo desafios adicionais, especialmente no que diz respeito à garantia de acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Embora o aumento no número de vagas tenha representado uma oportunidade para uma parcela maior da população ingressar na universidade, também evidenciou a necessidade de políticas de assistência estudantil mais abrangentes e eficazes. Nesse contexto, tornou-se evidente a importância de desenvolver estratégias que não apenas facilitassem o acesso inicial dos estudantes, mas também os apoiassem ao longo de sua trajetória acadêmica:

[...] uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas também requer políticas alternativas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (Zago, 2006, p. 228).

Tal análise demonstra que somente a ampliação do acesso, por si só, não é suficiente para resolver os problemas estruturais enfrentados por muitos estudantes, particularmente entre aqueles oriundos de contextos socioeconômicos mais vulneráveis. A permanência, assim, deve ser interpretada como uma extensão da política de acesso, configurando-se como um elemento indissociável para a efetividade do direito à educação superior.

Ampliando essa discussão, Cunha, Oliveira e Fernandes (2023) enfatizam que, para garantir os direitos dos estudantes e alcançar de forma efetiva os objetivos propostos pelas políticas públicas, não bastam apenas investimentos em infraestrutura, recursos humanos, aumento da oferta de vagas e ampliação do acesso nas instituições federais de ensino, mas sim, faz-se necessário assegurar sua permanência na universidade até sua conclusão.

É necessário que tais medidas sejam acompanhadas de dispositivos que assegurem a permanência estudantil até a conclusão do curso. A deficiência de tais políticas pode prejudicar o desempenho acadêmico e profissional dos estudantes, além de impactar negativamente a eficiência dos recursos aplicados pelo Estado. Dessa maneira, aprofunda-se a ideia de que o verdadeiro sucesso das políticas de expansão do ensino superior depende da execução de medidas articuladas e sustentáveis de apoio à permanência estudantil.

Além disso, a permanência estudantil envolve diversos fatores interdependentes que transcendem a mera disponibilidade de recursos financeiros. Aspectos como moradia estudantil, alimentação, transporte, acesso à saúde mental, inclusão digital e apoio pedagógico devem ser considerados pelas políticas públicas, uma vez que influenciam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes. Segundo Silva Júnior e Sguissardi (2009), a expansão do ensino superior desprovida de planejamento de apoio ao estudante tende a aprofundar ainda mais as desigualdades preexistentes, causando barreiras silenciosas que dificultam a conclusão dos estudos por parte daqueles em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa forma, a assistência estudantil deve ser entendida como um componente essencial e estratégico da política educacional, e não somente como um elemento secundário.

Além disso, é indispensável que o monitoramento e a avaliação permanentes dessas políticas sejam institucionalizados, a fim de garantir sua eficácia. As instituições de ensino superior, em colaboração com o governo federal, necessitam criar sistemas de monitoramento que permitam medir o impacto das ações implementadas, identificar deficiências e

redirecionar estratégias conforme necessário. Como ressaltam Abreu e Ximenes (2021), a elaboração de uma política de permanência sólida consiste em uma articulação intersetorial. Essa abordagem integrada é indispensável para que se crie um ambiente universitário mais receptivo e inclusivo, assegurando não apenas o acesso, mas também o pleno direito de permanecer, aprender e concluir a formação em condições dignas.

3.2.3 Assistência Estudantil no contexto do PNAES e sua conquista jurídica

A assistência estudantil alcançou um marco significativo em 2007 com a criação do PNAES, instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, passando-se a ter uma destinação direta de recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação a estudantes de instituições públicas federais, sendo normatizado em 2010 pelo Decreto nº 7.234.

Conforme Dutra e Santos (2017, p. 149), “o espaço foi conquistado por meio de intensas lutas sociais lideradas pelo movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)”. O programa tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior das instituições públicas federais; viabilizar a igualdade de condições; contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A formulação do PNAES teve como base legal a Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 205, reconhece a educação como dever do Estado e da família, e no art. 206, estabelece como um de seus princípios a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Esse princípio ainda é reforçado no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 1996.

O artigo 2º do Decreto do PNAES determina, como objetivos da assistência estudantil:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, *n.p.*).

Ainda assim, o decreto em seu artigo 3º dispõe que:

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes

regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010, *n.p.*).

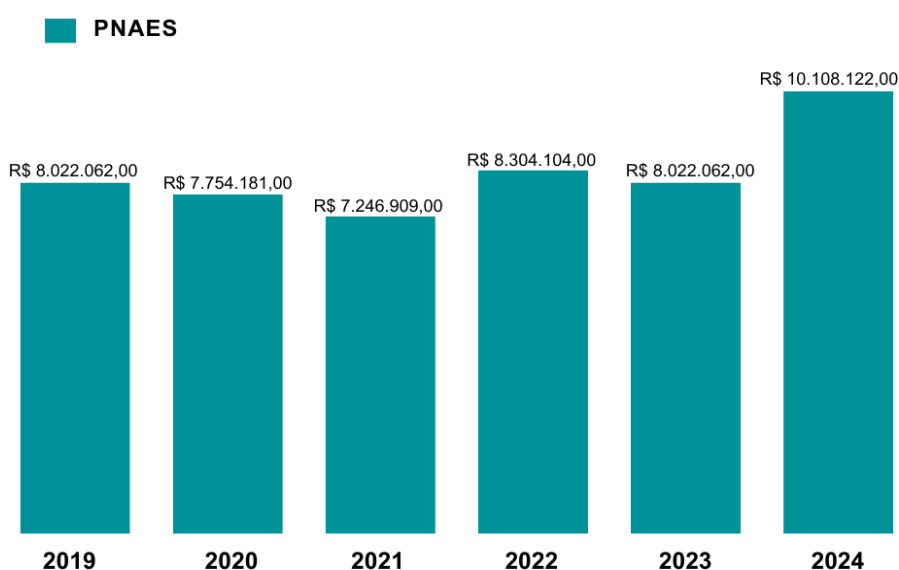
O referido decreto define as ações do PNAES nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010, *n.p.*).

Assim, a importância significativa do programa é demonstrada ao definir seus objetivos e áreas de atuação que passaram a embasar através da sua estruturação vários outros programas e projetos voltados para assistência estudantil. Pode-se considerar que o PNAES passou a proporcionar melhorias nas condições de acesso e permanência nas instituições de ensino federal, ancorado, sobretudo, no favorecimento estatístico acerca da finalização/conclusão do curso das populações economicamente vulneráveis.

A seguir, no Gráfico 05, é possível analisar os avanços que ocorreram em relação ao repasse de recursos financeiros do PNAES destinados à UFERSA, por meio de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), como forma de avaliar o desempenho orçamentário do programa institucional de assistência.

Gráfico 05 - Volume de recurso repassado pelo PNAES no período de 2019 a 2024



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com os dados obtidos pela Divisão Orçamentária (DIORC), vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UFERSA, o gráfico mostra alterações nos investimentos de recursos disponibilizados pelo PNAES. Uma análise contextual para o período em questão é a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, que provocou impactos econômicos e sociais significativos tanto em nível global quanto nacional. Essa conjuntura pode explicar as reduções expressivas nos anos de 2020 e 2021, caracterizados por incertezas e cortes orçamentários relevantes.

Durante o período de pandemia, o Brasil sofreu uma profunda recessão econômica, o que resultou na redistribuição e diminuição de recursos financeiros em diversos setores, incluindo a educação e Programas de Assistência Estudantil. Corroborando com essa análise, Alves *et al.* (2020, p. 980) discorre que “uma das consequências imediatas da pandemia foi a significativa redução das atividades econômicas, que teve efeitos negativos sobre a arrecadação tributária”.

A recuperação gradual, a partir de 2022, de recursos destinados ao PNAES e o aumento relevante desses recursos em 2024 podem estar relacionados a esforços para mitigar os impactos acumulados, demonstrando um investimento crescente em assistência estudantil no período pós-pandemia. Tal investimento evidencia o renovado reconhecimento da importância de garantir condições de permanência para os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.

Essa retomada adquire ainda mais relevância ao se considerar que a ampliação do acesso à educação pública de qualidade, em todos os níveis, está intrinsecamente ligada à implementação de medidas que assegurem não apenas a adesão, mas também a permanência dos estudantes. Como defende Mancebo (2008), a democratização do ensino superior deve ultrapassar a mera expansão de vagas englobar a efetiva inclusão das minorias sociais, com a concessão de condições que possibilitem a permanência e o desenvolvimento acadêmico. Complementando essa visão, Vasconcelos (2010) afirma que a educação deve se estabelecer como um dos princípios fundamentais dos direitos humanos, designado a garantir a dignidade humana, preceito apoiado pela assistência estudantil, que enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação. Diante dessas prerrogativas, o PNAES constitui atualmente a principal política norteadora para a construção das políticas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Educação Superior.

Tomando em conta o argumento apresentado por Silva e Carvalho (2020):

Nessa nova ambiência e configuração da política de assistência estudantil, é imperioso sobrelevar que a adoção do PNAES é, indiscutivelmente, elemento de indução de criação de outras formas de acesso e de criação de condições de permanência a um determinado tipo de público histórica e socialmente excluído da possibilidade efetiva de estar na Universidade Pública (Silva; Carvalho, 2020, p. 21).

Ao adotar o PNAES, as instituições de ensino público federal não apenas reconhecem a necessidade de fornecer suporte específico a estudantes em situações socioeconômicas vulneráveis, mas também se comprometem a agir de forma proativa para superar os obstáculos que historicamente impediram que esses estudantes participassem plenamente da educação. Isso inclui a criação de programas e iniciativas que vão além do apoio financeiro e envolvem questões como: moradia, alimentação, transporte, saúde mental e integração acadêmica.

Ainda na visão de Silva e Carvalho (2020):

Considerando eventuais limites no processo de sua materialização, não se pode deixar de reconhecer os efeitos significativos que a adoção do PNAES passou a exercer na produção de novas condições de acesso e permanência nas IFES, seja pela mudança nas lógicas até predominantes, seja pelas concepções, seja pela adoção de novas práticas de atendimento e apoio à permanência estudantil na educação superior (Silva; Carvalho, 2020, p. 21).

A autonomia de cada instituição de ensino superior determina a gestão do PNAES. Isso permite que as políticas e o uso dos recursos sejam adaptados às demandas locais e às particularidades de cada situação. Conforme preconizado no Art. 4:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010, *n.p.*).

Esse preceito encontra-se de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207, segundo o qual são concedidas às universidades autonomia administrativa, didático-científica, financeira e de gestão (Brasil, 1988). Assim, o programa será implementado dentro das próprias IFES, sem restrições legais quanto à terceirização das atividades de assistência estudantil ou à formação de parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais. Isso implica que as instituições que recebem os recursos orçamentários federais têm a discricionariedade de aplicar tais valores conforme a realidade na qual estão inseridas (Imperatori, 2017; Lima; Ferreira, 2016).

A natureza jurídica do PNAES, até então, levantava preocupações sérias sobre a estabilidade e a segurança da política no ensino federal. A regulamentação de um programa como o PNAES por meio de decreto pode gerar dúvidas quanto à sua continuidade e eficácia, pois está sujeita a sofrer mudanças por questões políticas e administrativas. A falta de um fundamento legal robusto pode comprometer a continuidade do programa, uma vez que sua existência e funcionamento dependem da vontade política governamental e da disponibilidade anual de fundos.

Há diversas vantagens na aprovação de uma política federal de auxílio estudantil na forma de lei. Inicialmente, isso reforçaria a segurança jurídica da política, assegurando sua consistência ao longo do tempo, independentemente das alterações governamentais. Ademais, uma legislação federal poderia estabelecer normas claras e precisas para a implementação da política, abrangendo critérios de elegibilidade, estratégias de financiamento e sistemas de supervisão e avaliação. Na plenária da 46ª Reunião do FONAPRACE, realizada em Belo Horizonte, em outubro de 2009, estabeleceu-se como objetivo principal a consolidação do PNAES, por meio de sua conversão em lei federal (FONAPRACE, 2012).

Em alinhamento com essa meta, por meio do Projeto de Lei nº 5.395, de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O objetivo principal do PNAES é expandir e garantir a permanência e a conclusão de estudantes de baixa renda em instituições federais de educação superior e técnica, combatendo a evasão e incentivando a melhoria do rendimento acadêmico. Com essa lei, o Programa de Assistência Estudantil, estabelecido em 2010, torna-se oficialmente uma política de Estado, reforçando sua função na diminuição das disparidades sociais e no estímulo à inclusão no âmbito educacional.

A lei expandiu seu alcance como uma política pública, ampliando-o para abranger estudantes de mestrado e doutorado, bem como alunos de instituições de ensino superior públicas de estados, Distrito Federal e de municípios, por meio de convênios. Adicionalmente, a lei inclui programas focados em alimentação saudável, saúde mental e suporte pedagógico, visando melhorar as condições de permanência e diminuir as disparidades sociais e regionais.

3.3 PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: UM DIREITO EM CONSTRUÇÃO

A permanência é um conceito multifatorial, influenciado por diversos aspectos que determinam a trajetória educacional dos estudantes. Em complementação a essa conceituação, Santos (2009) afirma que:

A permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um. (Santos, 2009, p. 68)

Dentre outros entendimentos, aponta-se Santos (2009, p. 68), que conceitua a permanência “como ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência”. Não obstante, acrescenta-se a discussão de Nunes e Veloso (2015, p. 817), os quais afirmam que a permanência universitária é “aquela que garante a efetivação dos estudos com apoio estudantil, qualidade no ensino e todos os elementos que constituem um ambiente apropriado para o êxito no percurso acadêmico até a integralização do curso”.

Dentre os diversos entendimentos existentes, cumpre indagar: o que é necessário para garantir essa permanência? É imprescindível considerar que são necessárias condições materiais que viabilizem a subsistência do estudante, como recursos para aquisição de livros, alimentação, transporte, entre outros. Também se faz necessário o suporte pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes, entre outros aspectos.

Sendo assim, com base em Santos (2009), analisa-se a permanência na universidade a partir de dois aspectos: o primeiro é denominado Permanência Material, associada às condições materiais/financeiras de existência na universidade; o segundo é denominado Permanência Simbólica, relacionada à possibilidade de o indivíduo identificar-se com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele.

Considerando tais definições, Evangelista (2021) ressalta que a permanência tanto simbólica (quando os estudantes se sentem inseridos e pertencentes à universidade) quanto material (quando incluídos em programas de alimentação, bolsas, moradia etc.) constitui fator preponderante para a continuidade dos estudantes cotistas nas universidades públicas. Nesse sentido, não se deve estabelecer uma dicotomia entre o que é mais relevante, mas considerar que ambas as concepções precisam estar integradas. Conforme complementa Souza (2017, p.

52): “[...] a permanência material precisa ser contemplada juntamente com a permanência simbólica, de modo a favorecer um processo de permanência qualificada e de direitos de todos os estudantes na universidade”.

A democratização do acesso, assim como a garantia de permanência na educação superior pública no Brasil, inclui desafios complexos e interligados. Estrada e Radaelli (2018, p. 173) expõem que “a garantia de acesso somado à qualidade da educação requer, acima de tudo, possibilitar a permanência dos que nela ingressam, já que a gratuidade do ensino não é elemento suficiente para assegurar a manutenção do estudante no Ensino Superior”. Apesar de a gratuidade do ensino ser um aspecto essencial para aumentar as oportunidades de ingresso, ela, por si só, não garante que os estudantes consigam concluir sua formação.

Diante disso, Coulon (2017, p. 1241-1242) aponta que “hoje, o problema, portanto, não é mais entrar na universidade, o problema é permanecer na universidade e ter sucesso no percurso formativo”. A declaração destaca um dos principais obstáculos das políticas de democratização do ensino superior: assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Permanecer na educação superior e concluí-la são ações determinadas por vários elementos e envolvem recursos humanos e econômicos, conjunto que representa, cada vez mais, esforços institucionais e o desenvolvimento de políticas específicas para favorecer o sucesso dos estudantes da Educação Superior pública (Maciel; Lima; Gimenez, 2016, p. 761).

Considerando a complexidade que envolve a permanência, pesquisadores têm se dedicado a essas questões para entender os desafios enfrentados por estudantes que dificultam sua continuidade no ensino superior. Com base em Santos (2009), Morosini *et al.* (2011) e Estrada e Radaelli (2018), destacam-se as condições habitacionais, alimentares e de transporte como componentes essenciais para a permanência, ao considerar que: uma habitação inadequada afeta tanto o espaço quanto o tempo de estudo; a ausência de alimentação compromete diretamente a saúde e o desempenho cognitivo; o acesso restrito a meios de transporte pode dificultar a frequência às aulas, particularmente em metrópoles ou em regiões rurais com infraestrutura precária. Ao analisarem aspectos como moradia, alimentação e transporte, observam que esses fatores devem ser considerados condições básicas para a dignidade da existência de todos os indivíduos em uma sociedade que valoriza tais direitos.

Santos (2020) destaca outras variáveis associadas à permanência: a qualidade da educação prévia ao ingresso na IES, o ambiente familiar, e a integração social e acadêmica do estudante. Ele compreende que quanto maior for o engajamento e envolvimento com a

instituição, maior será a chance de o estudante continuar seus estudos. Assim, infere-se que isso também se aplica à qualidade do sistema acadêmico da instituição, que engloba a infraestrutura, o corpo docente e o apoio pedagógico.

Além dos fatores já apontados, Cunha, Tunes e Silva (2001) também destacam que a expectativa em relação ao curso antes do ingresso consiste em um elemento de grande relevância para a evasão ou permanência do estudante na universidade. A essa questão, soma-se um conjunto de fatores estruturais, como destacado por Estrada e Radaelli (2017), os quais ressaltam a influência no tempo exigido para concluir a graduação. Além disso, a complexidade de conciliar trabalho e estudo é apontada como um dos elementos que podem levar à desistência ou ao cancelamento da matrícula. Dessa forma, observa-se que tanto as percepções iniciais acerca do curso quanto os desafios concretos vivenciados ao longo da graduação interagem de maneira decisiva para a permanência ou evasão. Nesse sentido, torna-se ainda mais imprescindível a adoção de políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e adaptação curricular, com o intuito de mitigar esses obstáculos e promover uma trajetória acadêmica mais duradoura.

Prosseguindo na análise dos fatores que impactam a permanência estudantil, é importante levar em conta as razões que impulsionam os estudantes a persistirem em sua trajetória acadêmica, mesmo diante das dificuldades. Nesse sentido, a conquista de um diploma universitário é vista por muitos como um meio fundamental para alcançar melhores oportunidades de trabalho, obter estabilidade financeira e fomentar uma maior inserção social. Rodrigues (2020) destaca que, para muitos estudantes, a decisão de continuar os estudos está intrinsecamente ligada à percepção de que a graduação representa a única possibilidade concreta de progresso social.

Almeida (2019) acrescenta a essa análise ao ressaltar que as condições socioeconômicas continuam sendo o principal fator de permanência, tendo em vista o elevado grau de desigualdade social e regional no Brasil, perceptível em todas as etapas da educação. Apesar dos avanços nas políticas públicas, muitos estudantes ainda enfrentam dificuldades financeiras que afetam sua permanência nas universidades. É importante considerar que, para estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, a decisão de desistir do curso superior implica um alto custo, não apenas em termos financeiros, mas também em relação às expectativas familiares e sociais ligadas à sua trajetória educacional.

Com base no exposto, é preciso reconhecer que os aspectos econômicos não são os únicos responsáveis pelo abandono universitário. Esses obstáculos ressaltam a urgência de

políticas públicas que promovam a permanência, sobretudo para aqueles em condições de vulnerabilidade.

Diante desse cenário é possível afirmar que a política de assistência estudantil, através de ações afirmativas, deve priorizar a permanência acadêmica, adotando programas destinados a estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica. É necessário que esses programas implementem mecanismos que assegurem a continuidade dos estudantes até o término do curso. Pesquisadores como Zago (2006), Radaelli (2017), Visquetti (2018) e Evangelista (2021) defendem que a disponibilização de bolsas e auxílios financeiros são fundamentais para sustentar a continuidade desses estudantes nas instituições de ensino superior. É necessário fortalecer as políticas de assistência estudantil, uma vez que essas medidas favorecem tanto o ingresso quanto a permanência na educação superior, através de repasse financeira e suporte apropriado.

A permanência como uma política institucional, um compromisso que a instituição assume para evitar/diminuir a evasão de estudantes, precisa ir além da mera preocupação com números e criar um espaço de relações na universidade que leve em conta a diversidade e a diferença que constituem o perfil dos/as estudantes, de modo que desempenhe sua função social de promoção e exercício da cidadania (Cordeiro; Cordeiro, 2015, p. 834).

Neste sentido, a permanência estudantil deve superar as estratégias para reduzir a evasão; ela deve representar um compromisso institucional que valorize a diversidade e promova a inclusão. A apreensão em relação aos números e estatísticas, embora relevante, não pode ser o único enfoque das políticas educacionais.

A necessidade de implantação de políticas de assistência estudantil se justifica no momento em que se iniciou, na educação superior, um processo de ampliação das medidas de acesso e inclusão, a partir da criação de novas universidades e de fomentação de políticas de ações afirmativas, reestruturação e criação de novas vagas nas universidades existentes. [...] tornando, dessa maneira, a assistência estudantil indispensável para a garantia de condições de permanência dos novos acadêmicos neste grau de ensino. De nada adianta apenas a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver a paralela garantia de que eles possam participar ativamente da vida universitária e concluir com sucesso tanto os cursos de graduação como os de pós-graduação. (Silveira, 2012, p. 12-13)

Entende-se, portanto, que a inclusão, por si só, é insuficiente se não vier acompanhada de garantias que proporcionem participação real e conclusão dos cursos. Conforme Cordeiro e Cordeiro (2015), a permanência deve ser encarada como uma política institucional que leve em conta a variedade de perfis dos estudantes, assegurando que as instituições educacionais

desempenhem seu papel social de fomentar a cidadania. Para além de medidas administrativas, essas políticas devem abranger estratégias integradas, capazes de atender às diversas necessidades dos estudantes, como aponta Santos (2009).

Adicionalmente, é necessário destacar que a permanência estudantil não deve se limitar a práticas assistencialistas e pontuais. Conforme adverte a autora Evangelista (2021, p. 61), “A política de permanência estudantil deve ser implantada nas universidades como programas contínuos e não pode ser confundida com assistencialismo, pois não se trata de ajuda filantrópica e pontual, mas de política pública legitimada”. Essa distinção é indispensável para proporcionar que as ações voltadas à permanência sejam concebidas com base em princípios de equidade e justiça social, e não como respostas temporárias a problemas conjunturais. Considerar a assistência estudantil como um direito implica reconhecer a responsabilidade do Estado e das instituições de ensino em oferecer suporte contínuo, assegurando igualdade de oportunidades. Dessa forma, as políticas de permanência precisam ser planejadas de maneira sistêmica, contínua e integrada, com o objetivo de garantir que todos os estudantes, especialmente os mais vulneráveis, tenham condições efetivas de concluir seu curso com dignidade, qualidade e perspectivas de futuro.

4 A REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFERSA

Esta seção é dividida em duas subseções e tem como objetivo investigar a política de assistência estudantil aplicada na UFERSA, com foco no PIAE, e seu funcionamento no *Campus* Caraúbas, *lócus* desta pesquisa.

A investigação abrange as ações previstas pelo programa, seus objetivos, os critérios do processo seletivo, as modalidades de bolsas e auxílios ofertados, o perfil estudantil atendido e os profissionais envolvidos. Com escopo voltado para a Bolsa Acadêmica, busca-se apresentar as diretrizes gerais e os desdobramentos relacionados ao seu funcionamento. A intenção é compreender como essas ações objetivam proporcionar melhores condições sociais e econômicas aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para contextualizar a análise, será apresentado um breve histórico da UFERSA, destacando o contexto regional em que a universidade está inserida. Esse contexto é fundamental para entender as influências regionais na formação dos estudantes e as necessidades específicas que o PIAE visa atender.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

A UFERSA iniciou a sua história como ESAM, criada pelo Decreto Municipal nº 03/67, em 18 de abril de 1967, tendo, na sua fase de implantação, como entidade mantenedora, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). A ESAM foi posteriormente integrada à rede federal de ensino superior, por meio do Decreto-Lei nº 1.036, em 21 de outubro de 1969 (Brasil, 1969). Essa incorporação marcou uma etapa importante de unificação e reconhecimento da instituição na educação superior federal.

Em 29 de julho de 2005, a Lei nº 11.155 (Brasil, 2005) transformou a ESAM na UFERSA. Essa mudança não foi apenas uma reorganização administrativa, mas também uma ampliação da missão educativa da universidade no atendimento às demandas da comunidade regional, buscando apoiar o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do semiárido brasileiro, especialmente do Estado do Rio Grande do Norte. Assim, a UFERSA nasceu e se desenvolveu como uma resposta às necessidades de uma região com características distintas, consolidando-se como uma instituição importante para promover o conhecimento, a pesquisa e a extensão no semiárido.

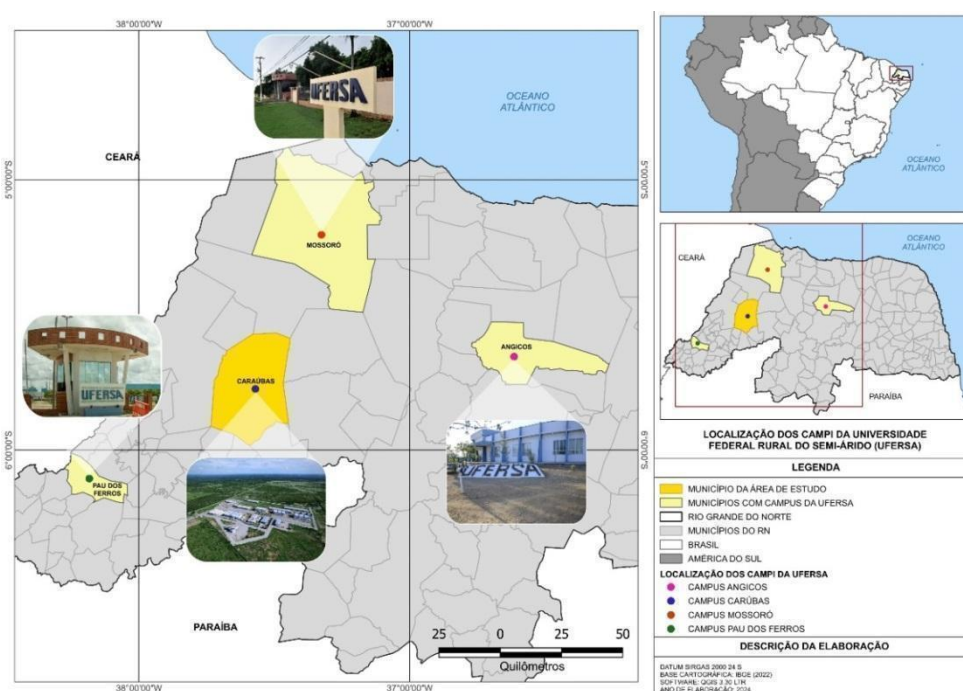
A transformação permitiu o crescimento, com a abertura de novos programas de graduação e pós-graduação, bem como a expansão territorial, ultrapassando as fronteiras do

campus central localizado em Mossoró, e estabelecendo os *campi* em Angicos, em 2008; Caraúbas, em 2010; e Pau dos Ferros, em 2012. Com isso, a UFRSA pôde ampliar ainda mais sua influência e seu impacto na educação superior e no crescimento e desenvolvimento regional.

Os quatros *campi* da UFRSA estão localizados nas mesorregiões Oeste e Central do Rio Grande do Norte, fornecendo uma combinação de desenvolvimento acadêmico e científico no Médio Oeste potiguar. Essa presença territorial diversificada permite que a universidade atenda de forma mais eficaz às necessidades educativas e de desenvolvimento da região, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para a realização de pesquisas relevantes para o semiárido.

O mapa a seguir demonstra a localização geográfica dos *campi* da UFRSA em relação ao Brasil e ao Estado do Rio Grande do Norte. Nele, pode-se observar a disposição, bem como a representatividade de cada *campus*, sendo o central no município de Mossoró, e os demais nos municípios de Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros, respectivamente.

Figura 02 - Mapa de distribuição dos *campi* da UFRSA



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Após a implantação dos campi, houve mudanças notáveis, principalmente no caráter urbano. Embora essas mudanças tenham sido implementadas gradualmente, elas causaram transformações significativas no contexto financeiro, comercial e social das cidades onde a

UFERSA está presente. De acordo com investigações realizadas em contextos similares, conforme apontam Casqueiro, Irffi e Silva (2020), a presença de universidades em cidades de menor porte tende a gerar impactos positivos na economia, na cultura e na qualificação profissional da população. Embora a presente pesquisa não tenha se concentrado especificamente nesse aspecto, é razoável inferir que um fenômeno semelhante se verifica no *Campus* Caraúbas da UFERSA.

Apesar das contribuições significativas do *campus* da UFERSA em Caraúbas, lócus desta pesquisa, o município ainda enfrenta desafios socioeconômicos consideráveis. De acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹², de Caraúbas é de 0,638 (médio). Em comparação, a capital do Estado, Natal, possui um IDHM de 0,763 (alto), enquanto o Estado do Rio Grande do Norte alcançou um IDHM de 0,728 (alto) em 2021. Esses indicadores refletem disparidades significativas em termos de qualidade de vida e desenvolvimento humano.

A cidade de Caraúbas foi a segunda a receber um *campus* fora da sede Mossoró, no ano de 2010. O Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino (REUNI), combinado com a mobilização e o esforço da população local, por meio de seus representantes, para promover o crescimento local e regional, bem como ampliar o acesso ao ensino superior, resultou na construção do *campus*. O *campus* Caraúbas da UFERSA iniciou suas atividades em agosto de 2010, sem sede própria, na Escola Estadual Antônio Carlos, localizada no centro do município. Esta escola foi cedida em um sistema de parceria com governantes locais, permitindo que o *campus* iniciasse suas operações enquanto suas instalações definitivas estavam em construção. Em 2013, dando seguimento ao processo de consolidação, o *campus* Caraúbas passou a dispor de uma estrutura física própria, também situada no município. Atualmente, o *campus* Caraúbas conta oito cursos de graduação, sendo eles: Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Letras (Inglês), Letras (Libras), Letras (Português) e Licenciatura em Física. Além das várias ações de pesquisa e extensão, que fazem do *campus* um equipamento público de referência na política educacional e social da região, o *campus* também busca o

¹² O IDHM usa três dimensões do desenvolvimento humano: renda, educação e longevidade. O índice tem uma pontuação de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

desenvolvimento integral de todas as iniciativas previstas no Programa de Assistência Estudantil¹³.

Nesse contexto, a UFERSA busca atender às demandas sociais e às mudanças tecnológicas, formando estudantes capacitados e preparados para entrar no mercado de trabalho com base nas habilidades distintas de cada profissão. Para isso, a universidade se dedica à criação de políticas que incluam os estudantes em programas de ensino, pesquisa e extensão, por meio da oferta de uma variedade de bolsas e auxílios. Assim, a UFERSA se concentra na região semiárida do Rio Grande do Norte para produzir e difundir conhecimento no nível da educação superior.

4.2 O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFERSA: ÊNFASE NO CAMPUS DE CARAÚBAS/RN

Na busca de atender aos preceitos legais designados pelo PNAES, foi criado, na UFERSA, o Programa Institucional de Assistência Estudantil - PIAE, por meio da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020, de 29 de julho de 2020, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes dos cursos de graduação presencial da instituição que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa compreende o apoio ao estudante durante todo o tempo regular do curso, acrescido de até dois semestres letivos adicionais.

As ações de assistência estudantil executadas pela UFERSA, por meio do PIAE, têm como propósito atender às áreas de ensino, pesquisa e extensão, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e atuar preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, por meio da disponibilização de serviços e da concessão de benefícios.

Destaca-se que, conforme disposto na Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2020, em seu Artigo 2º, o PIAE determina enquanto objetivos da assistência estudantil:

- I – democratizar as condições de permanência de discentes na UFERSA;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão;

¹³ Todas as informações foram extraídas do Site da UFERSA, disponível em: <<https://caraubas.ufersa.edu.br/>>.

IV – contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação. (UFERSA, 2020, p. 02)

Em consonância com esses objetivos, a Política de Assistência Estudantil da UFERSA, regulamentada pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 073/2022¹⁴, busca seguir os princípios estabelecidos pelo PNAES, reiterando o compromisso institucional com a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes. Dessa forma, as ações visam atender a demandas específicas dos discentes, contribuindo para que estes disponham das condições necessárias para concluir sua formação acadêmica.

O PIAE é administrado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) e assessorado pelas Coordenações de Assuntos Estudantis (COAEs) de cada *campus*. A PROAE é um órgão executivo vinculado diretamente à Reitoria, com a missão de planejar, coordenar, promover e avaliar as atividades comunitárias, especialmente as voltadas à assistência estudantil, desenvolvidas pela Universidade. A PROAE dentro das suas prerrogativas institucionais oferta e administra os seguintes serviços:

- Assistência Estudantil (Execução Orçamentária);
- Programa Institucional de Assistência Estudantil – PIAE;
- Esportes;
- Moradia Estudantil;
- Restaurante Universitário;
- Serviço Médico;
- Serviço de Nutrição;
- Serviço Odontológico;
- Serviço de Psicologia;
- Serviço Social (UFERSA, 2024).

Dessa maneira, além de oferecer uma gama abrangente de serviços que extrapolam o ensino formal, o *campus*, por meio da PROAE, reconhece a importância de atender às múltiplas e diversas necessidades dos estudantes universitários, considerando seus aspectos pessoais e sociais e refletindo, assim, uma perspectiva integral de apoio ao crescimento e bem-estar desses discentes.

¹⁴ A política de Assistência Estudantil da UFERSA foi instituída posteriormente à implementação do Programa Institucional de Assistência Estudantil, com o objetivo de formalizar e regulamentar as ações que já haviam sido iniciadas e estabelecidas pelo PIAE.

Constituído por diversas modalidades de assistência estudantil, o PIAE disponibiliza suas ações na forma de bolsas, auxílios e moradia estudantil. No quadro 15, são expostas cada uma das dozes modalidades ofertadas, com base na descrição apresentada pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020.

Quadro 15 - Modalidades de assistência estudantil ofertadas pelo PIAE

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
I - Bolsa Acadêmica	Consiste em subvenção financeira, com o objetivo de apoiar a formação acadêmica do discente, com a implementação articulada com atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sob a orientação de um/a docente ou técnico-administrativo.
II - Bolsa Esporte	É destinada a discentes que possuam habilidade esportiva, para apoiar o desenvolvimento das atividades oferecidas a estudantes da UFERSA, relacionadas à modalidade esportiva do(a) bolsista, que exercerá suas atividades em 10 (dez) horas semanais.
III - Moradia Estudantil	Consiste em conceder moradia temporária em uma das unidades residenciais e é destinada a discentes dos cursos de graduação que não tenham residência familiar na cidade do <i>Campus</i> em que estiverem matriculados(as).
IV - Auxílio Moradia	Consiste em subvenção financeira, com periodicidade de desembolso mensal, destinado a discentes que estão na suplência da Moradia Estudantil, não tendo sido contemplados com uma vaga para o semestre letivo regular em que concorreram.
V - Auxílio Alimentação	Consiste na gratuidade das refeições diárias oferecidas pelos Restaurantes Universitários da UFERSA, para discentes contemplados com a modalidade Moradia Estudantil e que não recebam nenhuma subvenção financeira, seja pela UFERSA ou qualquer outra instituição.
VI - Auxílio Transporte	Apoio financeiro a discentes que tenham despesas com transporte no deslocamento da residência até a UFERSA.
VII - Auxílio Didático	Consiste em subvenção financeira, com o objetivo possibilitar a participação do discente em cursos complementares à formação acadêmica, aquisição de materiais e outros recursos didáticos indispensáveis ao acompanhamento dos componentes curriculares dos cursos de graduação.
VIII - Auxílio Inclusão Digital	Consiste em subvenção financeira, com o objetivo de possibilitar a participação do discente nos eventos e atividades unicamente digitais e executadas de forma remota pela Universidade para aquisição de equipamentos tecnológicos e contratação de planos de internet.
IX - Auxílio Creche	Consiste em apoio financeiro a discentes com dependente(s) legal(is) na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses, desde que faça parte do seu núcleo familiar comprovado pelo Cadúnico, para despesas com creche ou outras relacionadas à manutenção infantil, enquanto desempenham suas atividades acadêmicas.
X - Auxílio Acessibilidade	Consiste em apoio financeiro a discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.
XI - Auxílio Saúde	Consiste em subvenção financeira destinada aos discentes que estejam com seu rendimento acadêmico comprometido em função de problemas de saúde física ou mental, necessitando de tratamento, medicamentos ou exames indisponíveis ou de longa espera no Sistema Único de Saúde (SUS).
XII - Auxílio Emergencial	Consiste em subvenção financeira destinada aos casos excepcionais e momentâneos e que não se enquadrem em situações e prazos previstos nos editais regulares da assistência estudantil.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 15 destaca as descrições detalhadas das modalidades de assistência estudantil oferecidas pelo PIAE. Estas modalidades são projetadas para apoiar a permanência

e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, atendendo a diversas necessidades, que vão desde apoio financeiro até serviços de moradia e saúde. É importante ressaltar que a quantidade de vagas e os valores de cada modalidade do PIAE são definidos pela PROAE e divulgados em editais no início de cada semestre letivo.

Dentre as ações que integram esse conjunto de auxílios, inclui-se a oferta de vagas de moradia temporária aos estudantes de graduação que não possuem residência na cidade do *campus* em que estejam matriculados em um curso presencial. As unidades habitacionais ficam localizadas em Mossoró, Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros. As residências universitárias dispõem de algumas estruturas como segurança 24h, fornecimento gratuito de água mineral, material de limpeza e gás de cozinha. Além disso, os espaços são equipados com fornos micro-ondas, ventiladores, bebedouros tipo gelágua, geladeiras, *smart* TVs, entre outros itens que visam proporcionar conforto e funcionalidade aos residentes.

Somando-se a essa estrutura de apoio, o programa também contempla a disponibilização do Auxílio Alimentação Café da Manhã para os estudantes contemplados com a moradia estudantil. Ademais, os residentes da moradia estudantil são contemplados com a gratuidade de 100% no Restaurante Universitário. Para todos os demais estudantes da universidade, as refeições no Restaurante Universitário têm um custo de R\$ 2,50 para o almoço e R\$ 2,00 para o jantar (preços congelados desde 2012).

Na busca de atender integralmente tanto os beneficiários da assistência estudantil quanto toda a comunidade acadêmica, a PROAE promove uma variedade de ações e iniciativas que abrangem aspectos de saúde, bem-estar, inclusão, lazer e conscientização. Essas ações incluem:

- Campanhas, eventos e celebrações: momentos como o Pré-Carnaval e campanhas de vacinação são realizados para promover a descontração e o cuidado com a saúde dos estudantes, reforçando o bem-estar geral.
- Iniciativas voltadas à Moradia Estudantil: projetos como o de lazer para os residentes e o “Café na Residência” fomentam a convivência e o diálogo entre os moradores, fortalecendo a integração na comunidade acadêmica.
- Atividades de inclusão e conscientização: ações como rodas de conversa sobre Diversidade e Inclusão, celebrações do Dia da Pessoa Trans e o evento “Abril Azul” (focado no autismo no ensino superior) destacam o compromisso com a diversidade e a acessibilidade, além de envolverem a comunidade externa em algumas dessas atividades.

- Campanhas de saúde e bem-estar: eventos como o Dia D de Saúde, em alusão ao Setembro Amarelo, Aulões de Yoga e atendimentos de massoterapia são realizados para incentivar práticas de relaxamento e promover o equilíbrio físico e emocional dos estudantes.
- Conscientização sobre causas sociais e prevenção de violências: iniciativas como a campanha do Agosto Lilás, voltada para a prevenção à violência contra a mulher, e a Acolhida dos Estudantes, que integra novos estudantes no início do período letivo, reforçam a importância de um ambiente seguro e acolhedor para todos (UFERSA, 2024).

Essas ações visam oferecer suporte integral, promovendo um ambiente universitário mais acolhedor, inclusivo e saudável, procurando favorecer a permanência e o desempenho acadêmico, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, considerando a disponibilidade orçamentária, até o início de cada semestre letivo regular, a participação dos estudantes interessados nas diversas modalidades deve atender aos requisitos gerais e específicos, conforme a natureza do benefício pretendido, nos termos dos critérios dispostos na Resolução do PIAE e nos editais de seleção.

Dessa forma, ao se candidatar aos benefícios do PIAE, os estudantes devem cumprir os seguintes requisitos: estar matriculado na instituição em curso de graduação presencial, cursando pelo menos quatro componentes curriculares; possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo. No caso dos estudantes que foram assistidos pelo PIAE no semestre letivo regular anterior, devem: ter Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) semestral igual ou superior a 5,00; não ter sido reprovado em mais de dois componentes curriculares por média; não ter nenhuma reprovação por falta e estar cursando, prioritariamente, a primeira graduação.

Para manutenção do recebimento da bolsa ou auxílio, os estudantes devem cumprir com os mesmos requisitos solicitados para pleitear os benefícios, dentre outras condições: manter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada componente em que esteja matriculado; não repassar o benefício a outro discente; não ter vínculo empregatício ou exercer e participar dos Fóruns de Assistência Estudantil promovidos pela UFERSA.

A seleção dos estudantes é realizada por meio de análise socioeconômica, baseada nas informações fornecidas no Questionário Socioeconômico, no Cadastro Único e na documentação comprobatória apresentada. Ainda assim, podem ser realizadas entrevista individual, visita domiciliar ou solicitação de documentos adicionais, a fim de esclarecer

dúvidas ou obter informações complementares sobre a realidade socioeconômica dos estudantes.

Após a seleção, o acompanhamento e avaliação dos estudantes assistidos pelo programa são realizados por equipes multiprofissionais da PROAE e da COAE. A avaliação do PIAE ocorre por meio dos Fóruns de Assistência Estudantil promovidos pela UFERSA, voltados à análise das taxas de sucesso acadêmico, retenção e evasão dos estudantes assistidos, dentre outras métricas. Com relação à execução financeira do programa, os pagamentos das bolsas e auxílios são realizados mensalmente, nos primeiros dias úteis, de acordo com a disponibilidade de recursos.

Dentre as modalidades disponíveis, a Bolsa Acadêmica possui especificidades em relação às demais modalidades de assistência. Para adquiri-la, os estudantes precisam participar de um processo seletivo, que exige o cumprimento dos mesmos critérios das demais modalidades do programa, acrescidos de requisitos específicos voltados à natureza acadêmica da bolsa. Assim, após a aprovação, os estudantes devem oficializar sua adesão por meio da assinatura de um Termo de Compromisso, no qual são definidas as obrigações do bolsista, que passa a integrar um projeto acadêmico sob a supervisão de um professor ou técnico-administrativo. A carga horária semanal, fixada em 10 horas, é definida em conjunto pelo bolsista e pelo orientador, de forma a não prejudicar as atividades regulares de ensino. Cabe ao orientador elaborar um Plano de Atividades, detalhando as ações a serem desenvolvidas pelo bolsista, que devem ter caráter estritamente acadêmico e estar em consonância com os objetivos do PIAE.

O monitoramento das atividades realizadas pelo bolsista é feito por meio do registro da frequência mensal e da elaboração de um relatório semestral, ambos considerados fundamentais para a manutenção da bolsa. O envio da frequência deve ser feito até o segundo dia útil do mês subsequente, servindo como comprovação do cumprimento da carga horária previamente estabelecida pelo orientador.

Complementando esse processo de monitoramento, ao final de cada semestre, o bolsista deve apresentar um relatório de atividades, contendo a descrição das ações realizadas e os resultados obtidos. Este documento deve ser analisado e aprovado pelo orientador, sendo um dos requisitos para a renovação do auxílio ou para a inscrição em novos processos seletivos.

Ao término do semestre, os estudantes beneficiados pela Bolsa Acadêmica participam obrigatoriamente do Simpósio da Bolsa Acadêmica (SIMBA), evento organizado pela PROAE, voltado à exposição dos resultados das atividades executadas. Este evento destaca as

vivências dos bolsistas e incentiva a valorização de suas contribuições na comunidade acadêmica, fomentando a troca de saberes e a reflexão sobre os desafios e aprendizados. No que tange ao *campus* de Caraúbas/RN, os serviços vinculados à assistência estudantil são coordenados e operacionalizados pela Coordenadoria de Assuntos Estudantis (COAE), que tem como missão planejar, coordenar, promover e avaliar atividades de assistência ao estudante desenvolvida pela universidade.

Para tanto, a UFERSA defini as atribuições das COAES enquanto responsáveis pelo desenvolvimento e gerenciamento do programa de assistência em cada *campi*, neste sentido cabe a coordenadoria:

- Prestar assessoria à PROAE e à Direção do Centro Multidisciplinar de Caraúbas no cumprimento da política de assuntos estudantis traçados pela UFERSA;
- Pesquisar e receber demandas da comunidade como subsídio para a definição da política de assuntos estudantis;
- Administrar o Programa Institucional de Assistência Estudantil - PIAE, que concede bolsas e auxílios financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de processo seletivo no início de cada semestre letivo, mediante publicação de editais;
- Administrar a Moradia Estudantil do Centro Multidisciplinar de Caraúbas;
- Administrar o Restaurante Universitário do Centro Multidisciplinar de Caraúbas;
- Promover, executar e incentivar a prática desportiva e a participação da comunidade acadêmica em eventos esportivos;
- Assistir os órgãos de representação dos discentes;
- Prestar assistência psicológica e social aos estudantes (UFERSA, 2024, *n.p.*).

No *campus* Caraúbas a oferta e gestão desses serviços da coordenadoria de assuntos estudantis conta com uma equipe multidisciplinar, bem como colaboração de outros setores da gestão do *campus*. No quadro 16, segue demonstrativo técnico e organizacional da equipe.

Quadro 16 - Composição da equipe técnica da COAE no *Campus* Caraúbas.

Equipe técnica
01 Coordenadora de Assuntos Estudantis
01 Nutricionista
01 Assistente em Administração
01 Assistente Social
01 Técnica em Assuntos Educacionais
01 Pedagoga
01 Técnico Desportivo
01 Psicóloga

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme apresentado no Quadro 16, a estrutura da equipe técnica responsável pela assistência estudantil no *campus* Caraúbas é composta por diversos profissionais

especializados que atuam no suporte aos estudantes beneficiados pelas bolsas e auxílios do PIAE. Essa equipe diversificada visa atender às necessidades dos estudantes de forma abrangente e eficaz. A colaboração entre esses profissionais permite uma abordagem holística na assistência estudantil, tratando desde as necessidades nutricionais e de saúde até o suporte emocional e educacional. Tal estrutura é considerada essencial para estabelecer um ambiente acadêmico que seja inclusivo, saudável e favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, a COAE é responsável pela gestão do programa de assistência no *campus* Caraúbas, executando e supervisionando todas as atividades e buscando garantir que os recursos e ações sejam distribuídos de forma equitativa. Além de gerir uma variedade de bolsas e auxílios, a coordenação busca ter uma visão detalhada e contextualizada de todas as necessidades inerentes aos estudantes, em observância à política e às regulamentações da instituição, para garantir que todas as práticas realizadas estejam de acordo com as normas estabelecidas pelo PIAE.

O Quadro 17 apresenta os dados sobre as bolsas e auxílios oferecidos pelo *campus* Caraúbas durante os semestres 2023.2 e 2024.1, oferecendo uma visão detalhada dos valores concedidos, do número de vagas oferecidas, da quantidade de inscritos e do número de estudantes que se beneficiaram em cada tipo de auxílio. Esse quadro demonstra a complexidade e a variedade de auxílios de assistência estudantil no *campus* Caraúbas. Isso permite identificar áreas com maior demanda e possíveis necessidades de expansão do programa, para melhor atender à comunidade estudantil.

Entretanto, a coleta dessas informações encontrou alguns entraves significativos. Isso porque os Relatórios de Gestão da UFERSA, embora relevantes, apresentam limitações, já que não são padronizados e não especificam de forma detalhada a quantidade de bolsas e auxílios por semestre, oferecendo dados fragmentados e, muitas vezes, insuficientes para uma análise aprofundada.

Adicionalmente, outro desafio consistiu no descompasso entre o calendário acadêmico da instituição, que termina por não se alinhar aos períodos dos semestres com o ano civil em curso, devido atraso no calendário acadêmico da UFERSA. Essa lacuna dificultou a correlação direta entre os dados disponíveis e os semestres acadêmicos, o que demandou a consulta a fontes internas, como a COAE e os editais, para obter informações mais precisas e contextualizadas sobre a oferta e demanda por bolsas e auxílios.

Quadro 17 - Distribuição de bolsas e auxílios no *Campus* Caraúbas

Bolsas e Auxílios Ofertados pelo <i>Campus</i> Caraúbas	Valor	Vagas Ofertadas	Quantidade de inscritos	Quantidade de Estudantes Beneficiados	
Semestre 2023.2					
				Novos	Renovação
Bolsa Acadêmica	500,00	30	102	28	24
Bolsa Esporte	500,00	05	11	07	03
Auxílio Creche	400,00	06	09	05	03
Auxílio Transporte	400,00	10	36	09	07
Auxílio Acessibilidade	400,00	01	02	02	00
Auxílio-Alimentação Café da Manhã	100,00	-	-	93	-
Auxílio-Alimentação Emergencial	450,00	-	-	-	-
Auxílio Saúde ¹⁵	-	-	-	01	
Apoio Financeiro para Eventos ¹⁶	-	-	-	30	-
Semestre 2024.1					
Bolsa Acadêmica	500,00	30	151	30	20
Bolsa Esporte	500,00	02	04	07	03
Auxílio Creche	400,00	05	12	05	02
Auxílio Transporte	400,00	10	33	09	10
Auxílio Acessibilidade	400,00	02	02	00	01
Auxílio-Alimentação Café da Manhã	100,00	-	-	92	-
Auxílio-Alimentação Emergencial	450,00	-	-	-	-
Auxílio Saúde	-	-	-	-	-
Apoio Financeiro para Eventos	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para iniciar a discussão sobre os dados apresentados no Quadro 14, é fundamental destacar que a oferta de vagas e a quantidade de beneficiados apresentam uma dinâmica consideravelmente variável. Essa volatilidade é explicada, em grande parte, pelo remanejamento de vagas realizado pela Coordenação de Assistência Estudantil (COAE). Essa prática tem como objetivo otimizar a alocação dos recursos disponíveis e garantir que as bolsas e auxílios sejam direcionados aos estudantes que atendam plenamente aos critérios estabelecidos.

O remanejamento ocorre, principalmente, em virtude de situações em que as vagas inicialmente ofertadas não são completamente preenchidas. Essas situações podem ser

¹⁵ Este auxílio não é ofertado através de edital, podendo ser solicitado em qualquer tempo, desde que seja dentro dos meses do período letivo regular. A comissão permanente de avaliação é responsável pelo deferimento parcial ou integral do valor solicitado, até o limite de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por discente, conforme as condições orçamentárias disponíveis.

¹⁶ O apoio financeiro poderá ser concedido total ou parcialmente, ou indeferido, de acordo com a disponibilidade de recursos.

atribuídas a fatores como o não cumprimento, pelos candidatos contemplados, das providências necessárias dentro dos prazos estipulados. Exemplos incluem a ausência de documentação exigida, falhas no processo de renovação ou mesmo desistências por parte dos beneficiários. Dessa forma, a COAE redistribuiu as vagas remanescentes para outras modalidades ou para candidatos em listas de espera, buscando assegurar o uso eficiente dos recursos destinados à assistência estudantil.

Essa prática, embora eficiente na maximização da utilização dos recursos, reflete a complexidade administrativa e logística envolvida no gerenciamento dos programas de assistência. Ao compreender essa dinâmica, torna-se possível elaborar estratégias que reduzam as lacunas no preenchimento das vagas, promovendo maior estabilidade e previsibilidade na concessão de bolsas e auxílios.

Neste contexto, a partir das informações apresentadas, observa-se um panorama diverso na procura e na concessão dos auxílios no *campus* Caraúbas, com variações notáveis entre os semestres analisados (2023.2 e 2024.1). O aumento de inscritos na Bolsa Acadêmica demonstra um incremento na procura por esse tipo de auxílio, gerando inquietação sobre a capacidade de atendimento diante da crescente demanda, sugerindo a necessidade de ampliação das vagas.

Em contrapartida, a Bolsa Esporte apresentou uma queda significativa no número de inscritos. Isso indica que todos os elegíveis foram atendidos, no entanto, sugere uma possível desmotivação ou barreiras para novos candidatos, o que precisa ser investigado.

Em relação ao Auxílio Creche, o aumento de inscritos sinaliza uma maior necessidade desse suporte. Contudo, a diminuição no número de beneficiados pode evidenciar dificuldades em suprir a demanda, especialmente em casos de renovações. Este é um dado preocupante, levando em conta o impacto direto que esse auxílio tem na vida acadêmica de estudantes com filhos pequenos.

O Auxílio Transporte registrou uma leve redução no número de inscritos, porém um aumento no número de beneficiados nos casos de renovações. Essa estratégia parece priorizar a continuidade para bolsistas que já dependem do benefício, o que é positivo, mas sugere uma avaliação minuciosa para prevenir restrições a novos candidatos.

No que diz respeito ao Auxílio Acessibilidade, a estabilidade no número de inscritos demonstra a necessidade dessa demanda específica. Porém, a redução de beneficiados pode demonstrar limitações na renovação ou possíveis desistências, o que pode prejudicar bolsistas com necessidades especiais.

Os auxílios voltados para as necessidades alimentares, como o Auxílio-Alimentação Café da Manhã, mantiveram uma constância por contemplarem todos os estudantes da moradia estudantil.

No entanto, outros auxílios, como o Auxílio-Alimentação Emergencial, Auxílio Saúde e Apoio Financeiro para Eventos, não tiveram beneficiados contemplados em 2024.1, o que pode indicar falta de recursos para essas categorias ou ausência de solicitação.

Destaca-se que nem todos os auxílios listados no Quadro 15, que são normatizados pelo PIAE, estão listados Quadro 17. Casos específicos como o Auxílio-Alimentação Café da Manhã e o Auxílio-Alimentação Emergencial não são previstos em edital e foram criados por ato discricionário pela gestão do último reitor. O Auxílio-Alimentação Café da Manhã é concedido a todos os estudantes da moradia estudantil, enquanto o Auxílio-Alimentação Emergencial é destinado aos estudantes da moradia estudantil que não possuem nenhuma bolsa ou auxílio, seja da instituição ou de fontes externas.

O crescimento de inscritos em auxílios como a Bolsa Acadêmica e o Auxílio Creche reflete uma demanda crescente por suporte financeiro no *campus*, mas a redução de beneficiados em diversas categorias aponta para limitações na alocação de recursos ou na estrutura de atendimento.

Assim, percebe-se que o gerenciamento de um Programa de Assistência Estudantil envolve muitos desafios, como lidar com o número crescente de estudantes que precisam de apoio. Os resultados apresentados no quadro anterior indicam uma alta demanda por apoio financeiro e logístico entre os estudantes do *campus* Caraúbas. A competitividade por algumas bolsas e auxílios ressalta a necessidade de ampliação dos programas para atender a um maior número de estudantes. A variedade de auxílios oferecidos mostra uma abordagem abrangente para lidar com os diversos problemas enfrentados pelos estudantes, desde transporte e alimentação até a inclusão e participação em atividades e eventos.

Conduzir um Programa de Assistência Estudantil é uma tarefa complexa que se torna ainda mais desafiadora diante do cenário econômico atual. De acordo com o IBGE (2024), o Brasil possui a segunda maior taxa, entre os países do G20, de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Esse dado preocupante enfatiza a necessidade e a importância de programas de assistência estudantil que possam ajudar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ao fornecer bolsas, auxílios e outros serviços, o Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, *campus* Caraúbas, desempenha um papel importante na redução da evasão escolar. No entanto, o sucesso desse programa depende de um financiamento adequado e de

uma gestão eficaz, capaz de se adaptar às mudanças nas necessidades dos estudantes e às questões econômicas.

Adicionalmente, a gestão desse programa pode incluir mecanismos de feedback e monitoramento contínuo, com o objetivo de avaliar os efeitos das ações implementadas e realizar os ajustes necessários. A participação ativa dos estudantes na criação e avaliação do programa também é fundamental para garantir que as ações desenvolvidas atendam às necessidades reais da comunidade estudantil.

5 BOLSA ACADÊMICA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA UFRSA CAMPUS CARAÚBAS

Esta seção apresenta uma análise baseada nas informações coletadas por meio da aplicação de um questionário realizado com os bolsistas beneficiados pela Bolsa Acadêmica do PIAE da UFRSA. A amostra, composta por 16 estudantes beneficiados pela Bolsa Acadêmica, estava no segundo e último período de vigência do benefício no momento da coleta dos dados. Por meio da exposição de gráficos e figuras que apresentam as respostas às “perguntas fechadas”, inicia-se com a “Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa”, com o objetivo de compreender o lugar de fala dos bolsistas. Em seguida, são realizados “Apontamentos sobre o PIAE”, com o intuito de situar as informações e compreender como as ações do PIAE dialogam com os desafios enfrentados pelos bolsistas para a permanência no ensino superior.

Por conseguinte, para analisar as “respostas abertas”, utilizou-se a Análise de Conteúdo sob a perspectiva apresentada por Bardin (1977) como técnica para a produção de interpretações e inferências fundamentadas em categorias de análise estabelecidas *a posteriori*. Dada à forma como algumas respostas abertas foram empregadas, foi possível entrelaçar algumas categorias de análise com dados estatísticos, o que reforça a preocupação em embasar as discussões e validar os dados.

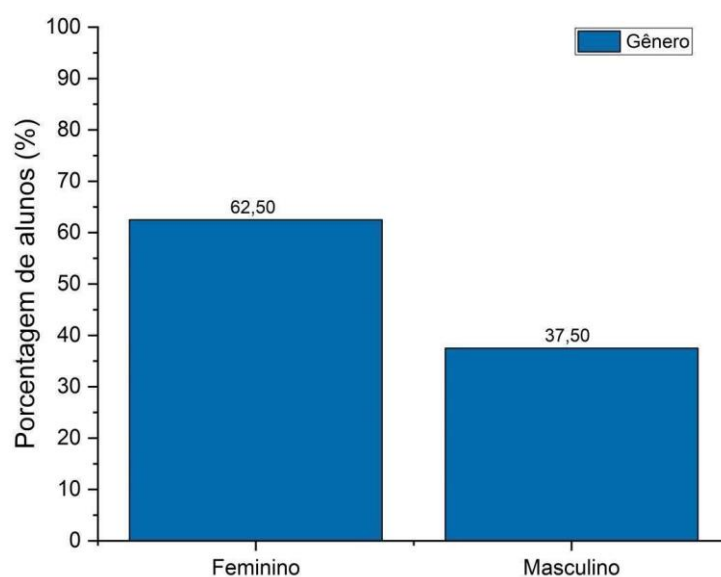
Diante disso, foram elaboradas as seguintes categorias com o objetivo de aprofundar a discussão: "Aspectos Institucionais de Gestão da Bolsa Acadêmica", "Dificuldades Enfrentadas no Processo Acadêmico" e "Contribuições da Bolsa Acadêmica". Além de fornecer aspectos relevantes para atender ao objetivo da pesquisa, essas categorias visam validar e aprimorar as informações obtidas por meio da análise documental e da fundamentação teórica desenvolvida nesta investigação, com o propósito de ampliar a compreensão sobre o papel e os desafios do Programa de Assistência Estudantil na UFRSA na promoção da permanência dos beneficiários.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A avaliação dos dados apresentados nesta subseção visa delinear o perfil socioeconômico dos estudantes que recebem a Bolsa Acadêmica da UFRSA. A coleta de informações possibilitou a identificação de elementos como idade, estado civil, renda familiar, local de moradia, entre outros indicadores que espelham a realidade enfrentada pelos

bolsistas. Esses elementos oferecem subsídios para avaliar a efetividade do programa em alcançar seu público-alvo, além de suscitar questões pertinentes acerca das necessidades e obstáculos enfrentados pelos bolsistas ao longo de sua jornada acadêmica.

Gráfico 06 - Distribuição dos estudantes bolsistas por gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 6 apresenta a porcentagem de estudantes bolsistas por gênero, classificados em "Feminino" e "Masculino". As informações indicam uma predominância do sexo feminino entre os beneficiários, correspondendo a 62,50% dos bolsistas, enquanto 37,50% se identificam com o sexo masculino. A predominância feminina também foi destacada nos resultados do estudo de Moureira (2021), realizado em um Instituto Federal em Goiás, o qual constatou que o número de estudantes do sexo feminino supera consideravelmente o do masculino, representando 73,08% do total de estudantes examinados.

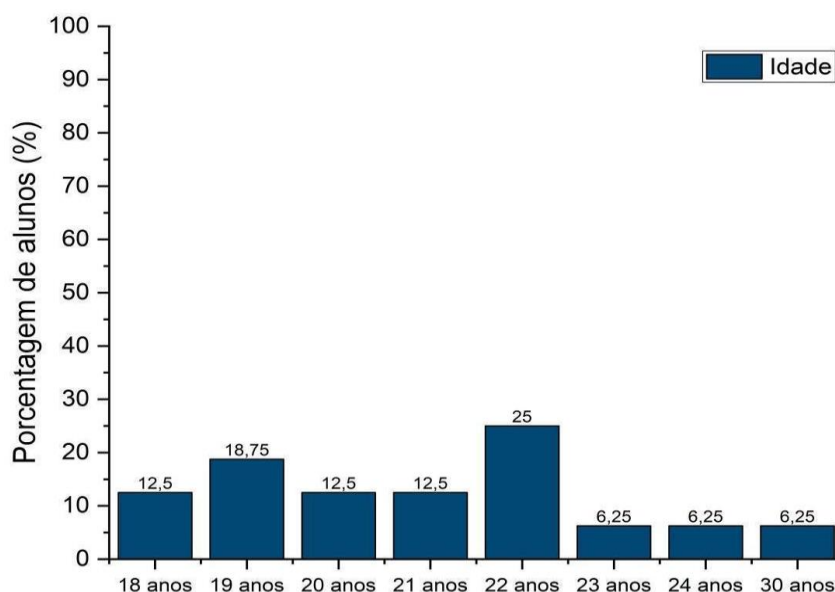
Os dados obtidos através da V Pesquisa do FONAPRACE em 2018, demonstrou que 54,6% dos estudantes na IFES são ocupados por estudantes do sexo feminino, ao passo que 45,1%, pelo sexo masculino. Esses dados também comprovam a superioridade de estudantes do sexo feminino.

O elevado índice de estudantes do sexo feminino nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pode ser explicado por Rodrigues (2020, p. 32), ao argumentar que “a presença majoritária feminina nas IFES é plausível, uma vez que também são maioria no

ensino médio, enquanto estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos, são inseridos precocemente no mercado de trabalho”. De forma complementar, Estrada e Radaelli (2017) apontam que esse dado pode estar relacionado ao crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e à consequente busca por formação acadêmica como estratégia para ampliar suas oportunidades profissionais.

Além disso, é plausível considerar que essa maior participação feminina no Programa de Assistência Estudantil pode estar associada a outro fator, como uma maior propensão das mulheres em cumprir os requisitos do programa. Nessa perspectiva, Carvalho (2003) aponta que o gênero feminino tende a apresentar características como maior obediência e passividade. Assim, questões culturais e sociais podem influenciar diretamente a interação com o Programa de Assistência Estudantil, conforme apontado nos resultados.

Gráfico 07 - Distribuição dos estudantes bolsistas por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 7 mostra a distribuição em percentual dos estudantes bolsistas por idade, englobando indivíduos de 18 a 30 anos de idade.

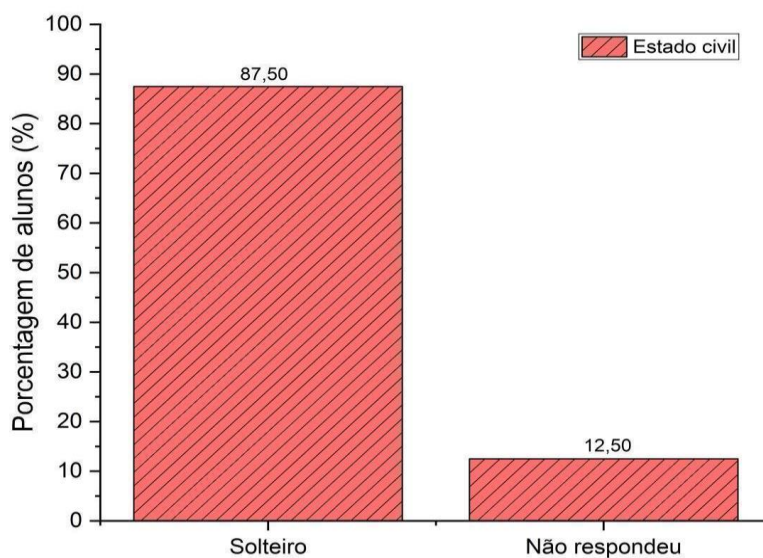
As informações indicam que a maioria dos bolsistas se encontra na faixa etária de 22 anos, representando 25% do total. Esta idade é comumente relacionada à fase média de conclusão de cursos universitários. Esses dados não foram diferentes do que extraídos por pesquisa realizada por Moureira (2021) e pela V Pesquisa do FONAPRACE em 2018, em que a faixa etária predominante nas IFES foi compreendida entre 18 e 24, todavia, a pesquisa observou um aumento na idade média dos estudantes. Diferente do que foi constatado nas

referidas pesquisas, idades mais avançadas, como 23, 24 e 30 anos, têm participação menor, com cada uma representando 6,25%. A existência de bolsistas com mais de 30 anos pode sugerir situações de procura tardia por formação ou alterações na trajetória acadêmica e profissional.

A avaliação também indica uma distribuição relevante entre as faixas etárias de 18 a 21 anos, com percentuais bastante próximos. Os estudantes de 18 anos, geralmente recém-ingressos, constituem 12,5% dos bolsistas. Os de 19 anos representam 18,75%, enquanto os de 20 e 21 anos apresentam, individualmente, 12,5% de representatividade. Esses números apontam para um grande número de jovens que estão iniciando ou cursando os primeiros anos da universidade, enfatizando o papel do programa em auxiliar estudantes em fases críticas de adaptação e permanência no ensino superior.

Em termos gerais, os achados indicam que a maior parte dos bolsistas tem idades alinhadas ao padrão universitário predominante, variando entre 18 e 22 anos. Contudo, a presença de faixas etárias mais elevadas evidencia a inclusão de diferentes perfis, demonstrando a abrangência e a capacidade de adaptação do programa para atender estudantes em diversas fases da vida acadêmica.

Gráfico 08 - Distribuição dos estudantes bolsistas da UFERSA por estado civil



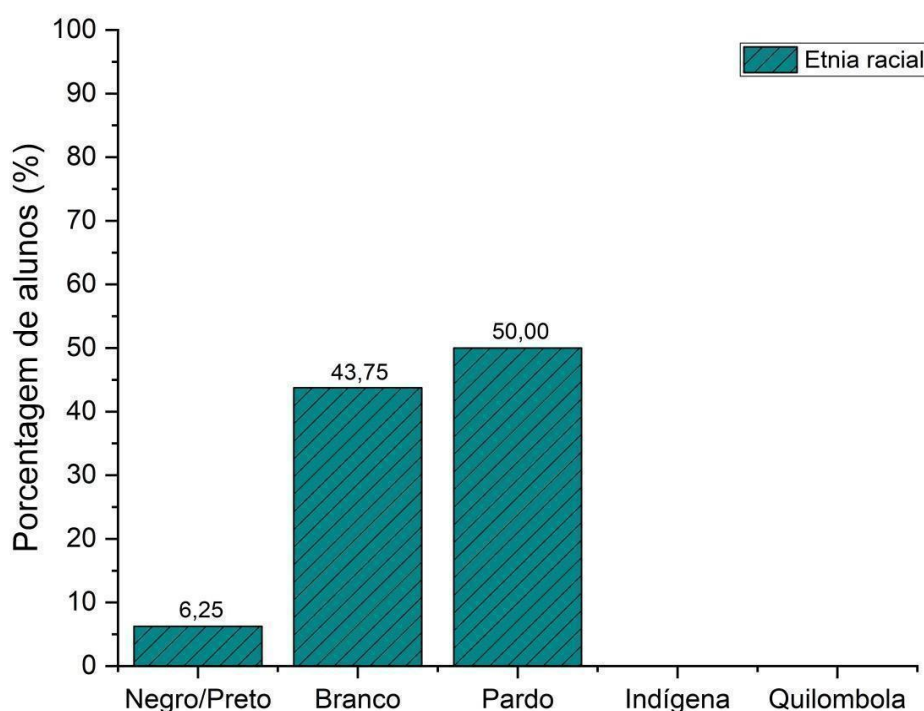
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 8 mostra a distribuição em percentual do estado civil dos estudantes beneficiados. Ele destaca duas categorias: "Solteiro" e "Não respondeu".

A maioria dos estudantes, 87,50%, afirmou ser solteira, o que indica que a maioria dos beneficiários são jovens, conforme constatado no gráfico 7, com menor probabilidade de

estarem casados ou em relações estáveis. Apenas 12,50% dos estudantes não revelaram seu estado civil, o que pode sugerir desinteresse ou desvalorização dessa informação por parte dos bolsistas. Esses dados estão alinhados com a proporção nacional de estudantes solteiros apontada pelo FONAPRACE (2018), que foi de 85,5%. A predominância de estudantes solteiros é um traço esperado entre universitários, que geralmente estão em uma fase da vida voltada aos estudos e ao desenvolvimento pessoal.

Gráfico 09 - Distribuição dos estudantes bolsistas por etnia/raça



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 9 mostra a distribuição em percentual dos estudantes bolsistas com base na autodeclaração de etnia/raça. Eles são classificados como "Negro/Preto", "Branco", "Pardo", "Indígena" e "Quilombola".

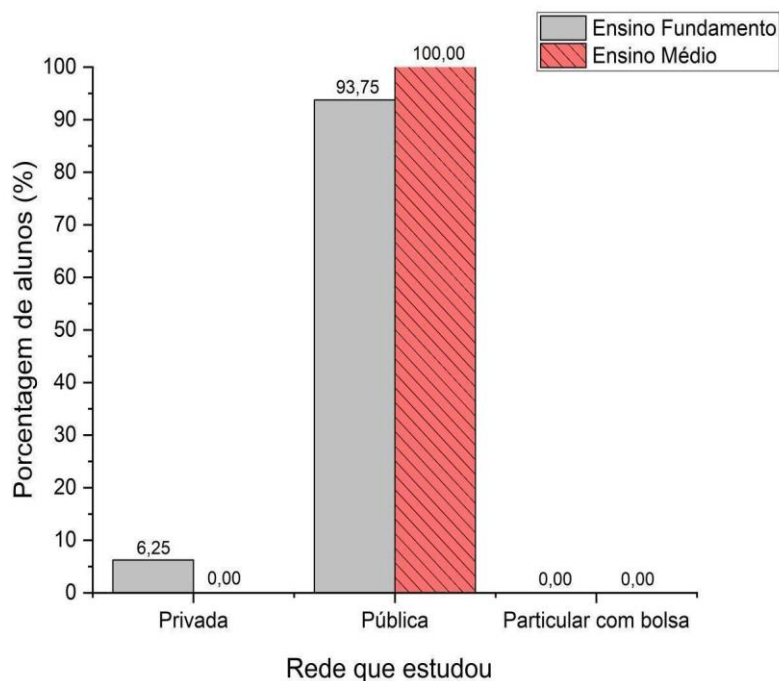
Os números mostram uma predominância de estudantes pardos ou brancos, sendo que os primeiros, pardos, representam 50% dos bolsistas, formando o grupo com maior índice entre os beneficiários. Por outro lado, os brancos representam 43,75%, constituindo o segundo maior grupo. Entretanto, observa-se uma representação aquém do esperado de outros grupos. Embora exista a reserva de vagas destinada aos candidatos autodeclarados preto, pardo, indígena ou quilombola na universidade, apenas 6,25% dos bolsistas se autodeclararam negro

ou preto e não foram identificados bolsistas indígenas ou quilombolas no grupo pesquisado, o que resultou em uma participação zero desses grupos na amostra examinada.

Tal constatação conduz à reflexão sugerida por Santos (2009, p. 113), ao mencionar que “há quem afirme que, a partir do sistema de cotas, aumentaram as chances dos pretos e pardos ingressarem na Universidade”. Com o intuito de analisar o contexto da UFERSA de maneira mais ampla, foram solicitadas informações sobre heteroidentificação nos cursos da instituição, visando confrontar os resultados institucionais com os dados da pesquisa. Contudo, a universidade informou não dispor de banco de dados com as categorias separadas, inviabilizando uma análise comparativa aprofundada.

A predominância de estudantes pardos e brancos reflete a realidade demográfica do Brasil, onde os pardos constituem parte significativa da população, conforme dados do IBGE (2022). A baixa representatividade de negros/pretos, bem como a ausência de indígenas e quilombolas, ressalta desafios relevantes. Corroborando essa perspectiva, Santos (2009, p. 39) aponta que “na contramão da expansão do sistema educacional está a participação da população negra”, destacando a importância de uma análise crítica sobre as barreiras que impedem o acesso e a permanência dessas populações nas universidades.

Esse cenário pode apontar para obstáculos de ordem socioeconômica que dificultam a inclusão desses grupos em instituições públicas de ensino superior e, consequentemente, em Programas de Assistência Estudantil. Esses achados indicam a necessidade de estratégias que visem ampliar a inclusão de grupos historicamente marginalizados e consolidar a democratização do ensino superior. Para além da manutenção das cotas raciais e sociais, é fundamental expandir os programas que incentivem o ingresso de estudantes negros nas universidades, por meio da realização de campanhas informativas sobre as políticas de cotas e os programas de apoio disponíveis. Paralelamente, é essencial desenvolver iniciativas que auxiliem esse público a identificar seus interesses acadêmicos e profissionais.

Gráfico 10 - Distribuição dos estudantes bolsistas por rede de ensino e etapas

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 10 representa a alocação, em percentual, de estudantes nas redes de ensino (pública, privada e privada com bolsa) ao longo das etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

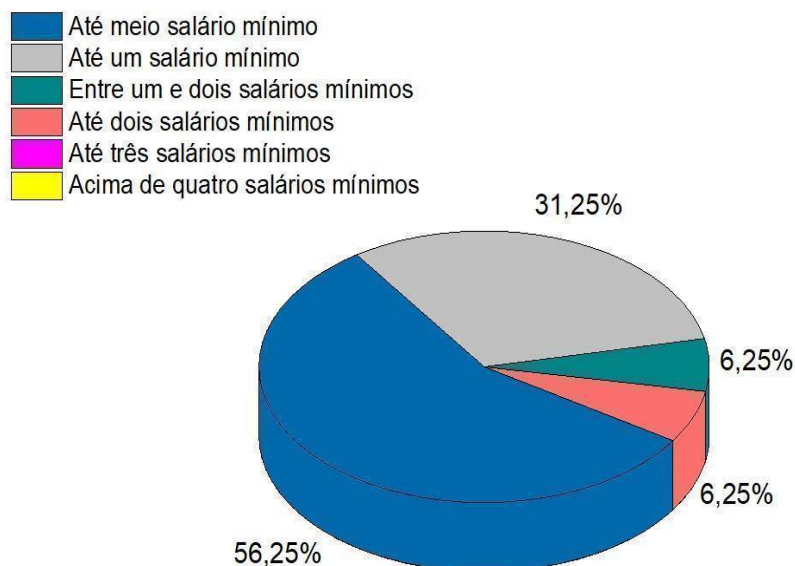
A avaliação dos dados indica que a maioria dos estudantes é oriunda da rede pública, tanto no Ensino Fundamental (93,75%) quanto no Ensino Médio (100%). Tal constatação evidencia a intensa dependência dos estudantes em relação ao sistema público de ensino, ressaltando a importância de oportunizar o acesso à educação básica no Brasil.

Devido ao fator renda, evidenciado no gráfico 11, certamente não teriam condições financeiras para cursar uma graduação em uma instituição privada, mesmo com os incentivos concedidos pelo Governo Federal por meio do ProUni e/ou Fies. Nesse contexto, Evangelista (2021) enfatiza a importância de não apenas manter, mas também ampliar o papel das universidades públicas, que atuam como pilares fundamentais na democratização do ensino e na promoção da equidade educacional.

Apenas 6,25% dos bolsistas concluíram o Ensino Fundamental em instituições privadas, e nenhum bolsista dessa rede ingressou no Ensino Médio. Tal dado indica uma possível falta ou insuficiência de programas de bolsas de estudo na amostra examinada. Frente a essa conjuntura, reforça-se a importância de fortalecer as políticas públicas de

educação que fomentem a igualdade de oportunidades, considerando que o sistema público de ensino é a principal via de acesso à educação para grande parte da população brasileira.

Gráfico 11 - Distribuição da renda familiar dos estudantes bolsistas em relação ao salário mínimo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 11 representa a distribuição em percentual de bolsistas em relação à renda familiar, tomando como referência o salário mínimo. Com base nos resultados, observa-se que a maior parcela dos bolsistas (56,25%) possui renda familiar de até meio salário mínimo. Esse dado demonstra que mais da metade da amostra analisada pertence a grupos socioeconômicos vulneráveis. Isso reforça a evidência de que a maioria dos estudantes enfrenta limitações econômicas significativas, o que pode impactar diretamente suas condições de permanência acadêmica. Uma parcela significativa de bolsistas, correspondente a 31,25%, apresenta renda familiar de até um salário mínimo, o que reforça a importância de políticas públicas e de Programas de Assistência Estudantil para garantir o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior.

As categorias "entre um e dois salários mínimos" e "até dois salários mínimos" representam apenas 6,25% cada, enquanto não há registros de estudantes com renda acima de três ou quatro salários mínimos. Esse cenário evidencia que estudantes de faixas de renda mais altas são minoria no contexto analisado, reforçando o caráter inclusivo do perfil socioeconômico dos estudantes das instituições públicas ou vinculados a programas sociais.

Essa realidade corrobora os dados da pesquisa do FONAPRACE (2018), que revelou que 70,2% dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estavam na faixa de renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Embora esses dados revelem uma situação preocupante de vulnerabilidade econômica entre os bolsistas, o FONAPRACE (2018, p. 31) pondera que, em um país marcado por desigualdades sociais e educacionais, “o(a) estudante universitário(a) não faz parte da camada mais pobre da população, já que os setores mais pobres e miseráveis nem mesmo chegam a concluir o Ensino Médio, principal fator de exclusão ao Ensino Superior”.

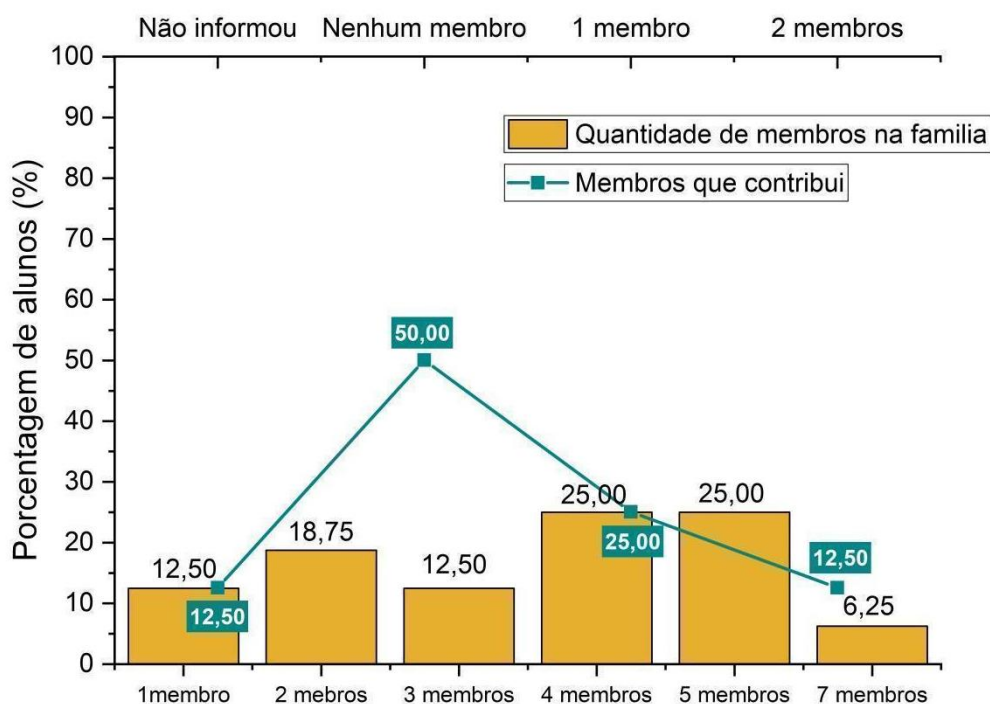
Essa observação ressalta um paradoxo: mesmo com o avanço das políticas de assistência estudantil, as disparidades estruturais ainda dificultam o acesso e a permanência dos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Com base nos achados, os dados demonstram que a política de assistência da UFERSA está diretamente vinculada aos critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que contempla as faixas salariais mais baixas. Além disso, os dados refletem o papel fundamental das universidades públicas e dos Programas de Assistência Estudantil no acolhimento de estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse contexto, Moureira (2021) considera que o levantamento desses dados é importante para a idealização de ações e políticas voltadas à assistência estudantil nas IFES, tendo em vista a definição, pelo Decreto nº 7.234/2010, do público-alvo prioritário como estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Essas informações evidenciam a urgência em manter e ampliar políticas públicas como o ProUni, o FIES e os auxílios estudantis, que desempenham papel essencial na remoção de barreiras econômicas ao ingresso e à permanência no ensino superior. Ademais, reforçam-se as necessidades de estratégias institucionais que promovam a equidade social, permitindo que esses estudantes tenham condições adequadas para superar os desafios acadêmicos e sociais inerentes à sua realidade econômica.

Gráfico 12 – Distribuição dos estudantes bolsistas por quantidade de membros na família e contribuintes financeiros



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 12 evidencia a relação entre o número de integrantes da família e os que contribuem financeiramente para a renda familiar.

A análise integra dados relativos ao tamanho das famílias, representado pelas barras amarelas, e à quantidade de membros que efetivamente contribuem para a renda, ilustrada pela linha verde.

No que diz respeito ao número de membros familiares, observa-se que famílias com quatro e cinco integrantes são as mais frequentes, representando 25% cada. Em seguida, famílias com dois membros aparecem com 18,75%, enquanto aquelas com um ou três membros correspondem a 12,5%. Por outro lado, famílias maiores, com sete membros, são menos comuns, representando apenas 6,25%. Esse perfil indica uma predominância de famílias de tamanho médio entre os bolsistas, com representação reduzida de famílias numerosas.

No que diz respeito à contribuição para a renda familiar, nota-se que 25% das famílias têm apenas um membro contribuinte. Vale destacar que o critério de elegibilidade relacionado à renda não se baseia na quantidade de membros que contribuem financeiramente.

A contribuição conjunta é menos recorrente em famílias com dois membros, representando 12,5% do total. Em famílias com quatro ou mais integrantes, a contribuição

financeira geralmente se concentra em um ou dois indivíduos, o que demonstra um desequilíbrio entre o número de dependentes e os que contribuem efetivamente para a geração de renda.

Essa relação entre o tamanho da família e o número de membros que contribuem evidencia um contexto de vulnerabilidade financeira. Famílias com maior número de dependentes e menor número de contribuintes enfrentam desafios econômicos mais intensos, especialmente quando apenas uma pessoa é responsável pelo sustento do grupo.

A dependência de um único membro contribuinte, verificada em 25% das famílias, reforça a necessidade da assistência estudantil, pois tal circunstância intensifica a pressão financeira sobre o provedor e restringe as possibilidades de manutenção da família. Nesse cenário, torna-se evidente a adequação aos critérios estabelecidos pela Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020, que define a renda familiar per capita de até um salário mínimo como requisito para a concessão da Bolsa Acadêmica.

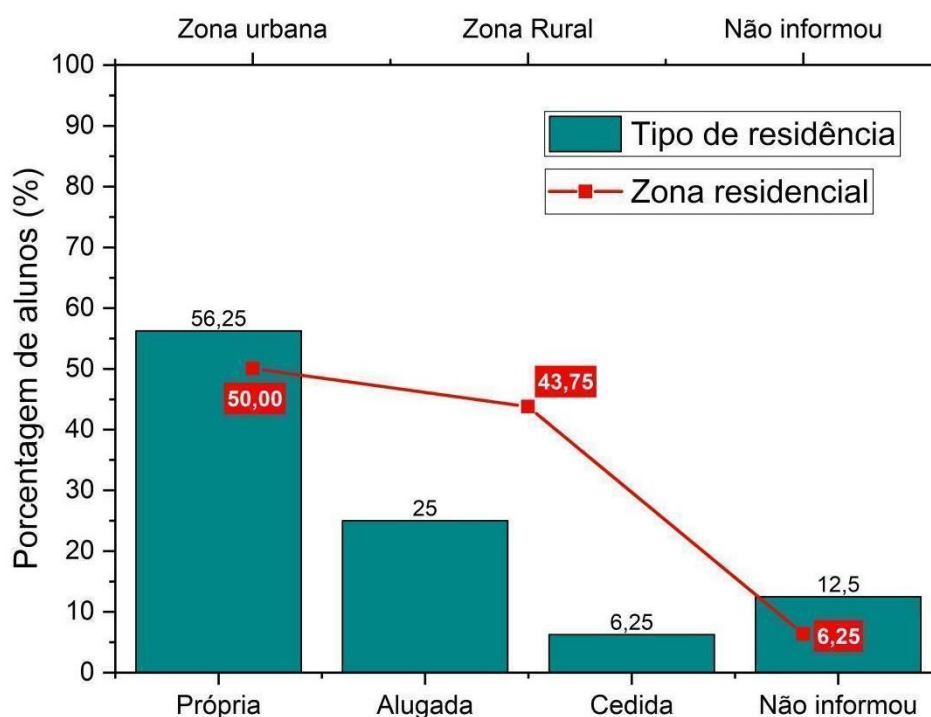
Os dados apresentados no Gráfico 11, combinados com os dados discutidos neste espaço, levam a uma reflexão profunda sobre a relação entre a renda familiar e a quantidade de membros na família. Essa conexão é fundamental para entender os desafios econômicos enfrentados pelas famílias brasileiras.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2024), o salário mínimo ideal para atender adequadamente às necessidades de uma família de quatro pessoas, em novembro de 2024, deveria ter sido de R\$ 6.959,31. Este valor foi calculado considerando despesas que incluem: alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

No entanto, com base no salário mínimo vigente em novembro de 2024, fixado em R\$ 1.412,00, esse valor representa menos de 21% do ideal calculado pelo DIEESE. Essa disparidade significativa demonstra os desafios enfrentados pelas famílias de baixa renda para cobrir as despesas básicas, levando muitas a uma condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse contexto, torna-se ainda mais compreensível a importância do PIAE da UFERSA, que se configura como um suporte indispensável para amenizar a pressão financeira enfrentada por famílias numerosas ou com menores recursos.

Gráfico 13 - Distribuição dos estudantes bolsistas por tipo de residência e zona residencial de moradia



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 13 demonstra a conexão entre o tipo de moradia (própria, alugada, cedida) dos estudantes bolsistas, além de destacar a distribuição dos bolsistas por zona residencial (urbana ou rural).

No que tange ao tipo de moradia, nota-se que a maioria dos bolsistas, 56,25%, vive em residências próprias, sinalizando um nível de estabilidade no que se refere à habitação entre os beneficiados pelo programa. A segunda categoria com maior representatividade é a de residência alugada, que representa 25% dos bolsistas. Por outro lado, os bolsistas que residem em residências cedidas representam 6,25%, demonstrando um percentual baixo dessa modalidade. Além disso, 12,5% dos bolsistas não informaram o tipo de residência. É importante ressaltar que a ausência desta informação não caracteriza qualquer receio por parte dos beneficiados em prestá-la, visto que esse critério não influencia os requisitos necessários para a concessão ou manutenção da Bolsa Acadêmica. A ausência de resposta pode ser, provavelmente, resultado de esquecimento por parte do participante ou dificuldade em classificar o tipo de moradia em que reside.

Em relação à distribuição por localização de moradia, 50% dos estudantes residem na zona urbana. Esse resultado pode ser atribuído à maior disponibilidade de serviços (supermercados, farmácias, etc.) aos bolsistas. Por outro lado, 43,75% dos bolsistas vivem em

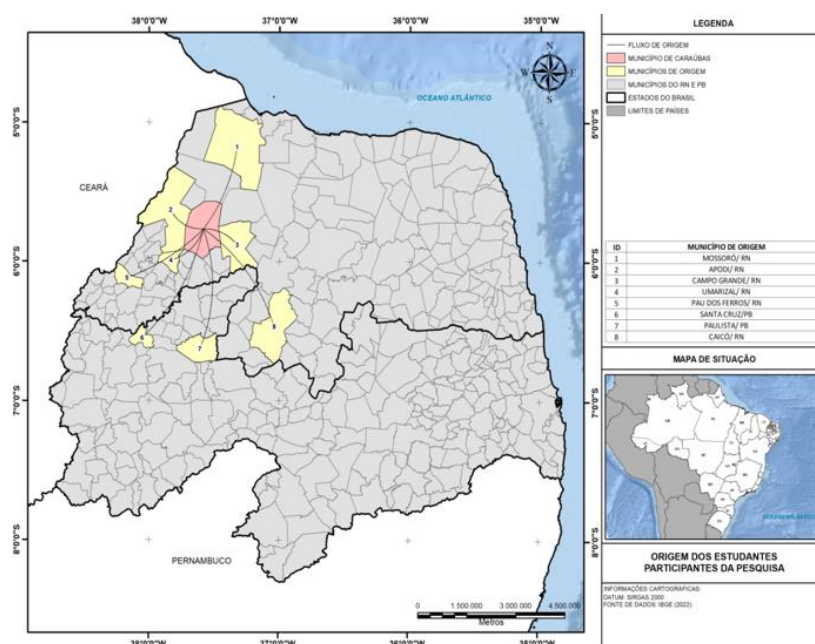
zonas rurais, destacando a relevância do programa de apoio a estudantes de regiões mais distantes dos centros urbanos. Apenas 6,25% dos bolsistas não informaram a zona onde residem.

A residência dos estudantes em zonas urbanas e rurais apresenta diferenças significativas que afetam diretamente o ingresso e a permanência na educação superior. A maioria dos estudantes que residem em áreas urbanas mora em casas próprias ou alugadas. A quantidade significativa de estudantes em regiões rurais (43,75%) enfatiza a necessidade de programas de suporte que respondam a desafios particulares desse segmento, como o deslocamento e a infraestrutura.

Neste contexto, Souza e Costa (2020) destacam que a distância entre a casa e a universidade pode ser um fator significativo de exclusão, especificamente para aqueles que residem em zonas rurais, onde as alternativas de educação superior são restritas e a localização é complexa e dispendiosa. Essas combinações de obstáculos geram uma realidade em que, para muitos, a graduação é obtida através de sacrifícios diários.

A expressiva presença de bolsistas provenientes de regiões rurais ressalta a relevância do programa em expandir o acesso ao ensino superior para comunidades localizadas longe dos grandes centros urbanos, refletindo diretamente a realidade do contexto estudado na pesquisa.

Figura 03 - Distribuição de estudantes beneficiados pela bolsa acadêmica por estado e cidade de origem



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A figura 3 apresenta a distribuição geográfica dos estados e cidades de origem dos bolsistas beneficiados pela Bolsa Acadêmica da UFERSA, proporcionando uma visão abrangente sobre a procedência dos estudantes atendidos pelo programa.

Conforme apresentado, a maior parte dos bolsistas vem de cidades do Rio Grande do Norte, o que evidencia a atuação prioritária da instituição em seu estado de origem. Entre as cidades examinadas, Campo Grande se destaca como a mais representativa, abrigando 25% dos estudantes bolsistas. Este índice pode estar ligado à localização geográfica do *campus*. Mossoró e Caraúbas, cada uma representando 18,75% dos bolsistas, são destacadas como núcleos relevantes de origem estudantil. Essa representatividade pode também ser justificada pela proximidade direta com os *campi* da UFERSA nessas áreas.

Outras cidades, tais como Umarizal, Apodi, Pau dos Ferros e Caicó, têm uma participação equivalente, cada uma contribuindo com 6,25% dos estudantes. Embora seja reduzida, essa representatividade destaca a extensão do programa em regiões mais espalhadas do Estado.

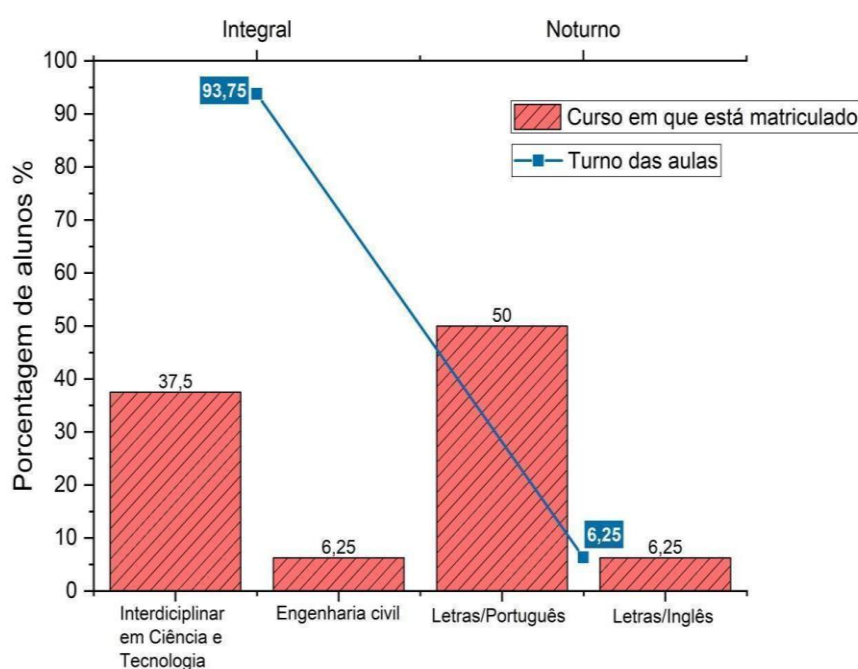
Apesar de ter uma participação menor, a Paraíba também influencia o perfil dos estudantes bolsistas da UFERSA. Os municípios de Santa Luzia e Paulista, cada um representando 6,25%, evidenciam a capacidade da instituição em atrair estudantes de estados vizinhos, expandindo sua influência na região. Esta presença na Paraíba destaca a importância da UFERSA como uma instituição que vai além das fronteiras estaduais, incorporando estudantes de variados cenários geográficos.

A avaliação geral indica que a maioria dos bolsistas vem de municípios do Rio Grande do Norte, o que evidencia a influência direta da UFERSA no progresso educacional e socioeconômico da região. No entanto, mesmo sendo menor, a inclusão de estudantes da Paraíba destaca a abrangência regional da universidade, reforçando sua posição como referência regional em educação superior.

Vale destacar que o *campus* Caraúbas, cenário da pesquisa, é resultado do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Segundo Paula e Martin (2021), o REUNI desempenhou um papel fundamental na expansão universitária, enquanto política pública educacional, por meio da ampliação de vagas e do caráter inclusivo do ensino superior público. O programa também buscou a descentralização das capitais, com a instalação de *campi* no interior, a fim de permitir o acesso de residentes no interior. O *campus* Caraúbas, como consequência direta dessa política, exemplifica os progressos proporcionados pelo REUNI na democratização do ensino superior.

Em consonância com esses propósitos, o Art. 2º da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 apresenta a seguinte redação: "São objetivos do Piae: I – democratizar as condições de permanência de discentes na Ufersa; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior [...]" (Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 003/2020, 2020, p. 02). A democratização do acesso à universidade, mencionada na resolução, é fundamental em um cenário em que as desigualdades sociais e regionais ainda representam obstáculos significativos para muitos estudantes no Brasil. Assim, o PIAE, ao buscar atender a esses objetivos, reforça a missão social da UFERSA e contribui para o acesso e permanência no ensino superior.

Gráfico 14 - Distribuição de estudantes bolsistas por curso e turno acadêmico na UFERSA



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 14 exibe informações acerca do perfil dos estudantes beneficiados pela Bolsa Acadêmica, enfatizando a distribuição dos beneficiários conforme o curso em que estão matriculados e o período das aulas.

O curso de Letras/Português, com 50% dos inscritos, indica que é o curso com maior quantidade de estudantes bolsistas. O curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia representa 37,5% dos estudantes, enquanto os cursos de Engenharia Civil e Letras/Inglês têm uma participação inferior, com apenas 6,25%. Queiroz (2001, p. 90) enfatiza que “a opção do candidato ao ensino superior está marcada por uma auto-seleção em que se combinam as

aspirações individuais com uma avaliação quanto às condições e possibilidades concretas de acesso”.

Com base nos achados de Brito (2018), é possível refletir sobre algumas variáveis que podem influenciar na escolha do curso, dentre elas: afinidade com a área, aptidão pessoal e interesse genuíno, perspectivas de oportunidades no mercado de trabalho com possibilidade de melhores condições financeiras após a graduação. Outros aspectos incluem a facilidade de ingresso e a oferta de turmas noturnas, que permitem maior flexibilidade. Essas variáveis apresentam motivações que variam entre interesses pessoais e aspectos práticos relacionados às condições de acesso e ao futuro profissional.

A distribuição dos bolsistas por turno indica que a maioria, 93,75%, está inscrita em cursos com aulas em período integral, conforme demonstrado pela linha azul. Apenas 6,25% optaram pelo turno noturno, o que sugere uma grande concentração de bolsistas no regime integral.

A predominância do curso de Letras/Português pode indicar um interesse ou necessidade maior neste campo entre os bolsistas, além de uma possível disponibilidade ampliada de vagas para este curso.

O alto índice de estudantes bolsistas no período integral, 93,75%, indica que eles possuem mais tempo e condições para se dedicarem exclusivamente aos estudos. Esse quadro mostra o efeito positivo do Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, que proporciona auxílio financeiro.

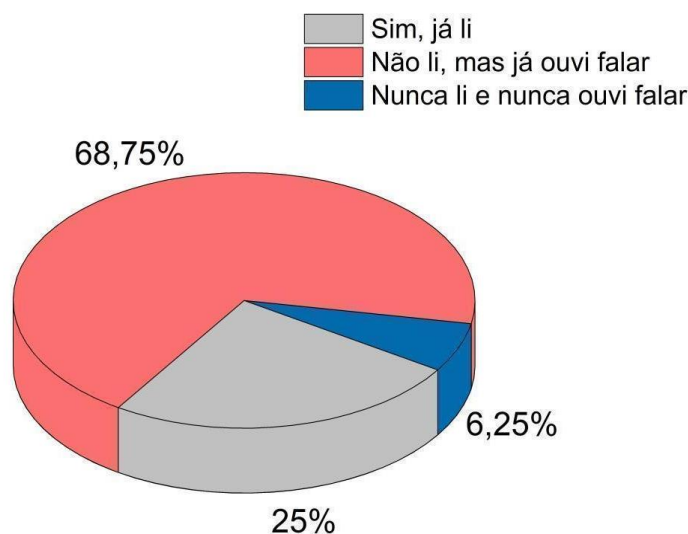
Conforme dados levantados por Moureira (2021), uma grande parte dos estudantes que frequentam cursos durante o dia, em sua maioria em período integral, possui dificuldades consideráveis para exercer alguma atividade remunerada, limitando sua capacidade de contribuir com a renda familiar.

Essa conclusão é corroborada na pesquisa de Rodrigues (2020, p. 45) ao destacar que “os cursos em período integral seriam um impedimento para que os estudantes tivessem acesso ao mercado formal de trabalho”. Isso demonstra a importância de práticas de assistência estudantil efetiva que não só custeie necessidades básicas, mas também ofereça condições mais equitativas para que os estudantes possam focar em sua formação acadêmica.

5.2 APONTAMENTOS SOBRE O PIAE

Nesta subseção, é apresentada uma análise sobre o PIAE, discutindo aspectos que emergem da interação dos bolsistas com as regulamentações e práticas do programa.

Gráfico 15 - Nível de conhecimento dos bolsistas sobre o Decreto nº 7234/2010 do PNAES



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 15 reflete o grau de entendimento dos bolsistas acerca do Decreto nº 7.234/2010, que estabeleceu o PNAES. As respostas estão agrupadas em três categorias: "Sim, já li", "Não li, mas já ouvi falar" e "Nunca li e nunca ouvi falar".

A maior parte 68,75% dos bolsistas respondeu "Não li, mas já ouvi falar". Isso indica que, apesar de estarem cientes da existência do decreto, não foi realizada uma análise aprofundada do seu conteúdo.

Esses dados ressaltam a importância de medidas que promovam o entendimento mais profundo das diretrizes do PNAES e do efeito da legislação no programa de assistência da UFERSA.

Em contrapartida, 25% dos bolsistas responderam "Sim, já li", mostrando um entendimento mais profundo sobre o decreto e uma possível disposição em estudar as bases legais que fundamentam o programa.

Contudo, 6,25% afirmaram "Nunca li e nunca ouvi falar", demonstrando uma grande falta de conhecimento. Esta resposta sugere que são necessários mais esforços na disseminação de informações sobre a política de assistência estudantil, especialmente levando em conta que o decreto sustenta os benefícios concedidos. Almeida (2013) considera que tal condição demonstra que os estudantes de graduação desconhecem seus direitos, uma vez que muitos consideram a oferta dos benefícios como “dados” pela instituição.

O Decreto nº 7.234/2010, que regulamenta o PNAES, estabelece diretrizes para a administração e implementação da assistência estudantil no ensino superior público federal, com o objetivo de garantir condições que favoreçam a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar da maioria dos bolsistas já ter tido algum contato com o decreto, é importante que a UFERSA amplie ações para promover a leitura e o entendimento de seu conteúdo. Assim, os beneficiados não só identificam a importância do programa, mas também reforçam seu sentimento de pertencimento e a valorização pelas políticas públicas que asseguram seu suporte acadêmico e social. É necessário reavaliar o processo de divulgação e esclarecimento do PNAES para os estudantes, visando ampliar o alcance dos objetivos da assistência estudantil, especialmente no que se refere ao acesso e à permanência na graduação (Rodrigues, 2020).

Gráfico 16 - Nível de conhecimento dos estudantes sobre a Resolução CONSUNI/UFERSA 003/2020 que regulamenta o PIAE



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 16 avalia a compreensão dos bolsistas acerca da Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020, que define as orientações do PIAE na UFERSA. Os dados obtidos são classificados em três categorias principais: "Nunca li, mas já ouvi falar", "Sim, já li" e "Nunca li e nunca ouvi falar".

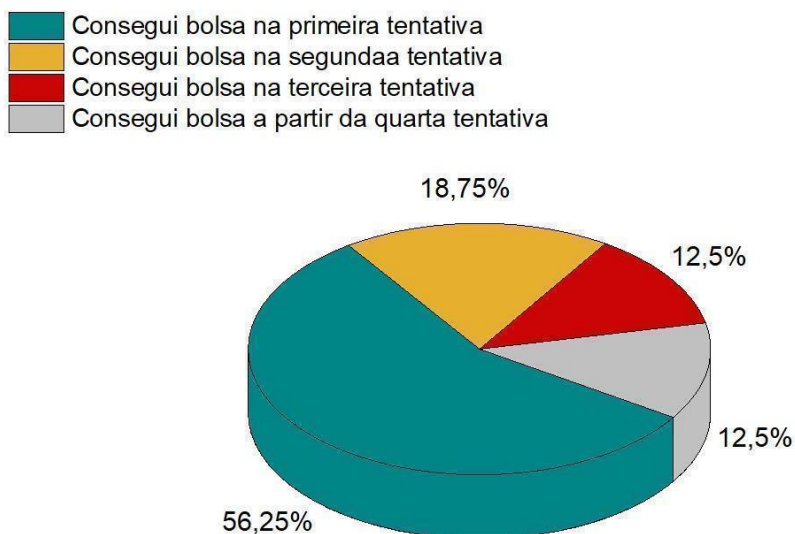
A maior parte dos bolsistas, 75%, afirmou "Nunca li, mas já ouvi falar", sugerindo que, embora a maioria esteja familiarizada com a Resolução, a compreensão completa e detalhada de seu conteúdo ainda é limitada. Essa evidência de pouca familiaridade com um instrumento normativo essencial à política pública de assistência estudantil foi corroborada pela apresentada no Gráfico 15, que utilizou outro instrumento normativo relacionado à assistência estudantil.

Somente 18,75% dos bolsistas responderam "Sim, já li", indicando que apenas um grupo restrito possui maior familiaridade com as normas jurídicas que sustentam o programa. Isso realça a relevância de estratégias institucionais voltadas à ampliação do acesso e da compreensão das informações regulatórias, particularmente para reforçar a sensibilização dos bolsistas acerca de seus direitos e responsabilidades.

Adicionalmente, 6,25% dos participantes responderam "Nunca li e nunca ouvi falar", demonstrando que não tiveram contato direto ou indireto com o documento. Esse resultado evidencia a importância de preencher essa lacuna, assegurando que informações fundamentais estejam acessíveis e sejam compreensíveis a todos os bolsistas.

A Resolução CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 orienta a operacionalização do PIAE, estabelecendo critérios de elegibilidade, deveres dos beneficiários e obrigações institucionais. Medidas como a organização de oficinas ou seminários podem ter impacto significativo no aumento do conhecimento dos estudantes acerca do regulamento.

A compreensão desse regulamento, assim como de quaisquer outros instrumentos normativos relacionados às políticas de assistência estudantil, é indispensável para que os bolsistas compreendam as diretrizes que os regem e possam, assim, participar de forma ativa e consciente na construção e implementação dessas políticas.

Gráfico 17 - Número de tentativas necessárias para obtenção da bolsa acadêmica

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 17 retrata a experiência dos bolsistas durante o processo de seleção do PIAE da UFERSA, detalhando o número de tentativas necessárias para obtenção do benefício.

Na tentativa inicial, 56,25% dos bolsistas conseguiram a bolsa, o que indica que mais da metade dos estudantes cumpriu os critérios de seleção, como perfil socioeconômico e apresentação correta da documentação conforme estipulado no edital.

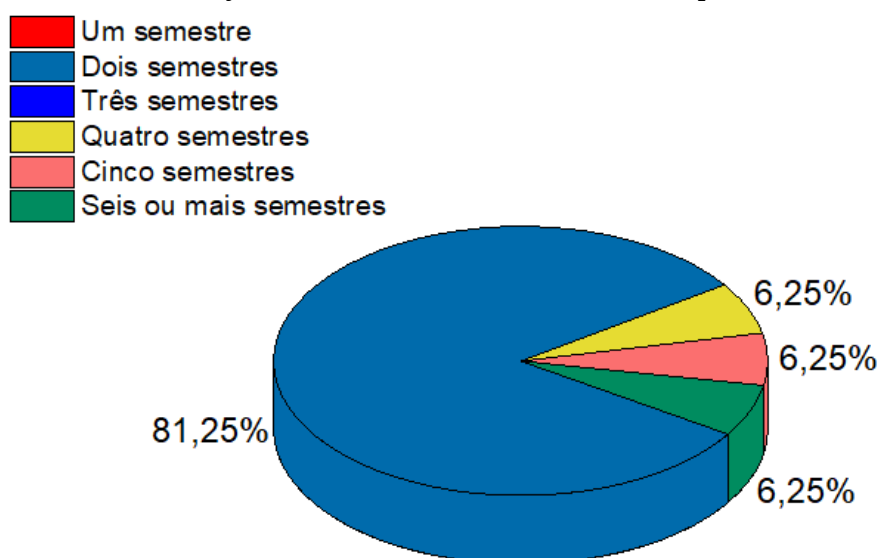
No entanto, para outros bolsistas, a contemplação ocorreu apenas em tentativas posteriores. Cerca de 18,75% dos estudantes conseguiram a bolsa na segunda tentativa e 12,5% na terceira. Tais situações podem estar ligadas a fatores como correção de documentos, concorrência elevada ou aumento da compreensão das exigências do edital ao longo do tempo. Contudo, 12,5% dos bolsistas obtiveram a bolsa apenas após a quarta ou mais tentativas, evidenciando persistência e resiliência frente aos desafios do processo seletivo.

Com base no Manual da Bolsa Acadêmica, os editais são divulgados semestralmente e estabelecem as normas para inscrição e seleção. Entretanto, a limitação de recursos e de vagas disponíveis pode restringir o número de candidatos contemplados em cada edital, justificando a necessidade de novas tentativas por parte de alguns estudantes.

A análise dos dados revela dois aspectos relevantes: por um lado, a facilidade do processo seletivo para a maioria dos candidatos que cumprem os requisitos logo na primeira tentativa; por outro, as dificuldades enfrentadas por quase metade dos bolsistas, que precisaram se inscrever em mais de um edital para conseguir o benefício.

Destaca-se que, devido à metodologia de coleta de dados, não foi possível identificar em que momento do curso os bolsistas recorreram ao programa – se no início, no meio ou no final. No entanto, é plausível considerar que a adesão tenha ocorrido, majoritariamente, no início do curso, dado o perfil socioeconômico dos estudantes, que enfrentam dificuldades financeiras desde o ingresso na universidade, tornando o programa de assistência uma necessidade imediata.

Gráfico 18 - Duração do benefício da bolsa acadêmica pelos estudantes bolsistas



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

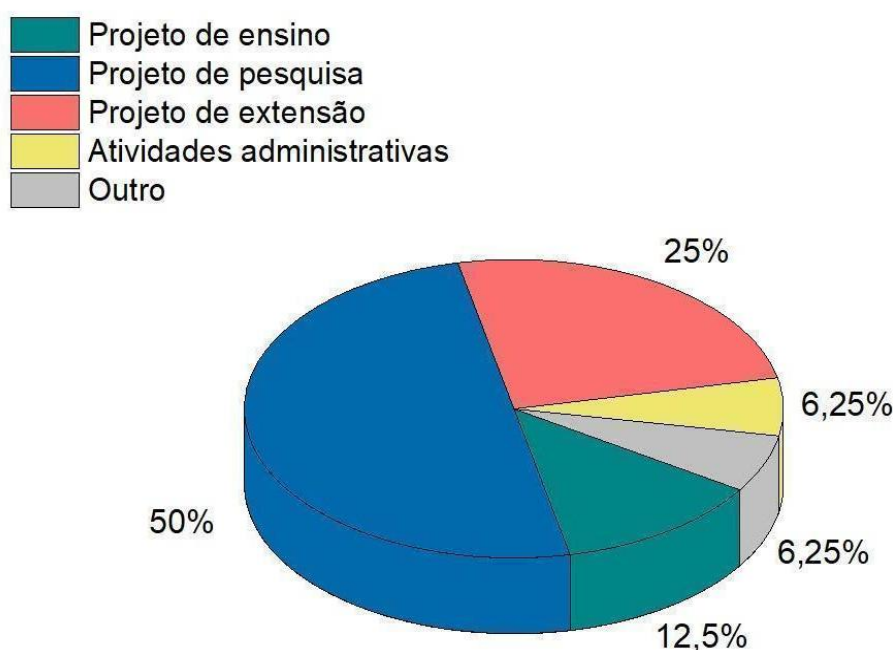
O Gráfico 18 apresenta o período de permanência dos bolsistas no programa, oferecendo uma visão sobre a duração do benefício entre os estudantes atendidos.

De acordo com os dados obtidos, a maioria dos bolsistas (81,25%) informou estar recebendo a Bolsa Acadêmica há dois semestres. Já os bolsistas com períodos de uso mais longos, como quatro, cinco ou seis semestres, representam 18,75% do total, distribuídos igualmente em 6,25% para cada categoria.

Com base no Manual da Bolsa Acadêmica, a duração do benefício é de um semestre acadêmico, com possibilidade de renovação, desde que os requisitos estabelecidos sejam devidamente cumpridos. As informações analisadas indicam que o programa tem sido passível de múltiplas renovações. No entanto, observa-se que o número de estudantes que permanecem por três ou mais semestres ainda é relativamente baixo. Tal constatação pode estar relacionada tanto ao desempenho acadêmico dos bolsistas quanto à forma de administração do programa, que garante apoio contínuo apenas àqueles que atendem rigorosamente às exigências institucionais.

Essa realidade evidencia uma rotatividade significativa e a manutenção constante de oportunidades para estudantes recém-ingressos. Essa dinâmica, embora positiva em termos de inclusão, também revela um padrão de curta duração do benefício para parte dos estudantes. A análise gráfica do tempo médio de permanência reforça essa percepção e contribui para reflexões sobre a necessidade de aprimoramento do programa, de forma a oferecer suporte mais contínuo e estruturado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao longo de toda a trajetória acadêmica.

Gráfico 19 - Distribuição dos bolsistas por tipo de projeto



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 19 demonstra a distribuição dos bolsistas de acordo com os tipos de projetos em que estão envolvidos.

Os dados indicam que metade dos bolsistas (50%) está associada a projetos de pesquisa, evidenciando uma ênfase maior na produção científica e na integração acadêmica por meio da investigação científica.

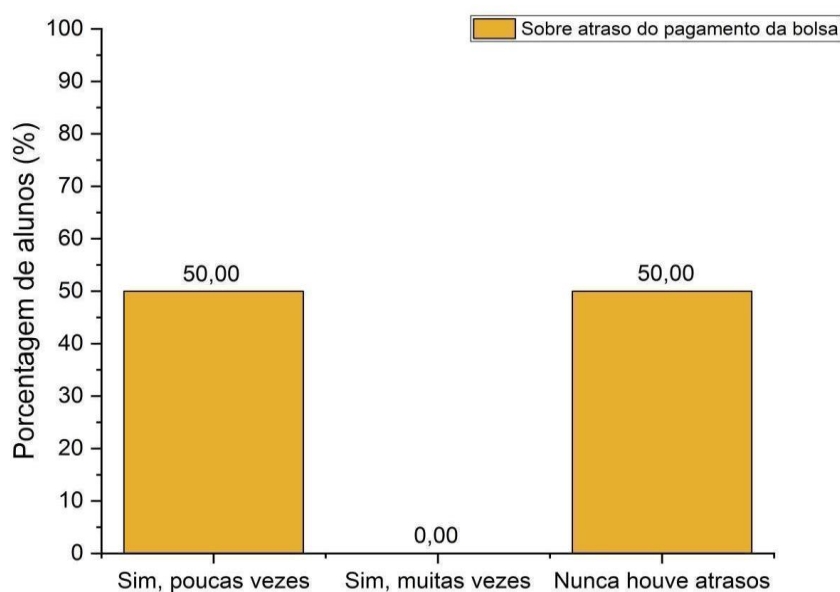
Além disso, 12,5% dos bolsistas participam de projetos de ensino, o que destaca a importância das atividades pedagógicas no contexto do programa. Essa participação indica que as bolsas também desempenham um papel relevante na formação de futuros educadores e no aprimoramento acadêmico em ambientes de aprendizagem. Os projetos de extensão, que

envolvem 25% dos bolsistas, evidenciam a importância de aplicar o conhecimento acadêmico de forma prática e socialmente relevante, em benefício da comunidade.

Em uma menor proporção, as atividades administrativas e outras categorias representam 6,25% dos bolsistas em cada categoria. Apesar de contribuírem com um papel adicional, essas atividades não são o foco principal do programa. Observa-se que essa distribuição está em conformidade com os objetivos do Manual da Bolsa Acadêmica, que dá prioridade a atividades diretamente ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Conforme o manual, os bolsistas devem estar envolvidos em atividades acadêmicas sob a orientação de professores ou funcionários administrativos, garantindo que a bolsa contribua para a formação completa dos estudantes. A predominância de projetos de pesquisa, seguida por atividades de extensão e ensino, reforça a aderência do programa ao seu propósito de fomentar o progresso acadêmico e o impacto social.

Gráfico 20 - Ocorrência de atrasos no pagamento da bolsa acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

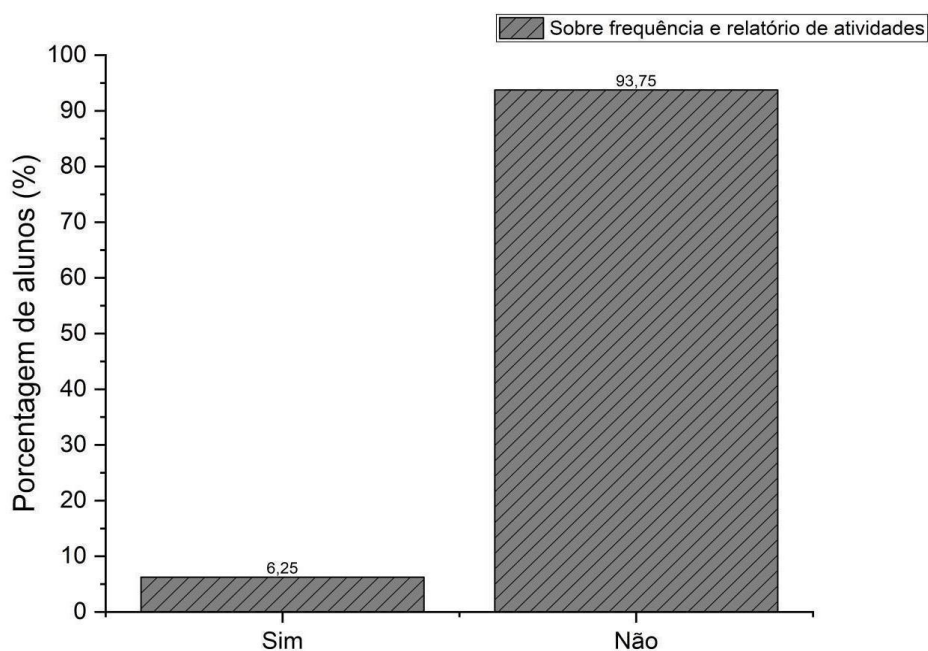
O Gráfico 20 examina a regularidade no pagamento da Bolsa Acadêmica durante o período em que os estudantes foram beneficiados.

Metade dos bolsistas, 50%, declarou que nunca houve atrasos no pagamento da bolsa, o que evidencia a regularidade do programa para um grupo considerável de beneficiários. Os outros 50% afirmaram que sofreram atrasos, porém de forma esporádica. Isso indica que, mesmo ocorrendo, tais atrasos não se configuram como um problema recorrente. Destaca-se

que nenhum dos bolsistas mencionou atrasos frequentes, o que sugere que essa questão pode ser pontual e decorrente de circunstâncias específicas que requerem averiguação.

Diante das alegações de atrasos no pagamento das bolsas, foi realizado contato com o setor financeiro do *campus*, responsável pela operação desses pagamentos, a fim de apurar as possíveis razões do problema. Verificou-se que o setor segue os procedimentos estabelecidos pelo Manual da Bolsa Acadêmica, o qual determina um prazo de “até o décimo dia útil do mês” para efetuar o pagamento. As variações nas datas de pagamento, que ocorrem entre os dias 1 e 10 de cada mês, estão relacionadas aos repasses orçamentários, não configurando, portanto, atraso. Contudo, compreende-se que essa alternância tem levado os bolsistas a criarem expectativas baseadas na data de pagamento do mês anterior.

Gráfico 21 - Impacto da frequência e relatórios de atividades na continuidade da bolsa acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Gráfico 21 ilustra a visão dos estudantes sobre as exigências de monitoramento de presença e envio de relatórios de atividades semestrais para a renovação da Bolsa Acadêmica.

A grande parte dos bolsistas, 93,75%, declarou que esses critérios não representam um obstáculo para a continuidade no programa. Torezani (2015), em sua pesquisa, apresenta resultados semelhantes ao apontar que 90% dos discentes demonstram concordância com os

critérios exigidos para a continuidade no programa de bolsas. Contudo, um pequeno grupo de bolsistas, 6,25%, declarou que esses requisitos apresentam desafios.

De acordo com o Manual da Bolsa Acadêmica, a comprovação de presença mensal e a apresentação de relatórios semestrais são critérios obrigatórios para a renovação da bolsa, visando acompanhar o envolvimento e a eficiência dos bolsistas nas tarefas acadêmicas. A alta taxa de aceitação demonstra a eficácia do programa em transmitir e aplicar seus critérios de renovação.

No entanto, o grupo minoritário que enfrenta desafios pode estar lidando com situações particulares, como questões ligadas à gestão do tempo ou à ausência de clareza nos processos.

Assim, as informações sugerem que os requisitos administrativos não constituem um empecilho considerável para os bolsistas. Esse cenário reforça a efetividade do programa em contribuir para a permanência dos estudantes beneficiados.

5.3 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO DA BOLSA ACADÊMICA

Esta subseção discute a estruturação e a gestão da Bolsa Acadêmica pela instituição, abordando três aspectos principais: função da assistência estudantil; editais como ferramenta de incentivo; importância no processo de divulgação e comunicação; necessidade de melhorias na gestão da bolsa e satisfação geral com o programa.

Em relação à Função da Assistência Estudantil:

Além de contar com uma ótima equipe de orientadores, o programa também garante o direito à bolsa para muitos alunos (Q1)¹⁷;

O programa estudantil serve como um tipo de apoio muito importante para os estudantes, pois facilita as condições de pessoas de baixa renda, garantindo sua permanência no curso, entre outros benefícios (Q10);

O programa visa apoiar, principalmente, os estudantes que enfrentam dificuldades financeiras, garantindo que todos, independentemente da sua situação financeira, tenham acesso e permaneçam na faculdade (Q11);

Para ajudar os alunos na sua permanência na universidade (Q12);

¹⁷ Material concedido mediante resposta do questionário apresentado no Apêndice I, aplicado presencialmente em Caraúbas, 2024.

Para ajudar os alunos de outras cidades que não têm condições de se manter em Caraúbas (Q13);

Para ajudar os alunos que não têm condições financeiras de se manter na cidade de estudo (Q14);

Serve para ajudar os alunos a se manterem estudando, pois auxilia nos gastos e despesas que eles têm (Q15);

Primeiramente, como um auxílio e, claro, como um apoio e incentivo aos projetos (Q16);

Serve para gerir todos os assuntos que envolvem os estudantes, assim como orientar e manter os alunos informados (Q2);

Serve para orientar e ajudar na permanência dos alunos que não têm uma renda, pois não podem trabalhar e estudar ao mesmo tempo (Q3);

Dá o respaldo necessário para toda a comunidade acadêmica (Q4);

Serve para dar suporte aos alunos de baixa renda e também para os alunos que moram fora, para o mantimento e sobrevivência desses alunos (Q5);

Para auxiliar os estudantes mais necessitados no que diz respeito à questão financeira (Q8);

O objetivo do Programa Institucional de Assistência Estudantil é proporcionar suporte aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos. Esse programa visa reduzir a evasão escolar, oferecendo recursos como bolsas de estudo, auxílio alimentação, transporte e moradia. Também promove ações de saúde e bem-estar (Q9);

O objetivo do Programa Institucional de Assistência Estudantil é [...] garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos (Q9).

Alguns bolsistas reconhecem a assistência estudantil como um instrumento central para garantir a permanência no ensino superior, especialmente em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica, sendo percebida como um mecanismo para atender às necessidades básicas de estudantes de baixa renda, como transporte, moradia e alimentação. Os bolsistas também destacam que o programa vai além do suporte financeiro, oferecendo orientação acadêmica e contribuindo para a integração dos estudantes à comunidade universitária.

Corroborando tais apontamentos, Vasconcelos (2010) destaca que a assistência estudantil, como um mecanismo de garantia de direitos sociais, tem como função fornecer os recursos necessários para superar os obstáculos que dificultam o desempenho acadêmico. Esse apoio possibilita que os estudantes se desenvolvam adequadamente durante a graduação,

obtenham um bom desempenho curricular e contribuam para a redução das taxas de abandono e trancamento de matrícula.

Essa função encontra-se coerente com os objetivos da Política de Assistência Estudantil da UFERSA, que também busca o bem-estar acadêmico e o desenvolvimento integral do estudante. O Manual da Bolsa Acadêmica e a Resolução CONSUNI/UFERSA n. 073/2022 enfatizam essa dimensão, destacando que o programa é direcionado para estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando auxílio financeiro e outros serviços.

A busca pela redução das desigualdades sociais e econômicas reflete-se nas ações ofertadas pelo programa, através de diversos serviços e auxílios, dentre eles: moradia, alimentação e transporte. Dito isto, o programa é visto por alguns bolsistas como um elemento indispensável para a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade, especialmente em relação às despesas básicas.

Ainda assim, percebe-se, na fala de alguns outros bolsistas, um entendimento da assistência estudantil ofertada pelo *campus* como uma ajuda aos estudantes com maior carência socioeconômica, não sendo compreendida, em sua maioria, como política pública, a qual deve assegurar direitos que ultrapassem a esfera financeira.

Nesse sentido, Rodrigues (2020, p. 40) compreende que “a falta de entendimento da assistência estudantil enquanto direito estabelecido fragiliza sua efetiva reivindicação por aqueles que devem ser assistidos, reduzindo a condição de sua oferta como simples assistencialismo”. Complementarmente, Macedo (2018) reforça que a política de assistência deve ser compreendida como um direito que ofereça condições de permanência e combata as desigualdades sociais e econômicas no ambiente acadêmico.

Ao compreender a assistência estudantil como um direito, amplia-se a legitimidade de sua reivindicação e execução, tornando-a um instrumento de combate às desigualdades e, assim, promovendo a democratização do ensino superior.

Referente aos Editais como Ferramenta de Incentivo:

Com a divulgação dos editais os estudantes se sentem mais confiantes para concorrer à bolsa (Q10);

Os alunos ficam informados do processo, o que dá esperança de ganhar a bolsa e permanecer no curso (Q13);

Os editais tornam o processo mais organizado para as resoluções (Q15);

Os editais ajudam para que os discentes sejam informados sobre os assuntos estudantis (Q3);

A divulgação dos editais informa todos os estudantes e, de certa forma, também incentiva (Q8);

É através dos editais que ficamos sabendo da existência da bolsa acadêmica (Q5).

Os editais são percebidos pelos bolsistas como ferramentas essenciais para estruturar e organizar o processo seletivo, garantindo clareza nas regras e critérios estabelecidos. Conforme Macedo e Soares (2020) a publicização das ações deve ser compreendida como um princípio essencial da administração pública, aplicável a todas as iniciativas do Estado, especialmente àquelas destinadas a atender as necessidades das parcelas da população em situação de maior vulnerabilidade econômica.

A ampla divulgação dos editais alinha-se às diretrizes da Política de Assistência Estudantil da UFERSA, expressas na Resolução CONSUNI/UFERSA n. 073/2022, ao dispor sobre o objetivo de garantir transparência e isonomia no acesso às bolsas, destacando a importância da ampla divulgação das regras e condições de participação.

A mesma Resolução também enfatiza a necessidade de comunicação eficiente, confirmando que a divulgação ampla é fundamental para atingir o público-alvo e garantir a adesão ao programa. A divulgação eficaz dos editais cria um ambiente de confiança, motivando os estudantes a participar do processo seletivo, mesmo em cenários de vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar da avaliação positiva dos editais, a análise sugere que a comunicação deve ser cada vez mais inclusiva, utilizando múltiplos canais de divulgação para atingir estudantes de todos os contextos sociais e culturais.

.

No que diz respeito à Importância no Processo de Divulgação e Comunicação:

Pois ele traz clareza nos envios dos documentos (Q1);

Esses aspectos têm grande visibilidade (Q11);

A partir do momento em que os alunos veem as divulgações, despertam interesse (Q14);

A visibilidade torna o processo mais comunicativo, fazendo com que todos possam ter a oportunidade (Q16);

A divulgação ainda é um pouco fraca (Q16);

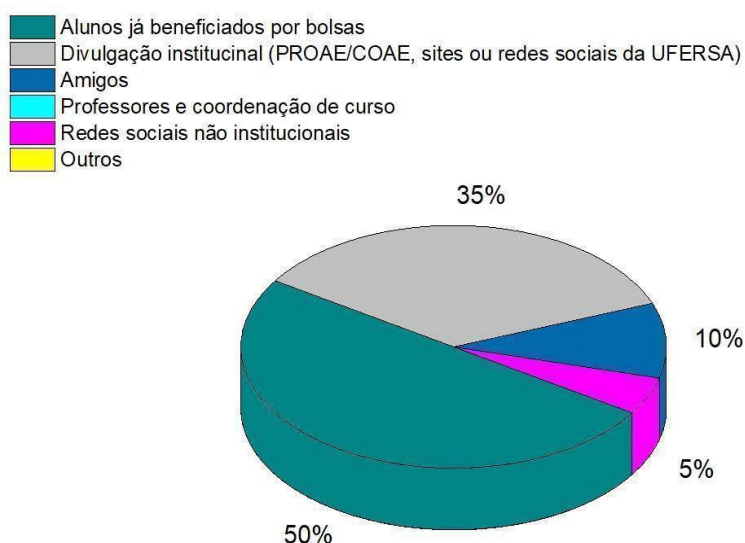
Às vezes, muitas pessoas não recebem e-mails (Q6).

A maioria dos bolsistas considera o processo de divulgação claro e eficiente, destacando como exemplo a organização na solicitação e envio de documentos. A visibilidade no processo de divulgação e comunicação realizada pelo programa é compreendida como importante para ampliar o alcance e despertar o interesse dos estudantes. Esse processo encontra-se alinhado com a Resolução CONSUNI/UFERSA n. 073/2022, que ressalta a comunicação como ferramenta de inclusão e igualdade de condições, juntamente com o Manual da Bolsa Acadêmica, que prioriza a transparência e acessibilidade nos processos seletivos.

Apesar da percepção de que o processo de divulgação realizado pelo programa é claro e eficiente, há desafios quanto à abrangência da comunicação, especialmente na utilização de e-mails, com apontamentos do tipo: “Às vezes, muitas pessoas não recebem e-mails”, indicando que há espaço para melhorias, particularmente em canais que não dependam exclusivamente do acesso digital.

Expandir os canais de comunicação, utilizando redes sociais, grupos de mensagens e murais físicos em locais estratégicos, pode aumentar o alcance da comunicação. Melhorar a diversidade de canais ajudará a alcançar estudantes em situações de maior vulnerabilidade, buscando garantir que todos estejam devidamente informados e tenham a oportunidade de participar do programa.

De forma a complementar as informações apresentadas anteriormente, questionou-se aos bolsistas de que forma tomaram conhecimento da abertura dos processos de seleção. O gráfico 22 analisa as fontes de informação para divulgar a Bolsa Acadêmica da UFERSA.

Gráfico 22 - Fontes de conhecimento sobre a bolsa acadêmica da UFERSA

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Segundo 50% dos bolsistas, a principal fonte de informação foi o contato com estudantes que já se beneficiaram do programa.

A publicidade institucional, que engloba meios como PROAE, COAE, sites oficiais e redes sociais da UFERSA, foi citada por 35% dos estudantes como a principal fonte de informação.

Outros meios de comunicação, como amigos (10%) e redes sociais não institucionais (5%), desempenharam um papel secundário na divulgação. No entanto, a comunicação feita por professores e coordenadores de curso não foi mencionada.

Dada a junção dos dados, evidencia-se, de fato, uma lacuna no processo de divulgação e comunicação da Bolsa Acadêmica, uma vez que metade dos estudantes tomou conhecimento da abertura dos processos por meio de outros estudantes, o que revela a ineficácia dos canais oficiais de comunicação.

Isso indica a necessidade de um plano de comunicação mais abrangente e diversificado, que englobe tanto táticas institucionais quanto o reconhecimento das redes sociais não institucionais. Assim, a UFERSA pode expandir a abrangência e a eficácia do programa, assegurando que as informações alcancem um público mais amplo.

Relação à Necessidade de Melhorias na Gestão da Bolsa:

A implementação de novas vagas (Q1);

A oferta de novas vagas e o prolongamento do tempo da bolsa (Q1);

Que todas as pessoas com renda baixa tenham o direito de concorrer à bolsa, excluindo os alunos da residência, que já são beneficiados com auxílio e outros benefícios (Q13);

Uma bolsa com duração superior a um semestre e com mais vagas para alunos que realmente precisam (Q13);

Os residentes podem concorrer à bolsa acadêmica, sendo que já recebem moradia e auxílios, tirando a vaga de pessoas que não têm nenhum tipo de renda ou bolsa, já que as vagas são poucas (Q14);

Poderia haver uma bolsa com mais vagas, de forma que se estendesse por mais semestres, ajudando mais pessoas (Q14);

[...] poderia fornecer um valor um pouco maior, para que os alunos consigam pagar mais contas e comprar materiais para auxiliar no curso (Q15);

Talvez aumentar o número de vagas ou até criar novas modalidades que gerassem mais oportunidades (Q16);

Poderia ser maior o valor da bolsa (Q5);

A única coisa que acho que deveria ser modificada seria a ampliação de mais vagas, com o objetivo de atender a uma demanda maior de alunos que necessitam desse auxílio (Q8);

Aumentar o valor da bolsa para cobrir todos os custos relacionados aos estudos, como moradia, alimentação, transporte e material didático (Q9).

O consenso entre os bolsistas sobre a necessidade de aumentar o número de vagas reflete uma demanda latente por maior inclusão no Programa de Assistência Estudantil da UFERSA. A ampliação do número de beneficiados atenderia a um público mais amplo e contribuiria para mitigar as desigualdades socioeconômicas que persistem no ambiente acadêmico. Ao verificar o critério de distribuição de vagas, a PROAE esclareceu que a distribuição de bolsas e auxílios é condicionada ao orçamento recebido do PNAES e, assim, distribuído entre os *campi* da UFERSA, considerando o número de matrículas e a demanda por cada modalidade de benefício, priorizando aquelas com maior procura.

Outro ponto destacado pelos bolsistas é o valor da bolsa, visto como insuficiente para arcar com despesas adicionais e básicas, tais como habitação, transporte e recursos pedagógicos. Refletindo sobre isso, Evangelista (2021) aponta, em sua pesquisa, que, para os bolsistas da assistência estudantil, tão importante quanto estarem inseridos no programa era que ocorresse a ampliação do mesmo, e que o valor da bolsa acompanhasse os índices inflacionários. Essa ação assegura, por parte do programa, a capacidade de atender às necessidades reais dos beneficiários ao longo do tempo. No entanto, esse cenário apresenta

desafios significativos. Segundo informações fornecidas pela PROAE, o orçamento repassado pelo PNAES não é suficiente para cobrir todas as despesas relacionadas à assistência estudantil, sendo necessário que a universidade recorra a outras fontes de recursos, que nem sempre são suficientes para atender à crescente demanda.

Além disso, o período de vigência da bolsa também foi destacado como um ponto que precisa ser melhorado. Alguns bolsistas apontam que a duração atual é insuficiente para cobrir todo o percurso acadêmico. A PROAE esclareceu que o prazo de vigência da Bolsa Acadêmica foi estabelecido considerando a natureza dinâmica das condições socioeconômicas dos bolsistas, que podem variar significativamente ao longo do tempo. Diante disso, a manutenção do benefício não está vinculada à duração total da graduação, mas sim condicionada a reavaliações periódicas da situação socioeconômica de cada bolsista.

Dessa forma, compreende-se que a gestão da assistência estudantil apresenta um caráter paradoxal ao combinar elementos inclusivos e excludentes em sua estrutura. Conforme Nascimento (2012), ao se basear em critérios de elegibilidade, manifesta um aspecto excludente, ao limitar o acesso aos benefícios a partir de condições específicas. Nesse contexto, Moreira (2021) complementa ao destacar que, embora o processo de elegibilidade seja permeado por exigências burocráticas, tais procedimentos são indispensáveis para assegurar que o programa atenda exclusivamente aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Essa dualidade evidencia a complexidade da gestão dos Programas de Assistência Estudantil, que precisam equilibrar a ampliação do acesso com a garantia de direcionar os recursos àqueles que realmente necessitam. Essa perspectiva reflete a necessidade de constante avaliação e aprimoramento das políticas de assistência, de forma a minimizar possíveis barreiras de acesso, sem comprometer a eficiência na identificação dos beneficiários.

A questão da elegibilidade também foi destacada como um aspecto que precisa ser considerado no processo de seleção. Foi sugerida a revisão dos critérios, particularmente em relação à inclusão de estudantes que já recebem outros auxílios, como forma de fomentar maior equidade.

Em relação à Satisfação Geral com o Programa:

Estou satisfeita! (Q10);

Até o momento, a bolsa acadêmica tem suprido todas as minhas necessidades (Q11);

Sim, todos os aspectos incentivam [...] na minha experiência até agora, não tenho do que reclamar sobre o funcionamento da bolsa acadêmica (Q12);

[...] sou grata por esse auxílio, pois, se não fosse ele, eu já teria desistido (Q5).

Os bolsistas expressam gratidão pelo suporte financeiro oferecido pela bolsa, destacando seu papel no alívio das despesas relacionadas à vida acadêmica. Essa gratidão reflete o cumprimento dos objetivos do programa, que busca reduzir as desigualdades e promover condições de estudo mais igualitárias.

Para complementar e aprofundar a discussão, o gráfico 23 ilustra a visão dos estudantes acerca dos elementos que influenciam sua decisão de concorrer à Bolsa Acadêmica, levando em consideração fatores como: a divulgação dos editais, os parâmetros do edital de seleção e os critérios de seleção.

Gráfico 23 - Percepção dos estudantes sobre os aspectos que incentivam a candidatura à bolsa acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A grande maioria dos bolsistas (93,75%) considera que todos os aspectos os incentivam a participar do Programa de Assistência Estudantil da UFERSA. Isso evidencia o efeito benéfico da estrutura do edital e dos critérios de seleção implementados pela UFERSA,

sugerindo que o programa tem sido amplamente compreendido pelos bolsistas. Contudo, 6,25% dos participantes afirmaram que nenhum dos aspectos analisados é visto como motivador. Apesar de ser uma porcentagem baixa, esse dado indica possíveis falhas ou percepções individuais que podem ser consideradas em melhorias futuras.

Nenhum dos bolsistas mencionou que aspectos como os parâmetros do edital ou os critérios de seleção foram desmotivadores, o que demonstra que, para a maioria, 93,75%, os componentes estruturais da Bolsa Acadêmica estão em consonância com suas expectativas.

Apesar da alta satisfação, é importante manter o diálogo por meio de avaliações periódicas sobre o processo de estruturação do programa com os bolsistas, para identificar possíveis ajustes, garantindo que as percepções de todos os candidatos sejam plenamente consideradas.

5.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO ACADÊMICO

Nesta subseção, abordam-se os maiores obstáculos enfrentados pelos bolsistas ao longo de sua jornada acadêmica, especificamente no contexto do Programa de Assistência Estudantil na UFERSA, *Campus* Caraúbas. A avaliação será segmentada em quatro áreas principais: desafios psicológicos e familiares; dificuldades com os critérios adotados pela instituição; dificuldades financeiras; e dificuldades acadêmicas.

Sobre os Desafios Psicológico e Familiar:

Ficar longe da família (Q15);

As maiores dificuldades são: ficar longe da família, levando à ansiedade e esgotamento (Q9).

A distância física da família é destacada como um dos maiores desafios enfrentados pelos beneficiários. Para Santos (2009), a experiência de estar longe dos familiares pode ocasionar problemas à saúde mental dos estudantes, especialmente transtornos como depressão e ansiedade.

Assim, compreende-se que a ausência do suporte familiar afeta não apenas o bem-estar psicológico, mas também pode comprometer a permanência do estudante no curso. Para Evangelista (2021), os obstáculos enfrentados pelos estudantes podem, para alguns, representar oportunidades de crescimento pessoal e profissional, enquanto, para outros,

representam um processo que pode comprometer o rendimento acadêmico, a permanência no curso e a saúde mental. Essa situação, comum em instituições públicas, destaca a insuficiência das estruturas de suporte psicológico frente à crescente demanda, principalmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, enfatizando a necessidade de ações complementares à assistência financeira, como o suporte psicológico.

Diante das necessidades identificadas, foi questionada à gestão do programa a possibilidade de atendimento especializado para essa demanda. A COAE informou que, atualmente, essas necessidades estão sendo atendidas por meio de consultas remotas realizadas por psicóloga, oferecendo suporte individualizado não apenas aos bolsistas, mas a toda a comunidade acadêmica do *Campus* Caraúbas. Além desse serviço, também são disponibilizadas orientações pedagógicas, atendimento nutricional e assistência social, ampliando o suporte aos estudantes e à comunidade.

A Política de Assistência Estudantil da UFERSA já reconhece a necessidade de ações voltadas ao acompanhamento psicológico e psicossocial dos estudantes. Contudo, os relatos indicam que essa dimensão precisa ser fortalecida, principalmente para aqueles que enfrentam distanciamento familiar.

A expansão dos serviços de apoio psicológico, aliada à oferta de eventos que incentivem a integração social e cultural, desempenha um papel importante na construção de redes de apoio dentro da universidade, ajudando os estudantes a estabelecer conexões significativas.

Promover o bem-estar dos estudantes no ambiente universitário exige uma abordagem integrada. Assim, observa-se o desenvolvimento psicossocial como um importante aspecto a ser analisado na avaliação de políticas públicas de inclusão, como os Programas de Assistência Estudantil (Rodrigues, 2020).

Quanto à Dificuldade com os Critérios Adotados pela Instituição:

Nem todos os alunos estão regulares no curso ou com IRA acima de 5, e muitos acabam ficando abaixo dos que estão regularizados (Q9);

Os critérios também são muito rígidos e acabam não incentivando os alunos a participarem do programa (Q9).

Conforme relato, a informação apresentada mesmo que represente um pequeno percentual, reflete dificuldades enfrentadas pelo beneficiário, este que muitas vezes é

impedido de participar do programa ou se manter no mesmo devido ao não cumprimento de critérios como regularidade no curso ou IRA acima de 5.

A percepção de que os critérios são rígidos podem desestimular a participação de estudantes que poderiam se beneficiar do programa. Apesar disso, os critérios estabelecidos pela instituição, como o IRA mínimo de 5, estão em consonância com os princípios do Decreto nº 7.234/2010, que busca promover a inclusão sem comprometer o desempenho acadêmico. Vale considerar que embora sejam necessários para garantir a gestão eficiente do programa, critérios rígidos podem criar barreiras financeiras e psicológicas.

Estudantes com menor desempenho acadêmico frequentemente estão entre os mais vulneráveis socioeconomicamente, e a exclusão deles do programa contraria o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, como previsto na Política de Assistência Estudantil da UFERSA.

Conforme Evangelista (2021, p. 142), “suscitar o diálogo, propor novas formas e caminhos para executar as ações, buscar alternativas para minimização dos problemas, acompanhar o seu alcance, certamente tornará a política mais humana, como transformação a uma realidade apresentada pelos estudantes”. Implementar flexibilizações nos critérios, como considerar a trajetória acadêmica em vez de apenas indicadores isolados como o IRA, pode incluir a possibilidade de participação condicional, permitindo que estudantes melhorem seu desempenho enquanto são beneficiados. Ações de apoio acadêmico, como mentoria, podem ajudar estudantes que enfrentam dificuldades a alcançar o desempenho mínimo exigido pelo programa.

Além do que, a inclusão de estudantes nas comissões responsáveis pela revisão anual das normativas do programa, que deve ser continuamente implementada, permite que os critérios de avaliação e permanência reflitam as realidades e necessidades dos bolsistas. Nesse sentido, algumas instituições admitem a participação discente no planejamento e na condução de seus programas de assistência estudantil. Para Rodrigues (2020), esse movimento de inclusão, além de garantir total transparência, torna as ações e decisões desenvolvidas cada vez mais participativas, conseguindo, assim, envolver toda a comunidade acadêmica.

Em relação à Dificuldade Financeira:

Somente o transporte seria a maior dificuldade. Mas, com a ajuda da bolsa, consigo pagar a mensalidade, que é de R\$ 250,00 mensais. (Q10);

As principais dificuldades, além da alimentação, são o aluguel e o fato de morar na zona rural sem transporte para me locomover até a cidade todos os dias (Q11);

A minha maior dificuldade é a questão financeira, porque divido apartamento com uma colega, e para continuar no curso, preciso da ajuda da bolsa acadêmica (Q13);

Aluguel e alimentação (Q6);

A dificuldade seria para me manter na cidade do *campus*, pois, como sou de outra cidade (Santa Cruz, PB), não há possibilidade de ir e voltar (Q2);

A minha maior dificuldade é o tempo e a questão financeira, pois parei de trabalhar para poder estudar (Q3);

O valor do transporte é razoavelmente caro e acaba dificultando o orçamento (Q4);

Minha maior dificuldade é pagar a alimentação, transporte e aluguel da casa onde estou morando, pois sou de outra cidade (Q5);

As contas que tenho que pagar com aluguel, alimentação, transporte e material de estudo (Q6);

Os gastos que tenho com passagens para vir, alimentação e materiais de estudo são as principais dificuldades (Q7);

Como sou de outro Estado, enfrento algumas dificuldades financeiras, visto que atualmente meus pais estão desempregados e eu resido na cidade do *campus*, precisando arcar com alimentação e aluguel (Q8).

O pagamento de aluguel e alimentação constitui a principal dificuldade relatada pelos bolsistas deslocados de suas cidades de origem. Bolsistas que precisam se mudar para a cidade do *campus* enfrentam desafios financeiros significativos, especialmente sem apoio familiar ou outras fontes de renda. Nesse sentido, Rodrigues (2020, p. 49) complementa que “a ausência de apoio financeiro familiar intensifica os desafios, particularmente para alunos que precisam residir longe de casa”.

Os custos com transporte também são recorrentes entre os relatos, especialmente para aqueles que residem na zona rural ou em cidades vizinhas. A falta de infraestrutura de transporte acessível impacta diretamente o orçamento dos bolsistas, exigindo suporte adicional.

Atualmente, o *campus* Caraúbas dispõe de um ônibus institucional que realiza rotas diárias nos horários das aulas. O percurso desse transporte abrange pontos estratégicos da cidade de Caraúbas, facilitando o deslocamento dos estudantes durante os períodos letivos.

Essa iniciativa tem sido um grande alívio para uma cidade que carece de transporte público regular, contribuindo para a redução de custos diários dos estudantes.

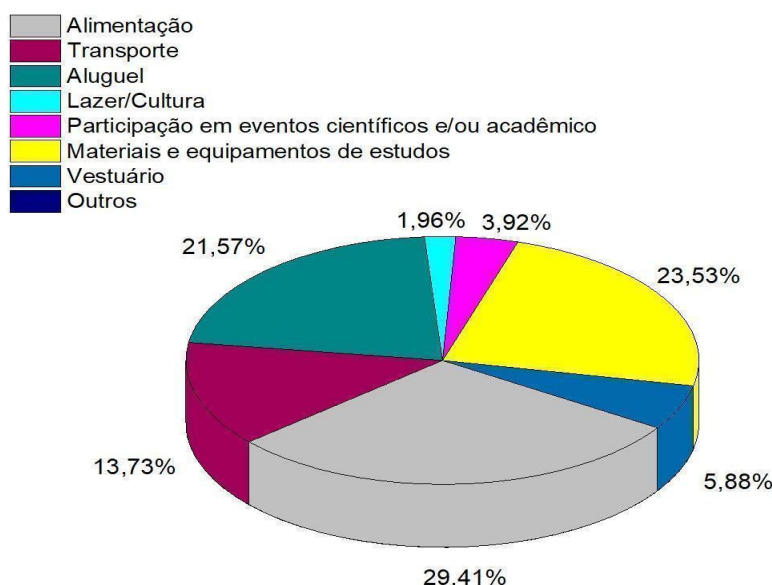
No entanto, conforme a resolução vigente que regula o PIAE, o auxílio-transporte não pode ser acumulado com outros auxílios, o que se torna um desafio significativo para estudantes de outras cidades que precisam arcar com diversas despesas.

Para Evangelista (2021), diversos fatores implicam no processo de permanência no ensino superior, mas são as dificuldades financeiras que se destacam como elemento determinante para a continuação ou não na graduação. Diante desse cenário, alguns desistem, enquanto outros buscam alternativas próprias para driblar essa adversidade. Ainda assim, Evangelista (2021, p. 131) complementa que “a busca por essas alternativas pode comprometer o desempenho acadêmico, acentuar o percentual de trancamentos de matrícula e evasões, e são obstáculos para o desenvolvimento do estudante”. A partir dessas perspectivas, é possível compreender que a dificuldade financeira é um fator que compromete a permanência no curso, levando muitos estudantes a depender exclusivamente da Bolsa Acadêmica para continuar os estudos.

Muitos bolsistas enfrentam limitações financeiras significativas, já que, em muitos casos, não dispõem de outras fontes de renda. Esse contexto é intensificado pelo fato de que a obtenção de uma renda extra pode ser um fator de exclusão do programa, estabelecendo uma conexão direta entre a situação socioeconômica e a elegibilidade para o benefício. Nesse sentido, Imperatori (2017) ratifica a necessidade da assistência estudantil como programa que fortalece a permanência dos estudantes, uma vez que existem estudantes que não possuem condições econômicas de se manter na universidade pública sem o apoio do Estado.

Além dos gastos básicos, os gastos com materiais didáticos também são citados como uma grande preocupação. A variedade de problemas financeiros relatados indica que o apoio institucional deve ser mais adaptável, levando em conta as particularidades dos estudantes, como a distância da universidade e a disponibilidade de transporte público.

O gráfico 24, apresentado a seguir, ilustra a distribuição dos gastos dos bolsistas em diversas categorias, evidenciando os principais destinos dos recursos financeiros dos beneficiários. A análise desses dados permite identificar em que áreas os bolsistas mais investem e em quais outras categorias os recursos também são utilizados, mesmo que em menor proporção.

Gráfico 24 - Distribuição dos gastos dos bolsistas por categoria

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Conforme os dados se apresentam, a alimentação é responsável por 29,41% dos gastos, destacando-se como a principal despesa no orçamento dos bolsistas. Em seguida, com 23,53%, estão os gastos com materiais e equipamentos de estudo, como livros e materiais didáticos, essenciais para o desenvolvimento acadêmico. Esses dados demonstram a necessidade contínua de recursos financeiros para suprir despesas básicas e exigências da vida universitária.

As despesas com aluguel, que correspondem a 21,57%, comprovam a importância da bolsa, principalmente para bolsistas que residem fora de suas cidades de origem e precisam arcar com custos de moradia próximos à instituição.

O transporte, com 13,73%, aparece como outra despesa significativa, indicando os custos associados à mobilidade diária dos estudantes, seja para frequentar aulas ou para outras atividades.

Outras categorias, como vestuário (5,88%) e participação em eventos científicos e/ou acadêmicos (3,92%), embora com menor percentual, sugerem o esforço dos estudantes para equilibrar os recursos disponíveis entre necessidades básicas e oportunidades de se envolver em eventos acadêmicos.

Por fim, a categoria lazer/cultura, com 1,96%, apresenta baixa representatividade, sugerindo que os bolsistas priorizam rigorosamente seus recursos financeiros em itens essenciais relacionados ao custo de vida. Essa priorização reflete a necessidade de otimização

dos gastos para garantir a permanência no curso, ainda que em detrimento de atividades complementares importantes para a formação acadêmica.

Diante disso, o gráfico demonstra que as maiores demandas financeiras dos bolsistas se concentram em alimentação, materiais e equipamentos de estudo e aluguel, responsáveis por aproximadamente 74,5% dos gastos totais. Essa concentração indica que os custos básicos de subsistência são os mais expressivos no orçamento dos bolsistas.

Partindo dos resultados obtidos, considera-se que, além da disponibilização de auxílios específicos, como os já ofertados pelo PIAE, abrangendo transporte e alimentação, é importante que os valores da Bolsa Acadêmica sejam periodicamente ajustados para acompanhar a inflação e os custos locais, garantindo que sejam suficientes para cobrir as despesas básicas dos bolsistas.

O acesso ao transporte público gratuito ou subsidiado por meio de parcerias com o governo e prefeituras locais é uma medida estratégica para beneficiar estudantes que residem em zonas rurais ou cidades vizinhas.

De acordo com informações da COAE, está em fase de elaboração uma minuta de nova resolução para o Programa de Assistência Estudantil da UFERSA. O objetivo é ressignificar os critérios de acumulação de bolsas e auxílios, buscando atender casos específicos, como o de estudantes oriundos de outros municípios/estados que não foram contemplados com a moradia estudantil.

No que diz respeito à Dificuldade Acadêmica:

[...] adaptação às matérias e notas (Q1);

Pressão acadêmica e problemas com a internet (Q9).

Os bolsistas relatam dificuldades em se adaptar ao conteúdo acadêmico e em manter um desempenho satisfatório em suas avaliações. A transição para o ambiente acadêmico superior pode ser desafiadora para muitos estudantes, especialmente considerando a complexidade dos conteúdos abordados e a exigência por desempenho acadêmico.

Essas dificuldades podem ser agravadas pela falta de preparo prévio, especialmente para aqueles que ingressam no ensino superior oriundos de contextos educacionais menos estruturados ou com lacunas na formação básica.

Assim, evidencia-se que a ausência de programas de orientação ou de suporte institucional voltados à adaptação ao ambiente acadêmico contribui para o sentimento de

desamparo e para uma eventual queda de rendimento. “É importante considerar que a permanência vai além do aporte financeiro e implica também a promoção da apropriação simbólica da universidade como um espaço seu por parte dos alunos” (Almeida, 2011, p. 275).

A cobrança por resultados acadêmicos e a observância de prazos estritos podem resultar em esgotamento mental e emocional, intensificando os obstáculos enfrentados pelos bolsistas em sua trajetória acadêmica. Esse cenário frequentemente leva à diminuição do desempenho acadêmico e, em situações mais graves, à desistência do curso.

Segundo Suehiro (2006), o processo de aprendizagem escolar e o desempenho acadêmico são influenciados por fatores como questões pessoais e internas dos estudantes, aspectos familiares e do grupo social ao qual estão inseridos, o ambiente escolar com suas interações e normas, além das legislações que norteiam o ensino.

Os bolsistas também mencionaram dificuldades com o acesso à internet, ressaltando a necessidade de melhorias na infraestrutura do *campus*, uma vez que tais questões impactam diretamente a qualidade do aprendizado. Ademais, a precariedade no acesso à internet pode comprometer a realização de atividades acadêmicas, especialmente em um cenário de crescente digitalização dos processos educacionais, nos quais muitas tarefas, pesquisas e avaliações dependem de uma conexão estável e de equipamentos apropriados.

A partir de informações disponibilizadas pela COAE, foi explicitado que, por meio de acompanhamento realizado pela assistente social vinculada ao *campus* de Caraúbas, os bolsistas com baixo rendimento acadêmico são identificados e notificados. Após a notificação, é concedido um prazo de três meses para que possam melhorar sua situação acadêmica. Durante esse período, realiza-se uma avaliação para identificar as razões que dificultam a progressão do bolsista. Com base nessa análise, são implementadas intervenções e, se necessário, o estudante é encaminhado para atendimento especializado e orientação pedagógica, a fim de tratar as questões que comprometem seu desempenho.

No que se refere às dificuldades tecnológicas, é fundamental aprimorar a disponibilidade de internet nos *campus*, bem como oferecer suporte técnico.

5.5 CONTRIBUIÇÕES DA BOLSA ACADÊMICA

Nesta subseção, analisa-se as contribuições da Bolsa Acadêmica fornecida pelo Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, *Campus* Caraúbas. A análise é segmentada

em três aspectos: superação dos desafios econômicos e custo de vida; formação acadêmica; e permanência no curso.

Em relação à Superação dos Desafios Econômicos e Custo de Vida:

Com a bolsa consigo suprir meus gastos, não só com locomoção, mas também com alimentação, entre outros (Q10);

A bolsa contribui bastante para cobrir minhas despesas com aluguel e alimentação, permitindo que eu possa vir até a UFERSA [...], aliviando uma grande carga financeira (Q11);

Além de nos ajudar, possibilita o custeamento da nossa vinda até a referida universidade (Q1);

A bolsa acadêmica contribui para a minha permanência no curso, ajudando com alimentação, materiais escolares, equipamentos de estudo, vestuário, etc (Q12);

Ajuda na impressão de textos e atividades. Também me auxilia com a alimentação, pois, como o curso é integral, compro lanches e pago o Restaurante Universitário (Q13);

A bolsa ajuda na minha permanência no curso, uma vez que, financeiramente, é uma ótima ajuda, já que não consigo conciliar trabalho e estudo (Q3);

São sempre necessárias impressões de papéis, alimentação em tempo integral e materiais para os trabalhos. Pelo ganho da minha família ser baixo, não teria como pagar aluguel nem alimentação, nem as impressões necessárias para o curso (Q14);

A bolsa serve para nos ajudar com os gastos da casa alugada em Caraúbas (Q6);

A bolsa acadêmica, além de me auxiliar a custear alimentação e aluguel, também me ajuda a custear material para estudar (Q8);

A bolsa oferece suporte financeiro que ajuda a cobrir custos relacionados à educação, como material didático e alimentação. Esse auxílio pode aliviar um pouco a preocupação financeira, permitindo que eu me concentre mais nos estudos (Q9);

É uma grande ajuda para nós, pessoas de baixa renda (Q10);

Sem a bolsa, se torna apertado se manter, principalmente quando chega o fim do mês (Q16);

A bolsa acadêmica ajuda significativamente os discentes que não têm estabilidade financeira para a permanência no curso (Q3);

A bolsa me ajuda nas dificuldades que tenho para me manter aqui em Caraúbas (Q7).

Os relatos evidenciam que a Bolsa Acadêmica é fundamental para cobrir custos básicos como alimentação, moradia e transporte. Santos (2009), Morosini *et al.* (2011) e Radaelli (2017) enfatizam as condições de habitação, alimentação e transporte como fatores determinantes para a permanência. Segundo suas análises, esses elementos desempenham um papel preponderante, visto que habitações inadequadas comprometem tanto o ambiente quanto o tempo dedicado ao estudo. Do mesmo modo, a falta de alimentação impacta diretamente a saúde e a capacidade cognitiva dos indivíduos. Ademais, o acesso limitado a meios de transporte pode dificultar significativamente o comparecimento às aulas, especialmente em áreas rurais com infraestrutura deficiente.

Ademais, os estudantes utilizam a bolsa para adquirir materiais essenciais ao curso, como impressos e equipamentos. Vasconcelos (2010) considera que a assistência estudantil abrange todas as áreas dos direitos humanos, desde ações que proporcionem condições de saúde até o acesso a instrumentos pedagógicos necessários à formação profissional.

Compreende-se que a bolsa se mostra indispensável para a permanência dos bolsistas com recursos financeiros limitados, permitindo condições mínimas de sobrevivência durante a graduação. Isso é especialmente relevante para suprir necessidades acadêmicas em cursos integrais, nos quais o tempo para geração de renda própria é reduzido. Assim sendo, a bolsa alivia a pressão financeira dos estudantes, permitindo maior dedicação ao curso. Para Santos (2009), a permanência qualificada na graduação requer um mínimo de condições de subsistência, que possibilitem a aquisição de materiais didáticos, transporte e alimentação.

Reduzir o estresse financeiro pode ter impacto positivo no desempenho acadêmico e no bem-estar geral dos estudantes, contribuindo diretamente para evitar a evasão. Além do suporte financeiro, a bolsa é vista como um incentivo aos estudos e à formação profissional, atuando como fator motivacional e promovendo maior engajamento dos estudantes com seus projetos acadêmicos e formação.

A análise evidencia que a Bolsa Acadêmica atende aos objetivos da política de assistência estudantil, conforme delineado no Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES, e pela Resolução CONSUNI nº 003/2020, que trata da criação do Programa Institucional de Assistência, promovendo a democratização do acesso ao ensino superior público e provendo condições de permanência de discentes na UFERSA.

A importância atribuída ao auxílio financeiro pelos bolsistas reforça a necessidade de alocação de recursos para garantir a continuidade e a expansão do programa. A implementação de avaliações regulares de impacto socioeconômico do programa é uma prática relevante para justificar e otimizar os recursos investidos, permitindo não apenas a prestação de contas, mas também a identificação de áreas de melhoria e a potencialização dos resultados obtidos.

Almeida (2019) enfatiza que as condições socioeconômicas continuam sendo o principal fator de permanência, considerando o elevado grau de desigualdade social e regional no Brasil, presente em todas as etapas da educação. É igualmente importante considerar que, para estudantes em situações socioeconômicas desfavoráveis, o custo de desistência do curso superior é elevado, não apenas em termos financeiros, mas também no que diz respeito às expectativas familiares e sociais depositadas em sua trajetória educacional.

No âmbito da Formação Acadêmica:

Com a bolsa, posso ter acesso a materiais de estudo e ferramentas (Q11);

A bolsa contribui, sim, pois me ajuda a focar mais nos meus estudos (Q12);

Com a facilidade para me manter, posso me dedicar mais aos estudos (Q16);

Tenho conhecimento de assuntos e grupos de extensão que funcionam de forma significativa para meu rendimento acadêmico (Q6);

Conforme exposto, a bolsa possibilita aos bolsistas a aquisição de materiais de estudo e ferramentas que auxiliam no desempenho acadêmico. Além disso, oferece oportunidades para participação em atividades complementares, como grupos de extensão e projetos acadêmicos. Essas oportunidades alinham-se aos objetivos dispostos no Decreto nº 7.234/2010, que versa, em seu Art. 3º “O PNAES deverá ser implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão [...]” (Brasil, 2010). A integração com atividades extracurriculares amplia o aprendizado e o envolvimento dos estudantes na universidade, enriquecendo sua formação e fomentando um ambiente propício ao aprendizado e à formação acadêmica abrangente.

Este apoio é importante para os bolsistas, pois, sem o benefício, enfrentariam dificuldades para adquirir recursos acadêmicos básicos. Para Santos (2009, p. 120), “a permanência deve ser considerada tanto no seu aspecto econômico quanto didático-pedagógico”. Diante disso, o repasse financeiro proporcionado pela bolsa contribui para que

os bolsistas tenham acesso a ferramentas e materiais que, de outra forma, seriam inacessíveis, reduzindo desigualdades educacionais, como previsto na Resolução CONSUNI nº 73/2022.

Quando se discute o apoio à formação acadêmica, Conceição (2017) destaca que o sucesso no ensino superior é frequentemente a única via de ascensão social e melhoria da qualidade de vida para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, a educação superior não é apenas um instrumento de qualificação profissional, mas configura-se como uma ferramenta para romper ciclos de desigualdade que se perpetuam por gerações.

Assim sendo, os relatos reforçam que a Bolsa Acadêmica desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes. Além de aliviar as preocupações financeiras, ela promove o foco, amplia o acesso a recursos e incentiva a participação em atividades complementares, resultando em um impacto positivo na qualidade da educação e na preparação dos bolsistas para desafios futuros.

No que diz respeito à Permanência no Curso:

Com a ajuda da bolsa acadêmica, não apresento dificuldades, pois ela me ajuda muito (Q12);

Ela contribui porque é a minha única renda, e preciso dela para me manter em Caraúbas, pois não trabalho (Q13);

A bolsa é o que me mantém na universidade. Sem ela, corro o risco de desistência (Q14);

Preciso morar aqui e, com o auxílio da bolsa acadêmica, consigo me manter e continuar a graduação (Q2);

A bolsa acadêmica está ajudando muito a minha permanência no curso, que pretendo finalizar [...], ajuda significativamente a minha permanência no curso (Q3);

Contribui para a minha permanência no curso, pois meu curso é integral. Como sou de outra cidade, tenho que morar aqui. A bolsa me ajuda muito, pois, se eu continuar no curso, será com a ajuda da bolsa para minha permanência (Q5);

Preciso dela para permanecer estudando e arcando com os custos que tenho com as despesas para estudar (Q6);

Como sou de outro Estado e preciso me manter na cidade do *campus*, e, considerando que atualmente todos os componentes do meu grupo familiar estão desempregados, nessa situação a bolsa acadêmica é de suma importância (Q8);

A Bolsa Acadêmica contribui significativamente para a minha permanência no curso (Q9).

Conforme os relatos, a Bolsa Acadêmica é apontada como a única fonte de renda para muitos estudantes, sendo indispensável para cobrir custos relacionados à permanência no curso. A dedicação exclusiva ao curso integral é mencionada como uma limitação para a geração de renda alternativa, tornando a bolsa essencial para a permanência desses estudantes na universidade. Segundo Estrada e Radaelli (2017), a duração prolongada da graduação, combinada com as dificuldades de conciliar trabalho e estudos, configura-se como um dos principais fatores que levam à desistência. Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas de apoio efetivas que garantam a permanência estudantil, com especial atenção aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A bolsa não apenas complementa a renda, mas, em muitos casos, constitui a única garantia de manutenção do estudante na universidade. Dentre os relatos, é evidenciado que a ausência do benefício colocaria muitos estudantes em risco de evasão. Pesquisas conduzidas por Zago (2006), Estrada e Radaelli (2017), Visquetti (2018) e Evangelista (2021) ressaltam que a concessão de bolsas e auxílios financeiros é necessária para assegurar a continuidade dos estudantes nas instituições de ensino superior. Portanto, é indispensável intensificar as políticas de apoio ao estudante, garantindo não só o ingresso, mas também a permanência na educação superior, por meio de contribuições financeiras e apoio ajustado às demandas dos estudantes.

Ainda conforme os relatos, a Bolsa Acadêmica torna-se indispensável para bolsistas provenientes de outras cidades ou estados, compreendendo-se que a bolsa é essencial para garantir a permanência de estudantes em cursos de graduação, sobretudo para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica e deslocados geograficamente.

Com o objetivo de atender a essas demandas, o PIAE, por meio das Resoluções CONSUNI/UFERSA nº 003/2020 e nº 73/2022, destaca os objetivos centrais das ações de assistência estudantil, evidenciando um compromisso com a democratização do ensino e a promoção da igualdade.

A Resolução nº 003/2020, em seu artigo 2º, estabelece que: "São objetivos do PIAE: I – democratizar as condições de permanência de discentes na UFERSA" (UFERSA, 2020, p. 02). Por sua vez, a Resolução nº 73/2022, no artigo 3º, apresenta que: "São objetivos da Política de Assistência Estudantil da UFERSA: I - ampliar as condições de permanência no

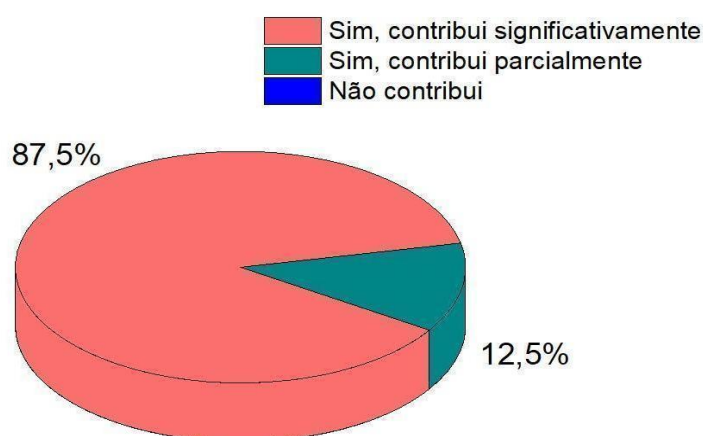
ensino superior; II - minimizar as desigualdades que ameaçam a permanência estudantil no ensino superior de graduação [...]" (UFERSA, 2022, p. 02).

A relação entre as duas resoluções reflete uma evolução no pensamento institucional da UFERSA. Enquanto a Resolução nº 003/2020 estabelece a base para a permanência, a Resolução nº 73/2022 amplia essa visão, propondo ações específicas para lidar com desigualdades que impactam os estudantes. Juntas, essas resoluções formam um arcabouço político que visa fortalecer o vínculo dos bolsistas com a universidade, garantindo que o ingresso no ensino superior não seja um ponto isolado, mas sim o início de uma trajetória acadêmica plena.

Esses objetivos encontram-se alinhados aos princípios do PNAES, o qual estabelece que os programas institucionais de assistência estudantil devem ter como finalidade a promoção da democratização da permanência no ensino superior público, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Na perspectiva de ampliar o alcance da análise e fortalecer a discussão sobre o papel da Bolsa Acadêmica na promoção da permanência dos estudantes no curso, as informações coletadas foram incorporadas no Gráfico 25, de forma a dar mais objetividade e clareza quanto a contribuição da bolsa.

Gráfico 25 - Contribuição da bolsa acadêmica para a permanência dos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A avaliação dos dados indica que a maioria dos bolsistas (87,5%) compreende que a bolsa tem contribuído significativamente para sua permanência no ensino superior. Esse resultado destaca a importância da assistência financeira como um elemento-chave para que os estudantes possam vencer obstáculos relacionados a transporte, alimentação, materiais e outras despesas comuns da vida acadêmica. Corroborando essa compreensão, Rodrigues

(2020) argumenta que a assistência estudantil deve oferecer, ao menos, as condições básicas para que os estudantes permaneçam na instituição e obtenham sucesso ao longo de sua trajetória acadêmica.

Continuando a análise, observa-se que uma proporção menor, representando 12,5% dos participantes, declarou que a bolsa contribui apenas parcialmente para sua permanência. Esse dado indica que, apesar de o programa ser significativo, ele pode não suprir completamente as necessidades financeiras de alguns estudantes, revelando possíveis lacunas que poderiam ser preenchidas com modificações no valor da bolsa ou com a disponibilização de auxílios extras.

Vale ressaltar que nenhum dos bolsistas afirmou que a bolsa não ajuda na sua permanência, o que corrobora a ideia de que o programa tem um papel fundamental no suporte à vida acadêmica de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante disso, os relatos reforçam a importância das políticas institucionais de assistência estudantil, por meio do PIAE, que desempenha um papel estratégico na promoção da inclusão social e na redução da evasão, especialmente em cursos integrais e para estudantes que precisam residir longe de seus domicílios familiares. Para fortalecer a permanência no ensino superior, é essencial ampliar benefícios complementares, por meio de auxílios como transporte, moradia e alimentação.

Além disso, a sustentabilidade orçamentária dos Programas de Assistência Estudantil por parte do Estado deve ser priorizada, garantindo recursos para a manutenção e ampliação das políticas de assistência, com o objetivo de atender ao crescimento das necessidades de apoio financeiro.

6 CONCLUSÕES

Considerando o cenário de transformação na educação brasileira ocorrido nas últimas décadas, emerge um contexto de expansão e acesso à educação superior. Contudo, em observância à integração e democratização da educação, verifica-se a necessidade de criação de políticas públicas de assistência estudantil que promovam a inclusão das classes historicamente mais vulneráveis, visando ao fortalecimento do acesso e da permanência na educação superior pública no Brasil.

A partir dessa realidade, surgiu como interesse central desta pesquisa, guiado pela seguinte pergunta: Como ocorre a execução do Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, *campus* Caraúbas, através da modalidade Bolsa Acadêmica, e qual sua contribuição na permanência dos estudantes assistidos?

Com base nessas premissas, definiu-se como objetivo principal desta pesquisa analisar a execução do Programa de Assistência Estudantil da UFERSA, *Campus* Caraúbas, através da modalidade Bolsa Acadêmica, identificando sua contribuição para a permanência dos estudantes assistidos nos semestres 2023.2 e 2024.1. Para o alcance deste, foi adotada uma metodologia composta por revisão sistemática da literatura, análise documental e aplicação de questionário com os sujeitos participantes da pesquisa.

O quadro teórico que orientou a realização deste processo de pesquisa buscou, em um primeiro momento, contextualizar as questões relacionadas à trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil. A investigação das concepções de assistência estudantil ao longo dos diferentes períodos históricos demonstrou que as desigualdades vivenciadas pelos estudantes são de natureza estrutural, demandando, assim, a implementação de políticas públicas integradas e contínuas. Observa-se, ainda, que essa construção histórica é caracterizada por avanços, mas também por desafios permanentes no que tange à efetivação dessas ações.

O debate sobre a expansão do acesso ao ensino superior, bem como o aumento da demanda por políticas de permanência, levou à reflexão de que o cenário atual ainda revela entraves significativos à efetivação de respostas a essa realidade. Conclui-se que as políticas de assistência estudantil necessitam avançar para além do caráter emergencial e se consolidar como políticas de Estado, aptas a resistir a mudanças conjunturais e a superarem interesses partidários. Essa consolidação é imprescindível para assegurar a continuidade dos programas e atender, de forma contínua e estruturada, os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Ao refletir sobre o conceito de políticas públicas de assistência estudantil, verifica-se que estas se inserem no conjunto das políticas educacionais. Suas origens estão associadas às

reivindicações de diversos movimentos e organizações civis e sociais que, ao longo da história, lutaram por uma educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população brasileira. Essas políticas, assim sendo, constituem-se em produtos intrinsecamente vinculados aos contextos históricos, moldadas pelas demandas e dinâmicas sociais de cada época. Nesse contexto, as políticas públicas destinadas ao apoio estudantil configuram-se como fundamentais no Brasil, especialmente em razão da acentuada desigualdade social que marca o país, a qual se manifesta na dificuldade de permanência de muitos estudantes nos cursos de graduação.

O PNE, ao definir orientações fundamentais para a elaboração de programas e projetos destinados à assistência estudantil em âmbito nacional, significou o início de um compromisso mais estruturado com políticas e diretrizes nessa esfera. No âmbito teórico, esse progresso é inegável; entretanto, a análise do ciclo de avaliação do PNE revelou a ausência de indicadores qualitativos que abarquem aspectos importantes como a permanência e a conclusão dos cursos. Esses componentes são indispensáveis para mensurar a real eficácia das políticas públicas executadas, especialmente no que tange à garantia do direito à educação com equidade e qualidade.

Desempenhando um papel fundamental na expansão do ensino superior público no Brasil, o REUNI fomentou o aumento da capacidade das instituições federais de ensino superior, ampliando a oferta de vagas e diversificando os cursos, visando reduzir as desigualdades socioeconômicas e fortalecer o processo de democratização do acesso às universidades públicas. Contudo, conclui-se que o crescimento no quantitativo de instituições não é suficiente para enfrentar as desigualdades estruturais que historicamente marcam a educação brasileira. Dessa forma, é indispensável compreender a permanência estudantil como uma extensão natural da política de acesso, promovendo condições materiais, pedagógicas e psicológicas que permitam aos estudantes não apenas ingressar, mas também permanecer e concluir os seus cursos com sucesso.

Instrumento vital para o avanço da assistência estudantil, o PNAES tem contribuído significativamente para a melhoria das condições de acesso e permanência nas instituições federais de ensino. A autonomia conferida pelo programa às IES possibilita que as políticas e a alocação dos recursos sejam adequadas às necessidades locais e às particularidades de cada contexto. Destaca-se que, recentemente, o PNAES se afirmou como política em virtude sua da conquista jurídica ao ser transformado em lei, adquirindo, assim, maior força e autonomia financeira.

A análise da conceituação de permanência, tanto em seu sentido denotativo quanto na avaliação dos fatores que a compõem no âmbito do ensino superior, possibilitou a compreensão de que se trata de um conceito sustentado por uma série de elementos interligados. Esses elementos envolvem desde os processos de concessão de bolsas até a maneira como tais iniciativas são executadas para atender às variadas necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dessa maneira, conclui-se que a permanência precisa ser entendida como um processo contínuo, que requer suporte ao longo de toda a trajetória acadêmica, desde o ingresso na universidade até a finalização do curso.

Para atualização dos conceitos, a revisão sistemática da literatura realizada com base no levantamento de publicações disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES revelou que os estudos que versam sobre assistência estudantil e PNAES, a partir de 2016, evidenciam a trajetória, construção, implementação e avaliação das ações pertinentes a essa política. Entre os principais achados, destacou-se a carência de metodologias governamentais que delimitem de maneira mais clara o processo de avaliação, atuando como referência para instituições que ainda não possuem mecanismos próprios para essa finalidade. Além disso, ressalta-se a imperiosa necessidade de disponibilização de dados nacionais coesos e atualizados, que subsidiem uma compreensão mais precisa acerca da gestão e execução do PNAES, reforçando sua consolidação como uma política pública essencial no contexto da educação superior brasileira.

Convicta de que dissertar sobre permanência no ensino superior requer a consideração de uma série de elementos interconectados, a pesquisa compreende que a permanência não se resume ao acesso inicial, mas sim a um conjunto de ações integradas que inclui desde a concessão de bolsas, passando pela forma como essas iniciativas são executadas, até o efeito no atendimento às múltiplas necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, torna-se indispensável entender não apenas os recursos de apoio disponíveis, mas também os mecanismos institucionais que asseguram sua eficácia.

Nesse sentido, ao buscar contextualizar a regulamentação do Programa de Assistência Estudantil na UFERSA, com ênfase em sua aplicação, foi possível reconhecer um arcabouço normativo que estrutura e direciona as ações do programa, assegurando maior eficiência e transparência em sua execução. A análise documental possibilitou concluir que os critérios definidos nos instrumentos normativos manifestam o compromisso da instituição em se alinhar às diretrizes do PNAES, promovendo um atendimento diversificado e sensível às necessidades de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Entretanto, com a execução dessa análise, também vieram à tona algumas limitações nos documentos examinados. Dentre elas, destaca-se a ausência da definição de um orçamento mínimo a ser aplicado no programa, o que prejudica a previsibilidade e a estabilidade do financiamento. Acrescenta-se a essa questão a falta de planejamento orçamentário em longo prazo, que considere o crescimento institucional e, conseqüentemente, o aumento da demanda por assistência estudantil. Outro ponto crítico foi a ausência de critérios para a combinação de auxílios em circunstâncias de maior fragilidade, como nos casos de estudantes em extrema vulnerabilidade.

Não obstante essas limitações, a ampliação da análise permitiu identificar contribuições significativas nos documentos institucionais. Entre elas, destaca-se a existência de um mecanismo formal que organiza o funcionamento do programa, oferecendo diretrizes claras para sua gestão. Ademais, verifica-se um direcionamento consistente nos procedimentos de concessão dos auxílios, o que corrobora o compromisso da instituição com a equidade no atendimento. A contextualização do espaço de pesquisa, especialmente no *campus* de Caraúbas, evidenciou uma sinergia entre as práticas de apoio ao estudante e as diretrizes normativas estabelecidas pelo programa.

A análise detalhada acerca da normatização da Bolsa Acadêmica possibilitou a identificação de aspectos cruciais relacionados à operacionalização da ação. Entre eles, sobressai o monitoramento constante por parte da instituição, a fim de garantir que os estudantes beneficiados estejam cumprindo com as exigências para a manutenção do auxílio. Esse cenário destaca a importância de se manter mecanismos de acompanhamento eficazes, capazes de assegurar a integridade do processo e a efetividade das ações de permanência.

Com o intuito de identificar as contribuições da Bolsa Acadêmica para a permanência no ensino superior, foi realizada uma pesquisa de percepção por meio da aplicação de um questionário. Primeiramente, mapeou-se o perfil socioeconômico, o que possibilitou compreender que a maior parte dos bolsistas provém da rede pública de ensino e possui renda familiar de até meio salário mínimo. Essa conexão foi fundamental para entender as dificuldades econômicas que os beneficiários da Bolsa Acadêmica e suas famílias enfrentam. A significativa presença de bolsistas provenientes de regiões próximas à cidade de Caraúbas e de zonas rurais destacou a importância do programa na promoção da equidade educacional.

Ao considerar a visão dos beneficiados, por meio de apontamentos feitos sobre o PIAE, tornou-se possível obter uma compreensão mais clara sobre a dinâmica do acesso e da permanência no Programa de Bolsa Acadêmica. A avaliação do número de tentativas necessárias para obtenção do benefício revelou dois aspectos: de um lado, observa-se uma

parcela de bolsistas que conseguiu ser contemplada já na primeira tentativa; de outro, destaca-se a realidade vivenciada por quase metade dos bolsistas, que precisaram se inscrever em mais de um edital até serem selecionados, o que evidencia uma competitividade significativa e a alta demanda pelo benefício.

No tocante à duração do benefício e à permanência dos bolsistas no programa, conclui-se que o número de bolsistas que permanecem por três ou mais semestres ainda é relativamente reduzido. Esse dado indica um padrão de curta duração do auxílio, o que pode comprometer a estabilidade da trajetória acadêmica desses bolsistas. Essa constatação enfatiza a necessidade de aprimoramento do programa, no sentido de garantir um suporte mais contínuo e duradouro, capaz de acompanhar os bolsistas durante todo o percurso formativo e minimizar os riscos de evasão por motivos socioeconômicos.

Em relação ao efeito da frequência e dos relatórios de atividades exigidos para a continuidade do benefício, constatou-se que a maior parte dos bolsistas não considera esses critérios como um impedimento. Essa percepção favorável enfatiza a importância de práticas de monitoramento que, ao invés de punir, ajudem a fortalecer a responsabilidade e o vínculo dos bolsistas com sua trajetória universitária.

Ao aprofundar a análise com base nas categorias emergentes a partir das falas dos beneficiários, no que tange aos aspectos institucionais relacionados à gestão da Bolsa Acadêmica, destacou-se a percepção positiva quanto à clareza e à eficiência do processo de divulgação efetuado por meio dos editais, bem como em relação aos critérios e parâmetros de seleção adotados pela UFERSA. Essa avaliação indica que, de maneira geral, o programa tem sido bem compreendido pelos estudantes assistidos, evidenciando uma estrutura normativa acessível e transparente.

Entretanto, foram detectadas fragilidades nos meios de comunicação empregados para divulgar as etapas e atualizações do programa. Diversos bolsistas relataram enfrentar dificuldades em obter informações em tempo hábil, o que compromete a participação plena de todos os interessados no programa. Esse cenário ressalta a necessidade de aprimoramento nos meios de comunicação da instituição, de modo a expandir o alcance e garantir que todos os estudantes em situação de vulnerabilidade tenham acesso integral às informações e oportunidades oferecidas pelo programa.

Constatou-se que a Bolsa Acadêmica exerce uma função fundamental na cobertura de custos como aluguel, alimentação, transporte, moradia e aquisição de materiais acadêmicos. Para diversos bolsistas, especialmente aqueles provenientes de outras cidades ou estados, o benefício é percebido como um fator decisivo para a permanência na instituição.

Além disso, pode-se compreender que, para diversos bolsistas, o benefício não se configura apenas como um complemento à renda familiar, mas constitui a única segurança de manutenção na universidade. Depoimentos colhidos durante a pesquisa demonstram que, na ausência da bolsa, muitos bolsistas estariam sob iminente risco de desistir de seus cursos devido à falta de condições mínimas de subsistência. Para além do fator financeiro, o programa também se sobressai por incentivar a formação integral dos bolsistas, promovendo sua participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, e contribuindo de maneira significativa para o aprimoramento da experiência acadêmica.

Ressalta-se ainda que muitos dos bolsistas, principalmente aqueles que se deslocam de suas cidades de origem, enfrentam dificuldades financeiras relevantes para arcar com despesas básicas, incluindo alimentação, moradia, transporte e material didático. Os gastos com transporte manifestam-se como uma preocupação recorrente, particularmente entre estudantes que moram em áreas rurais ou em municípios adjacentes, o que demonstra uma limitação prática na abrangência do valor atual da bolsa. Portanto, é notável que o benefício, apesar de ser fundamental, mostra-se insuficiente para cobrir de forma plena as necessidades diárias e os encargos acadêmicos, afetando, em certa medida, a estabilidade do percurso formativo desses bolsistas.

Além das restrições financeiras, emergem de maneira significativa os desafios e os obstáculos de ordem emocional e psicológica. A ausência do suporte familiar, comum entre estudantes que migram para estudar, afeta de forma direta o bem-estar desses indivíduos, podendo comprometer sua saúde mental e, por consequência, sua permanência no curso. Essa situação se torna ainda mais crítica para aqueles em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que frequentemente lidam com sobrecargas emocionais não assistidas. Assim, torna-se imprescindível considerar o desenvolvimento psicossocial como um componente estratégico na avaliação e no aperfeiçoamento dos Programas de Assistência Estudantil, enfatizando a necessidade de políticas que unam apoio financeiro, pedagógico e emocional.

Com base nos dados analisados, a Bolsa Acadêmica se apresenta não apenas como um apoio financeiro, mas como um recurso indispensável para viabilizar a continuidade dos estudos diante dos diversos desafios enfrentados no cotidiano universitário, fazendo-se, assim, uma ferramenta estratégica na promoção da equidade e na formação cidadã dos bolsistas, bem como na consolidação das políticas de permanência.

No tocante ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica, foram identificadas algumas limitações que merecem destaque. Ao analisar os relatórios institucionais da UFERSA, estes

revelaram deficiências, ausências ou falta de detalhamento em informações específicas, como o método para a definição da quantidade de auxílios necessários e/ou disponibilizados para cada *campus*. Ademais, a falta de padronização na forma de apresentação dessas informações comprometeu a consistência dos dados, dificultando a realização de análises comparativas ao longo do tempo, como a correlação entre o número de bolsas ofertadas e a evolução do número de estudantes contemplados.

Já com relação à pesquisa de percepção, a utilização de questionários como instrumento principal para a coleta de dados foi impulsionada pela intenção de obter um número significativo de participantes. Entretanto, surgiram dificuldades no processo de recrutamento dos respondentes, ocasionando vários deslocamentos e encontros a fim de levantar a maior quantidade de participantes.

A escolha de realizar a aplicação dos questionários de forma presencial trouxe um desafio operacional adicional, relacionado à transcrição manual das respostas para viabilizar sua posterior análise no *software* Atlas.ti. Esse processo demandou um esforço considerável em relação ao tempo, aprendizado técnico e dedicação humana, influenciando diretamente na agilidade da análise.

Apesar das limitações identificadas, a metodologia empregada mostrou-se produtiva para o alcance dos objetivos estabelecidos, constituindo um alicerce sólido para as discussões acerca das questões centrais relacionadas à assistência estudantil. A análise crítica empreendida possibilitou tanto a apresentação dos resultados alcançados quanto o reconhecimento das condições e dos desafios que caracterizaram o processo investigativo. Ao destacar tais aspectos, o estudo contribui para o aprimoramento de pesquisas futuras, fornecendo subsídios significativos tanto para o aprimoramento metodológico quanto para o fortalecimento das práticas institucionais voltadas à permanência estudantil.

Frente à realidade investigada, evidencia-se a necessidade urgente de ampliar a quantidade de vagas oferecidas pelo Programa de Assistência Estudantil da UFERSA em resposta a uma demanda latente por maior inclusão e equidade no acesso às políticas de permanência. Outro ponto que merece atenção é o período das bolsas, cuja vigência não cobre integralmente o percurso acadêmico dos estudantes, prejudicando sua estabilidade ao longo da formação universitária.

Os resultados alcançados revelam que, apesar de o programa contribuir para a permanência, ele ainda não é suficiente para atender de maneira plena às necessidades de parte dos beneficiários. Essa constatação indica a existência de lacunas estruturantes que poderiam ser reduzidas por meio de adequações orçamentárias, tanto no sentido de ampliar a

quantidade de bolsas quanto de ajustar os valores oferecidos, visando um melhor alinhamento com a realidade vivida pelos bolsistas. Adiciona-se a isso a necessidade de uma cobertura temporal mais prolongada, considerando a dificuldade que muitos enfrentam ao longo de toda a sua trajetória acadêmica.

Nesse contexto, impõe-se a relevância de estudos futuros direcionados à análise da situação orçamentária da UFERSA, com vistas a identificar de maneira mais precisa os entraves relativos à distribuição e ao financiamento das bolsas.

Com isso, a presente pesquisa permitiu compreender, de forma mais aprofundada, a complexidade que envolve a promoção da permanência estudantil, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A experiência de pesquisa confirma que a universidade também se constrói nas adversidades. É por meio do enfrentamento dos desafios e da superação das barreiras que se solidificam os pilares da educação pública, gratuita e de qualidade. A assistência estudantil, embora apresente limitações em diversos aspectos, mostra-se essencial para garantir a permanência dos estudantes e deve ser consolidada como um direito, em vez de ser vista como um privilégio ou solução temporária.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. K. de A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2025.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 51, n. 4, p. p. 5-60, 2000. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- ALBUQUERQUE, L. C. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 44-63, ago. 2019. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413/2300>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- ALMEIDA, M. L. Universidade e desigualdade social: a difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 20, n. 2, p. 267-287, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12218869003>. Acesso em: 30 maio 2025.
- ALMEIDA, M. R. **A assistência estudantil como estratégia de combate à evasão e retenção nas universidades federais: um recorte do semiárido potiguar**. 2019. 231f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/822143b1-0234-4286-b3b9-2e62438ef19d>. Acesso em 30 maio 2025.
- ALVES, T.; FARENZENA, N.; SILVEIRA, A. A. D.; PINTO, J. M. de R. Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 979-993, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/MzG3tpLDZxwyH6mSGn7rqrp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- ARAUJO, G. C. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". **Educar em Revista**, [S.l.], n. 39, p. 279-292, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a18.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.
- ARAÚJO, J. O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/2005_0428113719.pdf. Acesso em: 08 jul. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE. As ameaças ao orçamento da educação em 2025. **De Olho nos Planos**, 2024. Disponível em: <https://deolhonosplanos.org.br/as-ameacas-ao-orcamento-da-educacao-em-2025/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR -ANDIFES. 2011. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011.

BARDIN, J. **L'Ére logique**. Paris: Robert Laffont, 1977.

BASTOS, P.; DECCACHE, D.; ALVES JR., A. **O novo regime fiscal restringirá a retomada do desenvolvimento em 2024**. Campinas: CECON – IE/UNICAMP, 2023. Nota Técnica nº 23. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/bastos-p-deccache-d-alves-jr-a-2023-o-novo-regime-fiscal-restringira-a-retomada-do-desenvolvimento-em-2024-cecon-ie-unicamp-nota-23-outubro-2023.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BENTO, A. V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. Revista Ja (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), **Funchal**, v. 7, n. 65, p. 42–44, maio 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5664211/mod_forum/intro/Como%20fazer%20uma%20revis%C3%A3o%20da%20literatura.pdf?time=1584711916950. Acesso em: 9 jul. 2023.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: *Campus*, 1992.

BORGES, E. H. N.; GOUVEA, A. P.; BARBOSA, M. L. de O. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Plural**, [S. l.], v. 29, n. 01, p. 60-79, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/192974>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.614, de 26 de junho de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília: **Câmara dos Deputados**, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2443432&filename=PL%202614/2024. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 18 de setembro de 1946. 1946a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 85/2015 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf?sequence=1. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Decreto n. 69.927, de 13 de janeiro de 1972. **Institui em caráter nacional o Programa “Bolsa de Trabalho”**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil [...]. Brasília, DF: **Câmara dos Deputados**, [2019]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 20.302. Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF. Publicado em 2 de Janeiro. 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20302-2-janeiro-1946-327736-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.036, de 21 de outubro de 1969. Incorpora ao sistema federal de ensino superior a Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial da União**: seção 1, 21 out. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1036.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Resultados**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 6 nov. 2023.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. . Brasília: **Câmara dos Deputados**, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14934.htm. Acesso em 19 dez. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Presidência da República**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 jul. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111155.html. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.024. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Publicado em 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : **Câmara dos Deputados**, Edições Câmara, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº 8.035, de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011–2020 e dá outras providências. Brasília, DF: **Câmara dos Deputados**, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Senado Federal. “**Boletim no 12, de 2013 - Plano Nacional de Educação: perspectivas e desafios**”. Publicações Portal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-12-de-2013-plano-nacional-de-educacao-perspectivas-e-desafios/view>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRITO, A. C. T. da C. **Institucionalização de uma Política de Monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/979>. Acesso em: 5 dez. 2024.

CARVALHO, M. P. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 185–193, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/27906>. Acesso em: 29 maio 2025.

CASQUEIRO, M. L.; IRFFI, G. I.; SILVA, C. C. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3922>. Acesso em: 7 ago. 2025.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de**

Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONCEIÇÃO, L. L. V. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará *campus* Conceição do Araguaia-PA. 2017. 64 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/4587>. Acesso em: 30 maio 2025.

CORDEIRO, M. J. J. A.; CORDEIRO, A. L. A. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, 23, 2015, Belém – PA. **Anais** [...]. Belém: ICED/UFPA, 2015. Disponível em: <http://www.redeuniversitas.com.br/p/nacionais.htmlchrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27624>. Acesso em: 15 abr. 2025.

COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2025.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. da. Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, v. 24, n. 2, p. 262–280, mar. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/N67XK4g46ckwYKq7bBFhVvH/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

CUNHA, J. K. A.; OLIVEIRA, B. R. de; FERNANDES, N. R. Assistência estudantil na educação superior: A trajetória do programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 16, n. 35, p. e18808, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/18808>. Acesso em: 8 jun. 2025.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Salário mínimo necessário**. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. v. 25, n. 94. Rio de Janeiro: **Ensaio**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwX/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2025.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública; a perspectiva estudantil. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9359>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, R. Educação superior: do acesso à permanência – em questão, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). In: MANCHOPE, Elenita Conegero Pastor et al. (org.). **Interiorização do ensino superior**: protagonismos das universidades estaduais e municipais no desenvolvimento regional. Cascavel, PR: Edunioeste, 2018.

EVANGELISTA, W. G. R. **Política de permanência universitária: bolsa auxílio especial aos estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana, no período 2014 a 2018**. 2021. 221 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021. Biblioteca depositária: Biblioteca Central Julieta Carteadó – UEFS.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FINATTI, B. E. **Assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL**. 2007. 261 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/10906>. Acesso em: 23 maio 2024.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVEIRA, R. J. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina – UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 246–264, 2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_12_7.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

FONAPRACE, **Revista Comemorativa 20 Anos**. Belém, 2007. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-20-anos3.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares / organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis; coordenação, ANDIFES. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23 n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018. Acesso em: 1 nov. 2023.

GARCIA, D. R. N. D. S.; MACIEL, C. E. Concepções de Estado e a materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Educação**, [S. l.], v. 44, p. 1–21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/31459>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de Pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIOVANNI, G. D.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2015.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GUBA, G. E.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Tradução de Beth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285–303, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC. **Teto de gastos e novo arcabouço boicotaram Plano Nacional de Educação**. Brasília: INESC, 2024. Disponível em: <https://inesc.org.br/teto-de-gastos-e-novo-arcabouco-boicotaram-plano-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 5 abr. 2025.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/5137>. Acesso em: 27 abr. 2025.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Revista de Investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55–73, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/25>. Acesso em: 9 jul. 2023.

LÁZARO, A. *et al.* Inclusão na educação superior. **Cadernos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil – GEA**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 5-8, jan./jun. 2012. Disponível em: https://biblioteca.flacso.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N2.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37–45, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v. 8, n. 22, p. 116–148, maio 2016. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870>. Acesso em: 11 jul. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. E.P.U., 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACEDO, G. D.; SOARES, S. de P. L. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, SP, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4028>. Acesso em: 29 maio 2025.

MACHADO, J.; BUSSMANN, T. B.; HOFF, D. N. Plano Nacional de Educação (PNE) para o ensino superior: uma análise empírica sobre metas selecionadas. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, v. 59, n. 59, p. 205–236, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/ppp59art7>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 759–781, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/68574>. Acesso em: 29 maio 2025.

MANCEBO, D. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 55-70. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/educacao_superior_no_brasil_10_anos_pos_ldb.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MELLAZO, G. C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, ano 6, n. 6, p. 45-51, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/3477/2560>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MELO, G. M. A. **A bolsa permanência acadêmica da UFERSA: possibilidades e desafios para a qualidade da educação dos discentes do curso de ciência e tecnologia do campus sede**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2016. Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2014/arquivos/3940gilberliane_mayara_andrade_melo.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, C. S. V. *et al.* Educação pública no atual cenário sócio-político e econômico brasileiro (Editorial). **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 45, e283572, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DMXnyjcQwbVVLgJfjKhNwfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269–279.

MOROSINI, M. C. *et al.* A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: CONFERENCIA LATINO AMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 1., 2011, Managua. **Anais [...]** Madrid: Departamento de Publicaciones de la E.U.I.T. de Telecomunicación, 2012. p. 65-73. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/8762>. Acesso em 30 maio 2025.

MOUREIRA, A. da S. **A política de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde na perspectiva de estudantes beneficiados**. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12833>. Acesso em: 29 maio 2025.

NASCIMENTO, C. M. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: ANDIFES (org.). **Fonaprace: revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: Andifes, 2012. p. 147-157.

NECKEL, V. C. O programa de benefício na assistência estudantil: a percepção de seus beneficiários sobre os alcances e limites. Orient. D. Comerlatto. Chapecó, SC: UNO Chapecó, 2017. Trabalho apresentado no I Seminário de Políticas Públicas e Sociais – SEPPS. **Anais** [...] Instituto Federal do Rio Grande do Sul – *Campus Sertão*, 2017.

NUNES, R. S. dos R.; VELOSO, T. C. M. A. Elementos que interferem na permanência do estudante na Educação Superior pública. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, 23, 2015, Belém, PA. **Anais** [...] Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 815-830. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5708/2914#:~:text=Nas%20leituras%20realizadas%20para%20esta,e%20a%C3%A7%C3%B5es%20assistenciais%20e%20qualificadoras>. Acesso em: 29 maio 2025.

ONETI, L. W. Educação, cidadania e classes sociais. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 47–62, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/29180>. Acesso em: 30 maio 2025.

PAULA, C. H. de; MARTIN, D. G. Reuni: um instrumento de promoção do princípio constitucional da igualdade. **Competência: Revista da Educação Superior do Senac-RS**, v. 14, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/722>. Acesso em: 29 maio 2025.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28. Acesso em: 21 maio 2023.

QUEIROZ, D. M. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2001. Disponível em: https://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/deocele_mascarenhas_queiroz.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1052>. Acesso em: 30 maio 2025.

RODRIGUES, S. J. A. **Assistência estudantil: percepção dos discentes dos cursos de graduação do Instituto Federal do Espírito Santo - campus de Alegre**. 2020. 77 f. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12585>. Acesso em: 29 maio 2025.

ROGRIGUES, C. A. Educação escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social. **Roteiro**, [S. l.], v. 47, p. e27430, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27430>. Acesso em: 30 maio 2025.

SANTOS, D. B. R. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 31-50, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3229>. Acesso em: 30 maio 2025.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em 30 maio 2025.

SANTOS, D. G.; SIQUEIRA, P. H. de L.; DINIZ, D. M. Assistência Estudantil e PNAES: um estudo bibliométrico sobre a produção científica recente. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, [S.l.], v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/31056>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SANTOS, P. K. **Permanência na Educação Superior: desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020.

SANTOS, Z. M. M. L. Escola como espaço de transformação: a articulação da educação, pobreza e desigualdade social no currículo escolar. **Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 239-252, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18004/riics.2017.diciembre.239-252>. Acesso em: 30 maio 2025.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Campinas, Educ. & Soc.**, [S.l.], v. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/>. Acesso em 30 maio 2025.

SGUISSARDI, V. **Universidade Brasileira no século XXI**: desafio do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **O trabalho (intensificado) nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã Editora, 2009. Disponível em: https://vsguissardi.com.br/wp-content/uploads/2022/08/o_trabalho.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000. p. 155-178.

SILVA, A. R. X.; CARVALHO, M. C. A. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, e020042, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100230&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2023.

SILVA, L. S.; STALLIVIERI, L.; PACHECO, A. S. V. Assistência estudantil: um estudo bibliométrico da produção científica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 20., 2021, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2021. p. 1-11. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230332>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, P. T. F.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603–631, set./out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTq9wdJZZ4PpwqFd/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, 2012.

SOUSA, L. M. **Significados e sentidos das casas estudantis**: Um estudo com jovens universitários. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <http://localhost:8080/tede/handle/tede/2004>. Acesso em 30 maio 2025.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 maio 2025.

SOUZA, E. S. **Impactos do Programa de Bolsa Permanência na vida acadêmica de estudantes oriundos de comunidades quilombolas**: um estudo na UFRB. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Cruz das Almas, BA, 2017.

SOUZA, R. C. de; COSTA, M. A. T. S. da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 28, n. 107, p. 362-385, apr. 2020. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/1803>. Acesso em: 30 set. 2024.

STALLIVIERI, L. **O sistema de ensino superior do Brasil**: características, tendências e perspectivas. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

SUEHIRO, A. C. B. Autoconceito e desempenho acadêmico em alunos de psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 44, p. 55-64, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20135>. Acesso em: 29 maio 2025.

TOREZANI, S. R. A percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - *campus* Santa Teresa sobre Assistência Estudantil. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2854>. Acesso em: 29 maio 2025.

TORRES, E. N. C. **Ensino superior e políticas de inclusão:** da democratização do acesso à permanência. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA. **Resolução CONSUNI/UFERSA N° 003/2020**, de 29 de julho de 2020. Dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Assistência Estudantil (Piae) da Universidade Federal Rural do SemiÁrido (Ufersa). Mossoró/RN: Universidade Federal Rural do Semi-Árido, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA. Campus Caraúbas. **Coordenadoria de Assuntos Estudantis**. 2024. Disponível em: <https://caraubas.ufersa.edu.br/assuntos estudantis/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE. **Sobre a PROAE**. 2024. Disponível em: <https://proae.ufersa.edu.br/sobre-a-proae/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA. **Resolução CONSUNI/UFERSA n° 73/2022**. Mossoró, 2022.

VASCONCELOS, I. C. O. de; GOMES, C. A. Pedagogia dialógica para democratizar a educação superior. **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 24, n. 92, p. 579–608, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/bBFSDMngHyn8P8JD8xQt49y/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VASCONCELOS, M. S.; GALHARDO, E. O programa de inclusão na UNESP: valores, contradições e ações afirmativas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 11, n. esp.1, p. 285–306, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8553>. Acesso em: 30 maio 2025.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VISQUETTI, C. A. **Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás,

Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8351>. Acesso em: 30 maio 2025.

XUN, W. *et al.* **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Traduzido por Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. **Revista Praia Vermelha (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 72–94, 2008.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-370, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Acadêmico(a)!

Primeiramente gostaria de agradecê-lo(a) pela disponibilidade em auxiliar na execução da presente pesquisa.

O questionário proposto tem fim exclusivamente acadêmico, direcionado aos estudantes que recebem Bolsa Acadêmica na UFERSA, *Campus* Caraúbas.

Trata-se de uma pesquisa que visa analisar a contribuição, e o compromisso social, do Programa Institucional de Assistência Estudantil – PIAE, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, para a permanência dos estudantes assistidos pela Bolsa Acadêmica, enquanto modalidade do programa oferecido pelo *Campus* Caraúbas.

A participação neste questionário é voluntária e anônima. As respostas que fornecer serão confidenciais e serão usadas apenas para fins de pesquisa.

Mestranda: Suzy Emanuella de Araújo, POSEDUC, UERN.

QUESTIONÁRIO

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A BOLSA PERMANÊNCIA

SEÇÃO 01 - PERFIL SOCIOECONOMICO

Sexo: () M () F

Idade:

Estado Civil:

Etnia/Cor: () Negro/Preto () Branco () Pardo () Indígena () Quilombola

Rede que cursou o Ensino Fundamental: () Pública () Privada () Particular com Bolsa

Rede que cursou o Ensino Médio: () Pública () Privada () Particular com Bolsa

Renda Familiar:

() Até meio salário mínimo

() Até dois salários mínimos

() Até um salário mínimo

() Até três salários mínimos

() Entre um e dois salários mínimos

() Acima de quatro salários mínimos

Quantidade de membros na família: _____

Quantidade de membros na família que exercem alguma atividade remunerada: _____

Tipo de residência: () Própria () Alugada () Cedida () Outros

Zona rural () Zona urbana ()

Estado de origem? _____

Cidade de origem? _____

Qual o curso está matriculado? _____

Qual o ano e semestre que ingressou no curso? _____

Qual o turno das aulas? _____

() Matutino () Vespertino () Noturno () Integral

SEÇÃO 02 - APONTAMENTO SOBRE O PIAE

1 - Você conhece o Decreto nº 7234/2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES?

() Sim, já li () Não li, mas já ouvi falar () Nunca li e nunca ouvi falar

2 - Você conhece a Resolução CONSUNI/UFERSA 003/2020, de 29 de julho de 2020, que regulamenta o Programa Institucional de Assistência Estudantil (PIAE) no âmbito da UFERSA?

() Sim, já li () Não li, mas já ouvi falar () Nunca li e nunca ouvi falar

3 - Como teve conhecimento da modalidade Bolsa Acadêmica da UFERSA?

() Com estudantes que já foram beneficiados com a Bolsa Acadêmica ou outra bolsa de assistência estudantil

() Divulgação da PROAE/COAE ou outras páginas da UFERSA em sites ou redes sociais institucionais

() Amigos

() Professores e Coordenação de Curso

() Redes Sociais não Institucionais

() Outros. Quais: _____

4 - Como foi sua participação no processo de seleção do Programa Institucional de Assistência Estudantil da UFERSA?

() Consegui a Bolsa na primeira tentativa

() Consegui a Bolsa na segunda tentativa

() Consegui a Bolsa na terceira tentativa

() Consegui a Bolsa a partir da quarta tentativa

5 - Há quanto tempo usufrui a Bolsa Acadêmica ofertada pelo Programa Institucional de Assistência Estudantil da UFERSA?

() Um semestre () Dois semestres

() Três semestres () Quatro semestres

☐ Cinco semestres ☐ Seis ou mais semestres

6 – A qual tipo de atividade a sua Bolsa Acadêmica encontra-se vinculada?

Projeto de: ☐ Ensino ☐ Pesquisa, ☐ Extensão

☐ Atividades administrativas

☐ Outro. Qual: _____

7 - O Programa Institucional de Assistência Estudantil tem contribuído para sua vivência estudantil para atender quais demandas? (poderá marcar mais que uma alternativa).

☐ alimentação ☐ viagens técnicas

☐ transporte ☐ participação em evento científicos e/ou acadêmicos

☐ aluguel ☐ materiais e equipamentos de estudos

☐ lazer/cultura ☐ vestuário

☐

☐ Outros. Quais: _____

8 - Na sua opinião, para que server o Programa Institucional de Assistência Estudantil desenvolvido no *Campus* Caraúbas?

9 - Quais são suas principais dificuldades para se manter na UFERSA, *Campus* Caraúbas até a conclusão do seu curso? (Se não houver dificuldades, escreva: 'Não tive dificuldades').

SEÇÃO 03 – APONTAMENTO SOBRE O BOLSA ACADÊMICA

10 – A Bolsa Acadêmica contribui para a sua permanência no curso?

☐ Sim, contribui significativamente

☐ Sim, contribui parcialmente

☐ Não contribui

Por favor, explique sua resposta.

11 - A Bolsa Acadêmica contribui para sua formação acadêmica?

☐ Sim, contribui significativamente

☐ Sim, contribui parcialmente

☐ Não contribui

Por favor, explique sua resposta.

12 - Durante o período em que recebeu o benefício Bolsa Acadêmica, houve algum atraso no pagamento da bolsa?

☐ Sim, poucas vezes

☐ Sim, muitas vezes

☐ Nunca houve atrasos

13 - Já trancou sua matrícula alguma vez por questões financeiras?

() Sim () Não

14 - Durante sua trajetória acadêmica, já pensou em desistir do curso por questões financeiras?

() Sim () Não

15 - Você teria condições de cursar a graduação sem o auxílio financeiro da Bolsa Acadêmica da UFRSA?

() Sim () Não

16 - O meio utilizado para o pagamento da Bolsa Acadêmica é adequado para sua realidade?

() Sim () Não

Se a resposta for 'não', por favor, justifique explicando por que não é adequado e sugira alternativas.

17 - Em sua opinião, os aspectos listados a seguir **incentivam** os estudantes a concorrer a uma Bolsa Acadêmica?

- Divulgação dos editais;
- Parâmetros do Edital de seleção;
- Critérios de seleção.

() Sim, todos os aspectos incentivam

() Nenhum aspecto incentiva

() Não, em virtude do modelo de Divulgação dos editais

() Não, devido aos Parâmetros do Edital de seleção

() Não, por causa dos Critérios de seleção

Por quê?

18 – O acompanhamento da frequência e o relatório de atividades semestral exigido para a renovação da sua participação na Bolsa Acadêmica têm dificultado a continuidade no programa?

() Sim () Não

Se a resposta for 'sim', por favor, explique como isso afeta sua continuidade e sugira possíveis melhorias.

19 – Considerando sua experiência e perspectiva, você identificaria alguma necessidade de melhoria ou mudança na implementação, execução, administração, gestão ou funcionamento da Bolsa Acadêmica?

() Sim () Não

Se a resposta for 'sim', por favor, justifique sua resposta detalhando quais mudanças você sugere e por quê.

20 - Com base na sua vivência estudantil, você tem alguma sugestão sobre como a Bolsa Acadêmica poderia ser aprimorada para atender melhor às suas necessidades/demandas?

Agradecemos sua participação!

ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO CAMPUS CARAÚBAS

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**, matrícula nº1565016, representante legal da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus Caraúbas, localizada no endereço: Universitária Leto Fernandes, Sítio Esperança II, Zona Rural. Caraúbas/RN|CEP: 59.780-000, venho através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada: **A BOLSA ACADÊMICA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFERSA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO CAMPUS CARAÚBAS**, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação do **Prof. Dr. Allan Solano Souza**, vinculada ao **Programa de Pós-Graduação Em Educação – POSEDUC**, da **Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte – UERN**, a ser realizada no **Campus Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido**. Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução 466/12 e suas complementares.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades, como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu cumprimento no resguardo da segurança e bem estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12 CNS/MS;
- 2) A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.

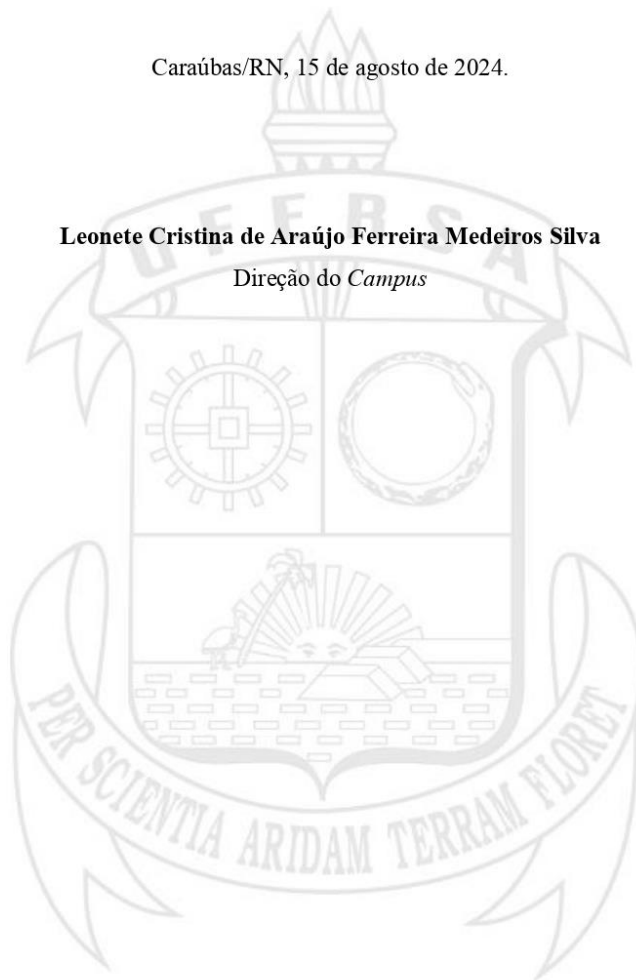


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CAMPUS CARAÚBAS**

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Caraúbas/RN, 15 de agosto de 2024.

Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva
Direção do *Campus*



ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC
Curso de Mestrado em Educação

Campus Universitário Central - Av. Prof. Antônio Campos - Pres. Costa e Silva, Mossoró/RN

H o m e p a g e: <https://propeg.uern.br/poseduc/default.asp?item=poseduc-apresentacao>

E-mail: educacao@mestrado.uern.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa **“A BOLSA ACADÊMICA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFERSA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO CAMPUS CARAÚBAS.”** coordenado pelo **Prof. (o) Allan Solano Souza** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: **Analisar a execução da modalidade Bolsa Acadêmica, do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus Caraúbas, identificando sua influência para a permanência dos estudantes assistidos nos semestres 2023.1 e 2023.2.** E como objetivos específicos: a) **Contextualizar a regulamentação do Programa de Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com ênfase em sua aplicação e impacto específico no Campus Caraúbas;** b) **Discutir a percepção dos estudantes quanto à importância da Bolsa Acadêmica, abordando de que maneira essa modalidade de assistência influencia em sua permanência na universidade.** É importante antever que a

realização desse trabalho é de estimada relevância, porque fornece pistas para o aprimoramento da política institucional. Dessa forma, coopera com o segmento da população usuária da Política de Assistência Estudantil, na medida em que, além de analisar os entraves, visa à proposição de alternativas que venham a auxiliar na concretude do direito social à educação, bem como dar voz aos sujeitos, contemplando suas experiências, angústias, alegrias e, principalmente, vivências como usuários da assistência estudantil.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de constrangimento durante a aplicação do questionário. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo no questionário; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a pesquisadora Suzy Emanuella de Araújo aplicará o questionário e somente esta manuseará e se responsabilizará pelo sigilo das informações assim como pela publicação dos resultados obtidos, visto que não serão divulgados dados que identifique qualquer respondente; Garantindo que o participante se sinta a vontade para a participação nesta pesquisa. Bem como a anuência das Instituições envolvidas na realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em um cartão de memória SD com senha e caixa arquivo, onde permaneceram guardados por cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (mestranda) Suzy Emanuella de Araújo, em escritório próprio residencial, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora Suzy Emanuella de Araújo do Estado do Rio Grande do Norte/RN, no *Campus* Universitário Central, Rua Professor Antônio Campos, Bairro Costa e Silva - Mossoró/RN. Telefone: (84) fone: (84) 3315-2145, (84) 999143032. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** – Faculdade de Medicina da UERN - Rua Miguel Antonio da Silva Neto s/n - Aeroporto. Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: cep@uern.br – CEP: 59607-360 - Mossoró –RN Tel: (84) 3315-2094.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material,

exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora **Suzy Emanuella de Araújo**.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa “**A BOLSA ACADÊMICA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA Ufersa: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO CAMPUS CARAÚBAS**”. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que posso advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação das informações da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo das informações referentes à minha identificação.

_____/ RN ____/____/____.

Município



Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante

ANEXO III – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UERN - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A BOLSA ACADÊMICA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRSA: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO CAMPUS CARAÚBAS

Pesquisador: SUZY EMANUELLA DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82866324.0.0000.5294

Instituição Proponente: UERN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.178.669

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado da POSEDUC DA UERN. Esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar a execução da modalidade Bolsa Acadêmica do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural do Semiárido, Campus Caraúbas, identificando sua influência para a permanência dos estudantes assistidos nos semestres 2023.1 e 2023.2. Para isso, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa exploratória descritiva em três etapas distintas: (1) Revisão Sistemática da Literatura, onde busca-se legitimar e conhecer os dados e informações acerca das produções acadêmicas sobre assistência estudantil; (2) Análise Documental, onde serão consultados os documentos emitidos pela instituição inerentes à normatização e execução das ações do Programa Institucional, além do aparato jurídico em vigor que rege e norteia as políticas de assistência estudantil no país. Este passo visa fornecer profundidade e contexto, permitindo a compreensão da regulamentação específica do Programa Institucional de Assistência Estudantil e PIAE, e sua execução no Campus Caraúbas e; (3) Aplicação de Questionário aos estudantes beneficiários da bolsa acadêmica, com o propósito de captar a percepção dos beneficiários em relação a essa política e discutir seu impacto na permanência dos estudantes na instituição de ensino. Por fim, destaca-se a importância desta investigação para a compreensão da política institucional de assistência estudantil, e sua relevância como ferramenta para atenuar os desafios inerentes à jornada acadêmica dos discentes, estes que

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Telefone: (84)3315-2094

Município: MOSSORO

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uern.br

UERN - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Continuação do Parecer: 7.178.669

fazem parte do programa de permanência da referida política, visando colaborar com o fortalecimento e possíveis melhorias na política e na oferta do programa institucional.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: $\hat{=}$ Analisar a execução da modalidade Bolsa Acadêmica, do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Campus Caraúbas, identificando sua influência para a permanência dos estudantes assistidos nos semestres 2023.1 e 2023.2.

Específico: $\hat{=}$ Contextualizar a regulamentação do Programa de Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com ênfase em sua aplicação e impacto específico no Campus Caraúbas. $\hat{=}$ Discutir a percepção dos estudantes quanto à importância da Bolsa Acadêmica, abordando de que maneira essa modalidade de assistência influencia em sua permanência na universidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de constrangimento durante a aplicação do questionário. Entretanto, não serão feitas perguntas que comprometam a sua integridade. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo no questionário; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente Suzy Emanuella de Araújo aplicará o questionário e somente a discente Suzy Emanuella de Araújo e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa. Benefícios: A realização desse trabalho é de estimada relevância, porque fornece pistas para o aprimoramento da política institucional. Dessa forma, coopera com o segmento da população usuária da Política de Assistência Estudantil, na medida em que, além de analisar os entraves, visa à proposição de alternativas que venham a auxiliar na concretude do direito social à educação, bem como dar voz aos sujeitos, contemplando suas experiências, angústias, alegrias e, principalmente, vivências como usuários da assistência estudantil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3315-2094

E-mail: cep@uern.br

UERN - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Continuação do Parecer: 7.178.669

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados adequadamente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram sanadas. Essa pesquisa não possui óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2394070.pdf	18/09/2024 19:47:45		Aceito
Outros	Carta_resposta_as_pendenciasassinado.pdf	18/09/2024 19:47:03	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Alterado.pdf	18/09/2024 18:41:58	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Alterado.pdf	18/09/2024 18:37:32	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Orçamento	Orcamento_Suzy_Araujo.pdf	21/08/2024 20:03:04	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_Suzy_Araujo.pdf	21/08/2024 20:00:47	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso_do_pesquisador_para_inicio_da_pesquisa_Suzy_Araujo.pdf	21/08/2024 19:59:26	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Suzy_Araujo.pdf	21/08/2024 19:21:51	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Cronograma	Cronograma_Suzy_Araujo.pdf	21/08/2024 18:22:16	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito
Outros	Questionario_Suzy_Araujo.pdf	21/08/2024 16:06:35	SUZY EMANUELLA DE ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

CEP: 59.607-360

Telefone: (84)3315-2094

E-mail: cep@uern.br

UERN - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE



Continuação do Parecer: 7.178.669

MOSSORO, 23 de Outubro de 2024

Assinado por:
JUCE ALLY LOPES DE MELO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3315-2094

CEP: 59.607-360

E-mail: cep@uem.br